



INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ALCINDO FERREIRA FILHO

ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFMS *CAMPUS* COXIM – UMA
CARTILHA INFORMATIVA DE APOIO AO PROCESSO SELETIVO

Campo Grande/MS
Dezembro/2023

Ferreira Filho, Alcindo
F383e Ensino Médio Integrado do IFMS *Campus Coxim*: uma Cartilha Informativa de apoio ao processo seletivo. / Alcindo Ferreira Filho. – Campo Grande-MS, 2023. 128 f: il.; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) –Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande, 2023.
Orientador: Prof. Dr. André Luiz da Motta Silva. Coorientador: Prof. Dr. José Vinícius da Costa Filho.

ISBN 978-65-00-87387-0.
Inclui referências.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Processo seletivo. 3. Ingresso. 4. Ações afirmativas; 5. Política de cotas. I. Silva, André Luiz da Motta. II. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD 23. ed. 371.2

ALCINDO FERREIRA FILHO

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFMS *CAMPUS* COXIM – UMA CARTILHA
INFORMATIVA DE APOIO AO PROCESSO SELETIVO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz da Motta Silva
Coorientador: Prof. Dr. José Vinícius da Costa Filho

Aprovada em 27 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz da Motta Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Orientador

Prof. Dr. José Vinícius da Costa Filho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
Coorientador

Profa. Dra. Sílvia Maria dos Santos Stering
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
Banca Avaliadora Externa

Prof. Dr. Anderson Martins Corrêa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Banca Avaliadora Interna



**INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
DO SUL**
Autarquia criada pela Lei nº 11.892, de 29 de
dezembro de 2008.



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ALCINDO FERREIRA FILHO

**PROCESSO SELETIVO NO IFMS - *CAMPUS COXIM*: CONHECER PARA
PARTICIPAR**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul na Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Aprovado em: 27 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz da Motta Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Orientador

Prof. Dr. José Vinícius da Costa Filho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
Coorientador

Profa. Dra. Sílvia Maria dos Santos Stering
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
Banca Avaliadora Externa

Prof. Dr. Anderson Martins Corrêa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Banca Avaliadora Interna

Dedico este trabalho:

À Nossa Senhora. Maria passa na frente.

Aos meus pais, Alcindo (*in memoriam*) e Ercyl, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida. Por acreditarem em mim e não medirem esforços para a concretização dos meus sonhos. Amo vocês, com amor eterno!

À minha esposa, Mara Núbia, e ao meu filho do coração, Nicholas, pela compreensão ao serem privados em muitos momentos da minha companhia e atenção e pelo profundo apoio, estimulando-me nos momentos mais difíceis. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Esses anos de mestrado foram de muito estudo, esforço e empenho, então, neste momento de conclusão, gostaria de agradecer a algumas pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização de mais este sonho.

Às minhas irmãs, Ana Cristina e Virgínia; aos meus sobrinhos e sobrinhas Daniela, Matheus, Maria Eduarda, Lucas e Valentina; ao meu cunhado Roque e ao Pedro. Obrigado por desejarem sempre o melhor para mim. A vocês, minha família, gratidão.

Ao meu cunhado, Marcos Roberto, que me auxiliou com preciosíssimos conselhos: muito obrigado.

Ao meu orientador, Dr. André Luiz da Mota Silva, agradeço pela confiança, e pelos ensinamentos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao meu coorientador, Dr. José Vinícius da Costa Filho, por sua dedicação, que o fez, por muitas vezes, deixar de lado seus momentos de descanso para me ajudar e me orientar. Sem sua orientação, apoio e confiança, não somente neste trabalho, mas em todo o caminho percorrido até aqui, nada disso seria possível.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, do IFMS, e ao corpo docente, agradeço a oportunidade de cursar um curso de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Aos meus colegas de mestrado. Não poderia desejar turma melhor que a nossa, na qual houve sempre muito companheirismo, apoio, incentivo e amizade. Em especial, agradeço à Gisela e à Simone, que me auxiliaram quando mais precisei.

Aos professores, Dr. Anderson Martins Corrêa e Dra. Silvia Maria dos Santos Stering, membros da banca de Qualificação e de Defesa de Mestrado, agradeço pelos conselhos, sugestões e interesse em contribuir para o desenvolvimento desta dissertação.

Por fim, agradeço a Deus, Nossa Senhora e São Miguel Arcanjo, por estarem sempre comigo, guiando-me, iluminando cada passo meu e me abençoando. Obrigado pela fé e pela força necessárias para lutar e enfrentar todos os obstáculos, sem nunca desistir. A ti, Senhor Jesus Cristo, toda honra e toda a glória. Quem como Deus? Ninguém.

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica”.

Paulo Freire (1975).

RESUMO

Este estudo insere-se na Linha de Pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e parte da ideia de que, no Brasil, o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade é um direito social de todos, para tanto, faz-se necessário empreender esforços no intuito de melhorar a orientação e a compreensão dos candidatos sobre os editais e regramentos que balizam o processo de ingresso discente. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo consistiu-se em analisar a percepção de candidatos e servidores responsáveis pelo Processo Seletivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) - *Campus Coxim*, a fim de apresentar uma Cartilha Informativa que contribua com o sistema de ingresso discente no Ensino Médio Integrado (EMI). Tratou-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem predominantemente qualitativa e de cunho exploratório, que se utilizou das ferramentas de revisão bibliográfica, da análise documental, da aplicação de questionários semiestruturados aos candidatos do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021, do IFMS – *Campus Coxim* e de entrevistas com servidores que atuaram nos setores responsáveis, ligados diretamente ao processo. Por sua vez, os dados foram tratados pela Análise de Conteúdo. Esta pesquisa colabora com o ingresso inclusivo e democrático nos cursos da instituição. Os resultados apontaram que a democratização do acesso aos cursos de EMI é um processo complexo, em função das diversas questões que perpassam a educação na perspectiva de um direito social, contudo, no IFMS, assim como na Rede Federal como um todo, o número de vagas limitadas leva à realização de processo seletivo que prevê vagas para ampla concorrência e vagas de cotas, que são geridas pautando-se em uma concepção burocratizada do processo. Assim, fica evidente que o processo seletivo consiste em uma forma de inclusão excludente, tendo em vista a inexistência de vagas para todos. Ou seja, mesmo diante do esforço voltado à democratização, o acesso à instituição é meritocrático. Nessa feita, o Produto Educacional desenvolvido consistiu em uma Cartilha Informativa que busca contribuir para a democratização do acesso aos cursos do EMI, ofertados no IFMS – *Campus Coxim*, ao facilitar a divulgação e a orientação aos interessados acerca das formas de ingresso.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Processo Seletivo; Ingresso; Ações Afirmativas; Política de Cotas.

ABSTRACT

This study is part of the Research Line on Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT) and it is based on the idea that, in Brazil, to access to public education is a social right for everyone, therefore, it is necessary undertake efforts to improve candidates' guidance and understanding of the notices and rules that guide the student admission process. From this perspective, the aim of this study was to analyze the perception of candidates and employees responsible for the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul (IFMS) - *Campus Coxim* selection process, to present an Informative Booklet that contributes to the student admission system in Integrated Secondary Education. It was applied research, with a predominantly qualitative and exploratory approach, which used bibliographic review tools, document analysis, the application of semi-structured questionnaires to candidates from the selection process for Integrated Technical Courses 2021 at IFMS – *Campus Coxim* and interviews with employees who worked in the responsible sectors, directly involved into the process. The data was treated by Content Analysis. This research contributes to inclusive and democratic entrance into the institution's courses. The results showed that the democratization of access to EMI courses is a complex process, due to the various issues that permeate education from the perspective of a social right, however, in the IFMS, as well as in the whole Federal Education, the number of limited vacancies leads to a selection process that provides vacancies for broad competition and quota vacancies, which are managed based on a bureaucratized conception of the process. Thus, it shows that the selection process consists of a form of exclusionary inclusion, given the lack of vacancies for everyone. In other words, even in the face of efforts to democratize access to the institution, it is meritocratic. In this case, the Educational Product developed consisted of an Informative Booklet that seeks to contribute to the democratization of access to EMI courses, offered at IFMS – *Campus Coxim*, by facilitating dissemination and guidance on how to enter to interested people.

Keywords: Professional and Technological Education; Selective process; Entering; Affirmative Actions; Quota Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Como ficou sabendo do Processo Seletivo do IFMS	63
Gráfico 2 – Como foi a escolha do curso pretendido	64
Gráfico 3 – Como buscou resposta para as dúvidas	66
Gráfico 4 – Qual foi a maior dificuldade encontrada para realizar a inscrição no processo seletivo	67
Gráfico 5 – A forma como foi definida a modalidade de seleção	67
Gráfico 6 – Sobre a clareza quanto os documentos, datas e horários para a realização da matrícula	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das Ofertas – de 2018 a 2022	58
Quadro 2 – Categorias de análise temática: identificação e motivação dos participantes	61
Quadro 3 – Roteiro para Elaboração e Construção da Cartilha	92
Quadro 4 – Percepção dos Participantes da Avaliação da Cartilha	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participantes da Pesquisa (amostra)	49
Tabela 2 - Dados sobre o convite para a participação na pesquisa	61
Tabela 3 - Curso pretendido	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – IFMS – <i>Campus</i> Coxim	48
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Abordagem do Ciclo de Políticas
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF – Constituição da República Federativa do Brasil
CNS – Conselho Nacional de Saúde
EF – Ensino Fundamental
EM – Ensino Médio
EMI – Ensino Médio Integrado
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
EP – Educação Profissional
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFs – Institutos Federais
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MS – Mato Grosso do Sul
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PcD – Pessoas com Deficiência
PDs – Participantes Discentes
PE – Produto Educacional
PROEN – Pró-reitoria de Ensino
ProfEPT – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PSF – Participante Servidor Feminino
PSM – Participante Servidor Marculino
RFEPT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SED/MS – Secretaria Estadual de Educação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Democratização do acesso, desigualdades na sociedade atual e crise na educação.....	20
2.2 Escola justa e a EPT: o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade e os problemas da meritocracia	24
2.3 O IFMS – <i>Campus</i> Coxim e o Processo Seletivo: o acesso para além do ingresso	30
2.3.1 A análise do fenômeno, a partir do Ciclo de Políticas na perspectiva de Stephen Ball	36
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	46
3.2 Local da Pesquisa	47
3.3 Participantes da Pesquisa	49
3.3.1 Descrição dos participantes (população-alvo)	49
3.3.1.1 Participantes Estudantes.....	49
3.3.1.2 Participantes Servidores.....	50
3.4 Critérios Éticos	50
3.5 Instrumento para a Coleta de Dados.....	50
3.5.1 Questionário	52
3.5.2 Entrevistas	53
3.5.3 Metodologia para a Análise dos Dados	54
3.6 Etapas da Pesquisa	54
4. PROCESSO SELETIVO: A PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES DISCENTES	57
4.1 Análise dos Editais	57
4.2 A Percepção dos Participantes Discentes.....	60
4.2.1 Os participantes da pesquisa.....	61
4.3 A Percepção dos Participantes Servidores	70
4.3.1 Considerações das Falas dos Servidores.....	72
5. PRODUTO EDUCACIONAL.....	88
5.1 Elaboração do Produto Educacional	89
5.2 Aplicação e Avaliação do Produto Educacional	92
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	100
ANEXOS	108

APÊNDICES.....	110
CARTILHA INFORMATIVA: Processo Seletivo no IFMS – <i>Campus</i> Coxim: conhecer para participar	Erro! Indicador não definido.

1. INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), cujo índice de qualidade atrai cada vez mais os jovens, atualmente, é responsável por 0,9% das matrículas na educação básica (Brasil, 2021). É possível constatar o crescimento de cerca de 30% da oferta de matrículas em cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, nos últimos cinco anos (Brasil, 2021). Apesar disso, a rede não foi e ainda não é capaz de atender à demanda existente, motivo pelo qual, comumente, são realizados os Processos Seletivos (semelhantes aos vestibulares do Ensino Superior) para selecionar a quantidade correspondente à capacidade de oferta da instituição. Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) educa jovens e adultos para a vida e, por consequência, para o mundo do trabalho, contribuindo, dessa forma, para a formação do cidadão para o mundo contemporâneo.

Considerando que o IFMS é uma instituição pública de ensino, comprometida com as transformações sociais e com o processo de inclusão, via educação de qualidade, definiu-se como questão central da investigação a seguinte: Como é possível contribuir para melhorar o sistema de ingresso discente nos cursos do Ensino Médio Integrado (EMI) no IFMS - *Campus Coxim*?

A partir dessa pergunta, o estudo delimitou seu objetivo geral e os objetivos específicos de pesquisa, o que será tratado logo abaixo.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção dos candidatos e dos servidores responsáveis pelo Processo Seletivo do IFMS - *Campus Coxim*, a fim de desenvolver uma Cartilha Informativa que contribua com o sistema de ingresso discente no EMI.

Para o alcance desse objetivo, considerou-se os seguintes objetivos específicos: i) examinar as normas internas do IFMS para o Processo Seletivo do EMI; (ii) comparar, nos cinco últimos anos, os editais que utilizaram a prova ou a análise curricular como métodos de seleção e ingresso dos discentes, para identificar os elementos comuns e dissonantes desses documentos; (iii) analisar as legislações nacionais que tratam do acesso e das cotas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT); (iv) aplicar questionários aos candidatos do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021, do IFMS - *Campus Coxim*, e entrevistar os servidores que atuam na comissão responsável pelo processo seletivo; (v) aplicar o Produto

Educacional (PE) - Cartilha Informativa - para avaliar a sua importância para o sistema de ingresso dos discentes do EMI.

O desenho metodológico baseou-se em uma pesquisa aplicada, de abordagem predominantemente qualitativa e de cunho exploratório, na qual fez-se uso das técnicas de revisão bibliográfica, da análise documental, da aplicação de questionários semiestruturados e da entrevista, sendo que os dados coletados foram tratados pela Análise de Conteúdo.

A justificativa se pautou por três aspectos. O primeiro aspecto foi empírico, com base na percepção dos entraves que existiram em torno do Processo Seletivo para os cursos de EMI, no IFMS - *Campus Coxim*. Propriamente, nos Processos Seletivos da RFEPCT, muitas vezes, os servidores que trabalham no trâmite dessa burocracia se deparam com dúvidas dos candidatos em relação às regras para se inscreverem no edital e às formas de ingresso. De modo geral, os candidatos são orientados de que no edital constam todas as informações relativas ao processo seletivo. Contudo, ao acessarem o edital, muitos não o compreendem, o que pode contribuir para a desistência da participação do processo seletivo.

O segundo aspecto foi teórico e buscou estabelecer um diálogo com a agenda que discute a educação em uma perspectiva democrática e inclusiva, mecanismos de fundamental importância para os processos seletivos (Dubet, 2001; 2004; 2008; Cattani, 2007; Dias Sobrinho, 2010; Santos, 1999; Frigotto, 2010; Ambrosini e Escott, 2019).

O terceiro aspecto foi metodológico. Entendeu-se que o desenho de pesquisa apresentado é o que melhor se ajusta para atender ao objetivo proposto, uma vez que contém o potencial de coletar as informações de interesse com profundidade, bem como de analisar os dados de forma mais alinhada à finalidade pretendida pela pesquisa.

Para tanto, o texto está estruturado em sete seções, incluindo esta introdução. A segunda seção discorre sobre o referencial teórico que deu suporte à pesquisa. Na sequência, a seção três trata da metodologia empregada na pesquisa para alcançar os resultados esperados. A seção quatro descreve os resultados encontrados na pesquisa. Em seguida, a seção cinco traz o olhar dos discentes e dos servidores responsáveis pelos Processos Seletivos em relação ao mesmo. A seção seis, por sua vez, traz o processo de elaboração, aplicação e avaliação do Produto Educacional (PE), bem como apresenta a Cartilha Informativa sobre o fenômeno, intitulada:

Processo Seletivo no IFMS – *Campus* Coxim: Conhecer para Participar. Por fim, a seção sete apresenta as considerações finais do trabalho, revisita o problema inicial, reflete sobre os resultados obtidos ao longo da pesquisa e, também, aponta para novas possibilidades de pesquisa, a partir desta investigação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo está organizado em três partes. A primeira parte trata da democratização do acesso, das desigualdades na sociedade atual e da crise na educação. A segunda, realiza uma reflexão relativa à necessidade da oferta de uma escola justa com foco na EPT, mediante o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, e aos problemas da meritocracia. Por fim, discute-se o Processo Seletivo no IFMS, priorizando o diálogo com a teoria do Ciclo de Políticas proposto por Ball e Bowe (1992).

2.1 Democratização do acesso, desigualdades na sociedade atual e crise na educação

A pesquisa em tela partiu de uma compreensão do acesso à educação como um direito social público do cidadão, portanto, na perspectiva de um instrumento de cidadania, tendo em vista as prerrogativas da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que declara:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

Em consonância com Sterling (2015), “a Cidadania é o efetivo usufruto dos direitos políticos, civis e sociais” (p. 25) e a “democracia, mais que um sistema político, consiste em uma maneira de orientar as relações sociais” (p. 57), neste sentido, a escola, em seus diversos níveis e modalidades, possui fundamental importância no desenvolvimento da cidadania, mediante ação dos sujeitos sociais pertencentes ao seu universo, uma vez que, “[...] formar para cidadania e a democracia é um objetivo irrenunciável da escola, e essa preocupação passa necessariamente pela afirmação teoria-prática dos direitos humanos” (Candau, 1995, p. 13). O acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade consiste em um direito de todos, externalizando-se como responsabilidade do poder público em promover a melhoria e a democratização do ingresso.

Ao analisar as desigualdades sociais que perpassam o campo do contexto

educacional, o estudo de Dubet (2001) evidencia que estas se associam com diferentes faces da modernidade. Mediante às relações de classes, é possível explicar o *habitus*, que, para Bourdieu, constitui-se em um sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar (Bourdieu, 1998), que perpassa a vida política e cultural, assim como a coletiva e a individual que integram as sociedades em questão.

Diante de uma realidade de incerteza, uma nova configuração da paisagem social surge na sociedade brasileira e, também, no mundo. Essa tal realidade é apontada pelo estudo de Mestriner (2001), cuja compreensão é a de que os contornos econômicos, ideológicos e geopolíticos, entre outros, alteraram-se de maneira muito veloz, e que novos fatos evidenciam a existência de um novo tempo, apontado como um tempo de elevado desenvolvimento e de progresso tecnológico extremamente evoluído, podendo ainda conviver com a fome e a pobreza extrema.

A tentativa de ampliação de igualdade de direitos, por meio das transformações das formas de trabalho e da disponibilização de um maior acesso à educação, culminou em progresso tecnológico e proporcionou importantes melhorias para a vida das pessoas; contudo, ressalta-se que o crescimento é algo significativamente complexo, sendo fundamental analisar muito mais elementos além dos indicadores econômicos e sociais usuais (Dubet, 2001).

Charlot, destaca que:

O capitalismo, porém, não visa à satisfação dos desejos, ele procura o lucro, produzido em situações de desigualdade social estrutural; portanto, a classe dominante tem de impor, de forma ou outra, normas que mantêm sua riqueza e seu poder (Charlot, 2019, p. 168).

Charlot (2019, p. 171) chama a atenção para o fato de que a qualidade da educação é “discutida a partir de indícios e classificações, com um enorme risco de círculo vicioso”, uma vez que os discursos sobre a qualidade da educação repousam em uma representação empobrecida do ser humano e da sua educação e, na verdade, encenam uma concorrência internacional na aprendizagem de disciplinas consideradas economicamente lucrativas, deixando de lado disciplinas tais como: História, Filosofia, Arte, Educação Física, consciência ecológica e educação contra todas as formas de discriminação. Tais discursos, portanto, pautam-se em “uma concepção empobrecida do ser humano e tendem a reduzir a educação à

aprendizagem” (Charlot, 2019, p. 172).

Na esteira do pensamento de Charlot (2019), fica evidente que a realidade social criou o conceito de educação meritocrática, situação em que o estudante que ocupa uma posição privilegiada socialmente possui mais chances de sair na frente daquele que não detém as mesmas oportunidades, acentuando a desigualdade social entre eles. Em se tratando de uma instituição com o intuito de formar o indivíduo para a cidadania, a escola não deveria impor as mesmas exigências aos estudantes pertencentes às classes sociais diferentes (Dubet, 2004).

Essa diferença de recursos, valorizados pela sociedade capitalista, existentes entre os indivíduos repercute diretamente na desigualdade vivenciada no âmbito escolar (Dubet, 2004). Em especial, a desigualdade de renda é proporcionada e conservada pelos indivíduos que tiram proveito dela, por meio do conjunto de capitais que possuem. Dessa forma, a quantidade de capitais afeta diretamente na constituição de relações no ambiente escolar e, também, no capital cultural, pois, é “O nível cultural global do grupo familiar que mantém a relação mais estreita com o êxito escolar da criança” (Nogueira; Catani, 2007, p. 23).

Fica perceptível que o conhecimento é fundamental para que qualquer indivíduo alcance sua realização pessoal, enquanto ser que faz parte de uma coletividade, assim como para um exercício profissional humanizado. Nesta direção, a equidade¹ trata-se de um elemento que, ao ser aplicado, possui a capacidade de reduzir e equalizar as desigualdades sociais (Mello, 1979, 1981). Seja qual Estado democrático for, ele deve sempre promover esforços, em conjunto com a sociedade, que visem minimizar ou excluir o círculo democrático for, ele deve sempre promover esforços, em conjunto com a sociedade, que visem minimizar ou excluir o círculo vicioso causado pela desigualdade socioeducativa (Dias Sobrinho, 2010).

Logo, democratização, no sentido debatido, consiste em um conjunto de esforços a ser efetivado, no sentido de promover o acesso pleno das pessoas ao direito à educação (Silva; Veloso, 2013a). Ainda na perspectiva da democratização, o conceito de acesso não fica restrito ao processo seletivo, mas abrange o sistema de

¹ John Rawls, no ano de 1971, publicou a obra denominada “*Uma teoria da justiça*”, ocasião em que propôs a concepção de “*justiça como equidade*”. Trata-se de uma concepção segundo a qual os mais ponderados e razoáveis princípios de justiça seriam estabelecidos sobre a base contratual de um acordo comum entre sujeitos em condições formais de equidade. Os princípios que aí configuram uma compreensão liberal sobre bases fundamentalmente amplas de justiça são articulados a partir da ideia de contrato social, pela qual as desigualdades reais de renda e riqueza seriam balizadas por princípios morais razoáveis (Oliveira, 2015, p. 113).

ingresso, as estratégias de permanência e as estruturas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de EPT, que promovem o ensino público, gratuito e de qualidade (Silva; Veloso, 2013b).

Silva e Veloso (2013b) analisam com maior clareza a categoria “acesso” que, na visão das autoras, significa fazer parte. Neste sentido, observa-se, ainda, que a instituição escolar inexoravelmente faz parte da estrutura social brasileira, que conta com um histórico de marginalização das necessidades da maior parte dos cidadãos brasileiros. As instituições de ensino públicas são prioritariamente frequentadas pela parcela da sociedade que ainda se encontram à margem do acesso e da efetivação de seus direitos. Trata-se dos alunos que fazem parte de famílias vulneráveis, no que diz respeito à estrutura política e econômica, como também dos profissionais que atuam na instituição em geral, que normalmente vivenciam diversas dificuldades (Silva; Veloso, 2013b).

Os mecanismos utilizados pelas instituições para selecionar e classificar os estudantes devem ser considerados quando se analisa a democratização e o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. Veloso e Luz (2013) destacam que o mérito sempre foi o critério e o mecanismo utilizado para selecionar os estudantes, sobretudo, para o ensino superior.

Dessa forma, entende-se que os critérios classificatórios dos processos de seleção surgem na perspectiva do “mérito”, o qual é baseado na concepção de igualdade de oportunidades, apresentando a função de selecionar o melhor candidato, aquele que apresenta por mérito pessoal melhores chances e aptidões naturais para ingressar (Veloso; Luz, 2013, p. 46).

A percepção de Silva e Veloso, em relação à expressão acesso, é a de que:

Segue-se que, numa definição preliminar e abrangente, acesso significa “fazer parte”; por conseguinte, remete à inserção, participação, acolhimento. Entretanto, o acesso pode ser entendido mais profundamente, de forma a transcender a contradição que emerge dessa compreensão, que se relaciona à dualidade “incluído/excluído”, “integrado/não integrado”, “parte/todo”. Acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao senso de coletividade/universalidade e à práxis criativa (Silva; Veloso, 2013b, p. 729).

Seguindo essa lógica, Silva e Veloso (2013b) enfatizam, no caso do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, que não basta considerar a etapa do ingresso (do processo seletivo), mas sim levar em conta a dimensão da permanência do estudante e, também, para a qualidade da formação. Assim, pode-se considerar o

acesso a partir dessas dimensões: ingresso, permanência e qualidade.

A presente pesquisa teve por foco analisar a percepção dos candidatos e dos servidores responsáveis pelo Processo Seletivo do IFMS - *Campus Coxim*, no intuito de buscar a compreensão quanto às particularidades relativas ao sistema de ingresso discente no EMI e, a partir disso, desenvolver um PE para contribuir com a democratização do sistema de ingresso/acesso.

Neste sentido, observou-se, ainda, que a instituição escolar faz parte da estrutura social brasileira, que conta com um histórico de marginalização das necessidades da maior parte dos cidadãos brasileiros. Importante se faz destacar que as instituições de ensino públicas, gratuitas e de qualidade são frequentadas por parcelas da sociedade ainda à margem do acesso e da efetivação de seus direitos, isso tanto em relação aos alunos que fazem parte de famílias vulneráveis (atinentes à estrutura política e econômica), bem como no âmbito dos profissionais que atuam na instituição em geral e normalmente vivenciam diversas dificuldades.

2.2 Escola justa e a EPT: o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade e os problemas da meritocracia

As instituições de ensino podem ser apontadas ainda como um local em que são compartilhadas as ideias de diferentes bases, referentes aos direitos e deveres, às possibilidades de continuidade e de transformações educacionais e sociais. Ademais, é um local de acolhimento das diversidades e um espaço que possibilita as sociabilidades.

No âmbito do acesso à EPT, faz-se necessário também debater acerca da igualdade e da inclusão. Isso porque, em uma sociedade democrática na qual as pessoas são entendidas como iguais, todas devem contar com o direito de acessar aos bens/recursos públicos, como é o caso da educação.

Os Institutos Federais (IFs) fundamentam suas políticas no intuito de proporcionar uma educação pública, gratuita e de qualidade, que se caracteriza pelo seu papel educacional, social e político.

Os IFs trabalham em favor da concepção de uma formação integral para a vida, a compreensão e a participação no mundo do trabalho. Nesse sentido, formação omnilateral tem como constituinte “[...] o trabalho como atividade vital e criadora mediante a qual o ser humano produz e reproduz a si mesmo” (Frigotto; Ciavatta 2012, p. 266). Implica “[...] pensar a educação do sujeito do ponto de vista

multidimensional, envolvendo todas as suas potencialidades e capacidades, os aspectos políticos, técnicos e humanos” (Machado, 2009, p. 215). Imprescindíveis para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio desenvolvida na RFEPC, os conceitos de politecnicidade e omnilateralidade se interrelacionam e complementam, apesar de possuírem distinção, no sentido de que a omnilateralidade abrange a formação humana mais ampla de educação e emancipação, e a politecnicidade diz respeito ao domínio dos princípios gerais de caráter científico de todo o processo de produção.

A organização curricular da EPT sob a base politécnica, segundo Saviani (1989), prevê o aprofundamento de conhecimentos teóricos aos quais os estudantes já tiveram acesso no Ensino Fundamental (EF), como Ciências da Natureza, Ciências Sociais, Linguagem e Matemática, que servirão de base para, no Ensino Médio (EM), e compreendê-las em seu funcionamento prático. Nos IFs, o intento é que, com essa formação, o estudante adquira “[...] compreensão não apenas teórica, mas também prática do modo como a Ciência é produzida, ele adquira a compreensão do trabalho nessa sociedade e, portanto, qual o sentido das diferentes especialidades em que se divide o trabalho moderno” (Saviani, 1989, p. 18).

A EPT se estrutura ao longo do tempo na consciência de que, nesse processo, educação e trabalho são indissociáveis. O trabalho adquire sentido ontológico, como princípio educativo, atividade criadora imprescindível do ser humano, pois é pela ação consciente do trabalho que o ser humano cria e recria a sua própria existência, em suas múltiplas e históricas necessidades, distinguindo-o das formas que assume no capitalismo “[...] trabalho sob a forma de emprego ou trabalho assalariado” (Frigotto, 2005a, p. 12).

Dessa maneira, sendo a existência humana algo que não é garantido pela natureza, mas produzido pelos próprios homens, produto de seu trabalho, a existência e o trabalho precisam ser aprendidos. “[...] Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo” (Saviani, 2007, p. 3).

Trata-se, segundo Pistrak (2003, p. 50), de tornar o trabalho e a ciência como partes orgânicas da vida escolar e social dos estudantes, a partir do estudo do trabalho socialmente útil, seu valor social, no qual “se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade”. Logo, na EPT, para tomar o trabalho como princípio educativo, é imprescindível considerar a articulação teoria-prática, trabalho manual e intelectual e entre escola e realidade atual, compreendendo que “o trabalho é elemento da relação

da escola com a realidade atual, e, neste nível há fusão completa entre ensino e educação” (Pistrak, 2003, p. 50).

Nessa perspectiva, o trabalho e a ciência devem se tornar partes orgânicas da vida escolar e da vida social, propiciando o entendimento e o posicionamento/intervenção dos sujeitos diante da realidade. Alguns caminhos para a integração de trabalho, ciência, cultura e tecnologia podem ser trilhados, integrando o trabalho como princípio educativo à pesquisa como princípio pedagógico (Frigotto, 2005a).

No Brasil, a proposta de EPT perpassa as ações da RFEPCT, sendo conquistada após muitos debates de educadores/as progressistas e sociedade,

[...] é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade, pois ‘é aquele possível e necessário’ na realidade em que a escolha da profissão, para os filhos dos trabalhadores, não pode esperar para ser posterior ao ensino superior, mas acontece junto ou conflitante com os estudos (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 43-44).

Segundo os autores, constituiu-se numa possibilidade de “consolidação da formação básica unitária, politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que consolida em outros níveis e modalidades de ensino” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 43-44).

Para Ciavatta (2005, p. 84), o termo integrado tem “sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos”, de modo que busque a superação do:

[...] ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social (Ciavatta, 2005, p. 85).

Neste sentido, a concepção da EPT alinha-se à proposta de Ciavatta quando esta defende que: “[...] a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos” (Ciavatta, 2005, p. 84).

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), essa luta pela concepção de EMI como última etapa da Educação Básica se sustentou a partir da CF/1988, que

estabeleceu, em seu artigo 205, como princípio da educação “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988), entendendo-se, com isso, formação em sua plenitude e, no dizer de Gramsci (2011), a preparação para governar ou, no mínimo, com condições para controlar seus governantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/1996 – reafirma esse direito, quando estabelece como finalidade do EM “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental (EF)” (Brasil, 1996) e abre a possibilidade da oferta do ensino de forma integrada, na mesma instituição de ensino, com matrícula única, assim como prevê que a educação profissional “no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996, art.39).

A finalidade da EPT, conforme a Lei de Criação dos Institutos Federais - Lei nº. 11.892/2008 – (Brasil,2008), consiste em formar para o trabalho, não só na perspectiva econômica, produção material para o capital, mas na perspectiva da formação integral humanizada, com domínio dos princípios científicos e tecnológicos, histórico, social, político, éticos e econômicos envolvidos.

Dessa maneira, surge então o paradigma referente ao direito à educação e como ele é vivido pelos estudantes. O estudo de Santos (1995) evidenciou como deve ser caracterizada uma relação de igualdade e de desigualdade, de inclusão e de exclusão, dentro da sociedade capitalista atual.

Ao entender adequadamente o processo de desigualdade e exclusão, compreendemos a importância de existir na prática um adequado acesso à educação pública federal, gratuita e de qualidade, no contexto da EPT, uma vez que esse se apresentou como sendo de extrema importância para proporcionar a inclusão e a igualdade dentro da sociedade capitalista (Santos, 1995).

Salientando que se faz necessário ter um olhar microssociológico², focado nos fenômenos escolares, o estudo de Dubet (2008) aponta que, apesar da relevância para a agenda de pesquisa dos conceitos de meritocracia e igualdade de oportunidades, os atores escolares influenciam diretamente a aplicação dos referidos princípios no dia a dia. O pesquisador em questão ainda fez uma comparação sobre

² Refere-se ao estudo do comportamento cotidiano em situações de interações pessoais (Giddens, 2008).

a dinâmica escolar, fundamentando-se na meritocracia como competição, assim, essa relação sempre gera vencedores e também perdedores (Dubet, 2008).

Dubet (2008) aponta, ainda, a existência de certa crueldade na maneira com que os estudantes acabam sendo selecionados, levando em consideração os seus méritos individuais. Sendo assim, ressalta-se que é possível entender a meritocracia como algo “totalmente intolerável quando associa o orgulho dos ganhadores ao desprezo dos perdedores” (Dubet, 2008, p. 10).

Cabe ressaltar, ainda, que proporcionar uma escola igualitária formalmente não é suficiente para compensar as desigualdades sociais existentes. Visando, então, que a condição de igualdade substancial seja alcançada, é fundamental criar uma “discriminação positiva, reservando vagas em função da origem dos alunos” (Dubet, 2008, p. 61). Estipular quem deve contar com essas vagas pode levar em consideração o critério das políticas de *affirmative opportunity*³, fundamentando-se em um critério de singularidade, que faz parte da trajetória de vida e dos projetos de cada pessoa, individualmente. É possível criar diferentes estratégias mais eficazes, levando em consideração a demanda de cada estudante, fazendo uma compensação parcial das desigualdades vivenciadas por eles (Dubet, 2008).

As desigualdades relacionam-se com as remunerações familiares e com a qualidade da oferta escolar, além disso, ainda podem ser associadas com a maneira de como essas famílias aproveitam suas ofertas. Nessa direção, a instituição de ensino precisa proporcionar um adequado acesso às informações para todos e não somente para os “pais mais esclarecidos”. Dessa forma, é fundamental disponibilizar a “informação aos pais” e a toda a coletividade para efetivar sua participação na escola, visando, assim, que eles possam ter um minucioso conhecimento sobre as finalidades e sobre as expectativas escolares (Oliveira, 2002).

Diante do exposto, a EPT se trata de uma das políticas públicas de educação que visam proporcionar o adequado acesso à Educação Profissional (EP). No decorrer dos anos, essa política sofreu alterações, influenciadas diretamente por interesses governamentais, assim como pelas mutações sociais e pelos movimentos no cenário educacional e profissional (Ambrosini e Escott, 2019).

Ressalta-se que a ampliação e a democratização do acesso à EPT precisam ser analisadas, levando em consideração o significado que a universalização da

³ Criado por William Julius Wilson, em 1999, o conceito de Wilson indica que as diferenças entre os grupos não eliminam as similaridades (Dubet, 2008).

educação básica possui no âmbito da EP. O estudo de Frigotto (2010) aponta que a educação pública, gratuita e de qualidade para todos jamais foi a prioridade das classes mais privilegiadas, que historicamente ocupam os principais espaços de poder na estrutura do Estado brasileiro, isso porque elas se beneficiam significativamente da miséria da maioria dos indivíduos excluídos. Logo, historicamente não foi uma prioridade do Estado, enquanto abstração capturada pela elite, a universalização da educação básica, muito menos da EPT.

Ante ao exposto, a EPT busca o desenvolvimento de uma educação politécnica, que, na percepção de Saviani (1989, p.13), refere-se ao “[...] domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo” e busca “[...] superar a dicotomia entre o trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (Saviani, 1989, p.17). A EPT tem ainda como tarefa formar o estudante para o domínio dos fundamentos científicos, das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo, dando condições para que o/a jovem desenvolva as diferentes modalidades de trabalho, com compreensão do seu caráter, da sua essência, abarcando todos os ângulos da prática produtiva (Saviani, 1989).

A formação politécnica tem o intento de proporcionar ao sujeito uma visão ampla de seu trabalho, pois “[...] conhecer o lugar desta produção no sistema de produção do país, do mundo; conhecer os princípios básicos de uma série de indústrias; pode trazer para o trabalho a criatividade, a invenção” (Shulgin, 2013, p.197-198), bem como oportuniza conhecer os princípios e a história da organização dos diferentes setores da produção e dos mais avançados conhecimentos científicos, conhecimentos esses de “[...] física, química, etc., que introduz na prática” (Shulgin, 2013, p. 197-198).

A criação dos IFs, a partir de 2008, trouxe para a RFEPCT novas perspectivas para a questão do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. Os IFs, como locais nos quais convergem experiências do mundo do trabalho, de pesquisas tecnológicas e práticas inovadoras de cunho político e social, vão além de uma tradicional escola técnica, mas também não são universidades, pois buscam integrar teoria e prática, visando à formação humana em diferentes níveis de ensino.

Ampliar e democratizar o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade é fundamental para a garantia de uma sociedade mais justa e igualitária. A partir dessa análise teórica, inferiu-se a necessidade de se desenvolver, junto às instituições da

RFEPCT, ações e estratégias que visem tornar os sistemas de seleção mais inclusivos e democráticos. Para tanto, é preciso superar a lógica meritocrática dos processos de ingresso discente, desenvolvendo estratégias de orientação aos estudantes e seus pais que anseiam por uma oportunidade de ensino público, gratuito e de qualidade na rede federal, de forma a tornar mais claras as regras dos editais, bem como as cotas e ações afirmativas, para que o público historicamente excluído tenha de fato pleno acesso ao ensino público federal, gratuito e de qualidade.

2.3 O IFMS – *Campus* Coxim e o Processo Seletivo: o acesso para além do ingresso

No ano de 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, instituiu a RFEPCT e criou os IFs. Nascida como um marco da ampliação, interiorização e diversificação, a rede demarcou um momento de transformação e se caracterizou pelo estabelecimento de uma nova concepção sobre o papel e a presença do sistema de ensino federal na oferta pública da EPT. Os IFs no Brasil possuem como tarefa formar jovens e adultos para o mundo do trabalho.

Os dados, a seguir, foram coletados por meio da Plataforma Nilo Peçanha, tendo como filtro “Instituição IFMS”. Outros dados foram conseguidos diretamente com a direção do IFMS – *Campus* Coxim e outros ainda foram obtidos por meio dos relatórios gerenciais, como o relatório de autoavaliação institucional do IFMS e o relatório de gestão. Os dados utilizados foram os mais recentes disponíveis para consulta pública.

O IFMS é a primeira instituição pública federal a oferecer Educação Profissional Técnica e Tecnológica em Mato Grosso do Sul (MS). Com *campi* em dez municípios, que abrangem todas as regiões do estado, o Instituto Federal chega à primeira década de história com mais de cinquenta e um mil estudantes matriculados, em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O processo de implantação do IFMS teve início no ano de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal de MS, com sede em Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina. No ano seguinte, com a criação da RFEPCT, foi prevista a instalação de *Campi* nesses dois municípios (Brasil, 2007).

O *Campus* Nova Andradina foi o primeiro a entrar em funcionamento, em 2010. Inicialmente, foram ofertados cursos técnicos integrados e, nos anos seguintes, vagas para ensino superior, qualificação profissional e especialização. A unidade, que é

agrária, possui refeitório e alojamento para estudantes. Desde 2016, por meio de parcerias firmadas com a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atividades de ensino passaram a ser oferecidas também na zona urbana desse município.

Em 2011, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) autorizou o funcionamento dos *Campi* Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas. As unidades iniciaram as atividades em sede provisória, com a oferta de cursos de educação a distância em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e prefeituras municipais. Os anos seguintes foram marcados pela expansão, com a oferta de vagas em cursos técnicos integrados e subsequentes, qualificação profissional, graduação e pós-graduação.

As obras das sedes definitivas foram concluídas em 2013, com a entrega dos *Campi* Aquidauana e Ponta Porã. No ano seguinte, as unidades de Coxim e Três Lagoas também passaram a funcionar em prédios próprios. A sede definitiva do *Campus* Campo Grande entrou em funcionamento em 2017 e a de Corumbá em 2018 (Brasil, 2022).

Os *Campi* Dourados, Jardim e Naviraí começaram a funcionar em sede provisória em 2014, com a oferta de cursos de qualificação profissional e idiomas. Na ocasião, tiveram início as obras das sedes definitivas. O MEC autorizou o funcionamento das unidades em 2016, ano em que os *Campi* Dourados e Jardim iniciaram as atividades em sede definitiva e expandiram a oferta de cursos (Brasil, 2022).

A fim de institucionalizar a oferta de cursos na modalidade a distância, foi criado, em 2015, o Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (Cread) (Brasil, 2022).

Em 2017, o MEC autorizou o IFMS a ofertar graduação e pós-graduação *lato sensu* a distância. No mesmo ano, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) credenciou a Instituição para abrir vagas no Mestrado Profissional, oferecido por instituições que compõem a RFEPCT e coordenado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). As atividades começaram no segundo semestre de 2018, em Campo Grande, marcando o início do primeiro curso de pós-graduação *Stricto Sensu* presencial do IFMS (Brasil, 2022).

De acordo com os dados da plataforma Nilo Peçanha, no ano de 2021, o IFMS

contava com 11 *Campi*, 249 cursos, 51.298 alunos matriculados, 33.036 vagas e 46.258 inscritos nos Processos Seletivos e 8.559 concluintes.

O IFMS iniciou suas atividades no município de Coxim, no segundo semestre de 2010, com a oferta de cursos de EPT de Nível Médio Integrado, a distância, em parceria com IFPR. Na época, o espaço com salas de aula, laboratórios, quadra poliesportiva, biblioteca e auditório foi cedido pela Secretaria Estadual de Educação do Governo do Estado (SED/MS) e funcionava provisoriamente na Escola Estadual Padre Nunes. O ano de 2014, em cerimônia realizada no dia 11 de abril, marcou a inauguração e a oficialização da sede própria do *Campus* Coxim, localizada na Rua Salime Tanure, s/nº, Bairro Santa Tereza. Com cerca de 7 (sete) mil m² de área construída, o prédio tem quatro blocos para atendimento aos estudantes (IFMS/PDI/MS, 2018).

O *Campus* Coxim possui quatro blocos que abrigam 14 salas de aula, 17 laboratórios, assim como 34 salas para os setores administrativos, biblioteca, cantina, espaço de inovação e quadra poliesportiva (Brasil, 2022).

No que tange ao número de servidores, o IFMS possui um total de 1.287, sendo 1.206 efetivos, divididos entre 599 docentes e 608 técnicos administrativos, além de 79 professores substitutos (IFMS, 2022)⁴.

No ano de 2021, o IFMS atendeu a 51,9 mil alunos, destes, 5.003 alunos foram matriculados nos diferentes cursos ofertados no *Campus* Coxim/MS. Na atualidade, o *campus* conta com um total de 99 servidores, sendo 91 efetivos e 8 professores substitutos. Dentre os servidores efetivos, 53 são docentes e 39 técnicos administrativos⁵.

O *Campus* Coxim iniciou sua oferta de cursos, desde o ano de 2011, sendo primeiramente, 2 (dois) cursos na perspectiva do EMI, de forma presencial, em Alimentos e Informática, permanecendo até 2019. De 2020 a 2023, estão sendo ofertados 3 (três) cursos de EMI: Técnico em Alimentos, Técnico em Aquicultura e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas. A partir de 2024, haverá a oferta de um novo curso, Técnico em Agropecuária, e a extinção de outro, Aquicultura. A partir do ano de 2015, o *campus* ofereceu, por meio da Educação a Distância, os cursos de

⁴ No site <https://www.ifms.edu.br/ifms-em-numeros>, constam 1206 servidores efetivos, contudo, a soma totaliza 1207.

⁵ No site <https://www.ifms.edu.br/ifms-em-numeros>, constam 99 servidores, sendo 91 efetivos e 8 professores substitutos. Dentre os servidores efetivos, 53 são docentes e 39 técnicos administrativos. Contudo, a soma totaliza 92 servidores.

Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade Técnico Integrado em Proeja, bem como os cursos de Aquicultura, Manutenção e Suporte em Informática e Administração, na forma Subsequente, permanecendo somente o de Aquicultura, nos dias atuais.

No ensino superior, na modalidade presencial, o *campus* oferece os cursos de Bacharelado em Engenharia de Pesca e Licenciatura em Química. Na educação a distância, oferece os cursos de Tecnologia em Sistemas para a Internet, Alimentos e Gestão Pública.

O ingresso no IFMS depende do tipo de curso escolhido, realizado na maioria das vezes por meio de processo seletivo, com a publicação de edital próprio na página da Central de Seleção, no site da instituição⁶. O Processo Seletivo de Ingresso Discente no IFMS ocorre a cada semestre letivo, sendo que, para os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado, no *Campus* Coxim, ocorre anualmente, sempre no primeiro semestre.

Trata-se de um formato de classificação dos estudantes que se candidatam às vagas nos cursos ofertados pela instituição. Essa seleção é organizada de forma unificada, envolvendo todos os *campi* do IFMS, e abrangendo um calendário único, com as respectivas etapas: divulgação, isenção, inscrição, prova, resultado e matrícula.

Ressalta-se que o processo é meritocrático, ou seja, são aprovados às vagas os estudantes que obtiverem melhor desempenho na prova. Contudo, a classificação das melhores notas não é realizada em uma única listagem, pois, a partir da instituição do sistema de reserva de vagas para o ensino público, o IFMS passou a destinar 50% das vagas para os estudantes oriundos da escola pública. Atualmente, existem 8 (oito) modalidades de ingresso, isto é, são oito opções, em cada curso, que os candidatos encontram para a inscrição no processo eletivo.⁷

⁶ No caso: <https://selecao.ifms.edu.br>.

⁷ As modalidades de ingresso são:

Cotas Descrição das Opções das Ações Afirmativas / Cotas

C1 - Candidatos que cursaram todas as séries do ensino fundamental em escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que sejam pessoas com deficiência.

C2 - Candidatos que cursaram todas as séries do ensino fundamental em escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que não sejam pessoas com deficiência.

C3 - Candidatos que cursaram todas as séries do ensino fundamental em escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que sejam pessoas com deficiência.

Em função da pandemia do Covid-19, os Processos Seletivos dos Cursos Técnicos Integrados do IFMS, no ano de 2021, ocorreram, conforme edital, por meio de análise do documento escolar do 8º ano do EF, com a apuração da nota final do candidato obtida pela média ponderada das médias finais das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.

Portanto, o modelo de ingresso analisado foi o seletivo, mediante formas meritocráticas de avaliação, calibrado pelo sistema das cotas, que, por sua vez, apresentam-se como parte de um conjunto de ações afirmativas. Essa iniciativa afirmativa tem por finalidade promover, mediante novas oportunidades educacionais, uma melhor inserção das pessoas marginalizadas no mercado de trabalho, na perspectiva do pagamento de uma dívida social, tendo em vista que essas pessoas são produtos das desigualdades procedentes de um processo histórico de exclusão de oportunidades.

Conforme Santos e Escobar (2021),

Os Institutos Federais por serem instituições públicas presentes em todo o território nacional e que também estão submetidas ao cumprimento da reserva de vagas para pretos e pardos contribuem notoriamente para ampliação do acesso a uma educação de qualidade, mas para além da formação técnica e profissional para qual são vocacionados articulam trabalho e educação numa perspectiva ontológica, consolidando a missão institucional desses estabelecimentos na entrega de uma formação emancipadora, comprometida com a transformação da sociedade, dos sujeitos e da superação da exclusão social (Santos; Escobar, 2021, p. 9-10).

Em relação ao sistema de cotas, esse foi criado a partir da Lei nº 12.711/2012 – que, posteriormente, foi modificada pela Lei nº 14.723/2023 – com o fito de melhorar o acesso às instituições federais de ensino, sobretudo para o público que, historicamente, ficou excluído delas, o que é o caso dos que se autodeclararam de baixa

C4 - Candidatos que cursaram todas as séries do ensino fundamental em escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*, que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que não sejam pessoas com deficiência.

C5 - Candidatos que cursaram todas as séries do ensino fundamental em escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que sejam pessoas com deficiência.

C6 - Candidatos que cursaram todas as séries do ensino fundamental em escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que não sejam pessoas com deficiência.

C7 - Candidatos que cursaram todas as séries do ensino fundamental em escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que sejam pessoas com deficiência.

C8 - Candidatos que cursaram todas as séries do ensino fundamental em escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário mínimo *per capita*, que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas e que não sejam pessoas com deficiência.

renda, negros, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PcD). Metade das vagas reservadas são destinadas aos estudantes de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo *per capita*. Além disso, deve ser prevista a reserva de vagas para esse público, com base na população da Unidade da Federação em que está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Observa-se que as formas meritocráticas de avaliação, que buscam medir a competência intelectual dos estudantes, desde os primeiros vestibulares até o novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), não consideram, *a priori*, a situação social e cultural, que é amplamente desigual entre os concorrentes. Na prática, na busca por promover a igualdade material, essas formas de avaliação acabam por fechar os olhos para as disparidades sociais, contribuindo para a manutenção de desigualdades. O critério do mérito, presente nessas avaliações, tem o sentido de classificar, selecionar e, dessa forma, excluir os menos favorecidos (Ambrosini; Escott, 2019).

Mesmo considerando a implantação da reserva de cotas como um avanço real na luta pela democratização do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, faz-se necessário orientar e conscientizar, de forma mais clara e didática, os interessados sobre o processo seletivo. Pois, o candidato, ao se inscrever no processo seletivo, depara-se com uma descrição de modalidade de seleção que, em princípio, pode gerar incompreensões. Dentre essas possibilidades, encontra-se o sistema de cotas que, na perspectiva de uma política afirmativa, viabiliza ações que incentivam a democracia nos espaços de disputas de recursos valorizados socialmente, tendo em vista proporcionar um maior acesso e participação social da população negra, indígena, quilombola e PcD que se encontram à margem da sociedade (Da Matta, 1993).

Não se pode negar a importância das cotas como mecanismo de inclusão de negros, indígenas, quilombolas e PcD no sistema de ensino público, gratuito e de qualidade. Porém, corre-se o risco de simplificar o problema, partindo da ideia de que toda a questão social ficaria restringida “na inclusão dessa parcela da população a um modelo de sociedade capitalista, excludente e binário” (Silva, 2016, p. 71). “Esse sistema de políticas afirmativas não questiona de forma profunda esse modo capitalista de sociedade, suprimindo, assim, os reais mecanismos e relações de poder que reproduzem o racismo no mundo capitalista contemporâneo” (Silva, 2016, p. 72). É importante lembrar, ao velar tais mecanismos, que a sociedade inviabiliza a luta

contra as reais condições produtoras das desigualdades raciais, oriundas do capitalismo.

Destaca-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 208, menciona o processo seletivo como forma de ingresso nas instituições de ensino público, gratuito e de qualidade, sem referir-se ao vestibular, uma vez que a LDB não tem a preocupação com a priorização dos mais aptos, ao contrário, visualiza a oferta educativa na perspectiva de um direito social comum e acessível a todos os brasileiros.

2.3.1 A análise do fenômeno, a partir do Ciclo de Políticas na perspectiva de Stephen Ball

A reflexão proposta até aqui transborda para outros debates, principalmente o de avaliação institucional em uma perspectiva global, que diz respeito à política de ingresso proposta pelo IFMS, relacionado à política oficial, às intenções governamentais, aos burocratas/educadores e às instâncias burocráticas educacionais em ciclo de política pública, no caso deste estudo, destacando a implementação da política proposta pela articulação do contexto macro e micro, conforme perspectiva proposta por Ball e Bowie (1992).

Assim, a política de ingresso no IFMS, via processo seletivo, foi discutida mediante a perspectiva da “Policy Cycle Approach” ou “Abordagem do Ciclo de Políticas” (ACP), que se perfaz em uma abordagem sociológica formulada por Stephen Ball e Richard Bowe, e, posteriormente, difundida por outros estudiosos da temática.

A escolha pelo Ciclo de Políticas deu-se pelo fato de que se constitui em um referencial analítico em pesquisa educacional já reconhecido e utilizado em diferentes países, tendo em vista ser uma pesquisa de cunho crítico-social da trajetória de programas e políticas educacionais desde o início de sua formulação até a materialização das políticas em práticas:

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (Mainardes, 2006, p. 49).

Tal perspectiva vem ao encontro dos achados da entrevista que demonstram

como a comissão busca soluções inovadoras/próprias, para atender às demandas da política pública de ingresso no IFMS – *Campus Coxim*, conforme será evidenciado no capítulo 5.

Os autores tiveram como preocupação representar as influências originadas de intenções e disputas do processo político que envolve a produção de políticas públicas em educação, aprimoram a análise em uma versão mais refinada nesse âmbito na obra denominada: *Reforming education and changing school*, publicado no ano de 1992 (Mainardes, 2006).

Ball e Bowe (1992) refutam a separação das fases de formulação da política e de sua efetivação nos modelos de política educacional, tendo em vista que sua análise percebe, como tendência geral, na experiência de pesquisa em políticas educacionais, a ideia reducionista de que estão esses projetos fora do processo de gerenciamento da população, o que, por consequência, levaria à percepção de uma neutralidade inexistente. A percepção de Ball é a de que:

O desenvolvimento epistemológico nas ciências humanas, como a educação, funciona politicamente e é intimamente imbrincado no gerenciamento prático dos problemas sociais e políticos. O vocabulário específico deve distanciar os pesquisadores de sua atividade, mas, simultaneamente, também constrói um olhar fixo que torna a “paisagem do social” sempre mais visível. A ideia de que as ciências humanas, como os estudos educacionais, permanecem fora ou acima da agenda política de gerenciamento da população ou, de algum modo, tem status neutro incorporado em um racionalismo progressivo flutuante, é um pensamento débil e perigoso (Ball, 2006, p. 18).

Nessa direção, Ball (2006), ao realizar a defesa de seu método, toma por referência e passa a observar de forma sistemática as características genéricas ocorridas no setor público na Inglaterra, por um período de 15 anos, até a conclusão de seu trabalho, na década de 90. O intuito do autor foi compreender a transformação do setor público inglês, a fim de desvelar a forma como tais mudanças específicas em educação fazem parte de um processo mais amplo e fundamental que, de acordo com ele, perpassa esse campo, ao partir do princípio de que a transformação a qual discute está ligada ao conceito de bem-estar público. O autor chama a atenção, também, para as características do neoliberalismo thatcherista que permitiu uma nova economia moral, que resultou na pauperização das concepções morais da esfera pública.

A transformação ocorrida no âmbito das políticas educacionais na Inglaterra abarca o neoliberalismo no país, tendo em vista a influência sofrida na década de 90, quando tem início a onda neoliberal, absorvendo o resto do mundo. Como

consequência, tal política vem pautando as decisões na agenda econômica e provocam, no campo da educação, no mundo globalizado, uma soma de alterações que sinalizam para “o início do fim da educação pública em sua(s) forma(s) de ‘bem-estar’” (Ball, 2014, p. 24). Trata-se de um conjunto de novas relações desfocadas e de “interesses no âmbito da política e da educação pública onde serão delineados” (Ball, 2014, p. 24).

Esse exercício de revisão da pesquisa em política educacional permitiu que Ball (2006) constatasse a separação existente entre política e prática. A partir de então, o autor destaca que esse hiato propicia falhas nas pesquisas. Neste sentido, pesquisadores preocupados com a justiça social, ao assumirem de forma explícita ou implícita os fins de uma política pública, compreendem o desalinhamento existente entre o planejado/formalizado e o praticado como uma falha da implementação da política educacional por parte dos professores e da escola sem, contudo, discutir a própria política. Nesse sentido, salienta que:

[...] É óbvio que um grande conjunto de pesquisas sobre educação ou escolarização não se refere, de forma alguma à política. Mas em alguns estudos, a política pode ser pensada como uma ausência presente e significativa. Ela é ignorada ou teorizada “fora do quadro”. Isso é o que ocorre, particularmente, em pesquisas sobre sala de aula, professores e escolas que os tratam como autodeterminados. Ou seja, como algo fora de seus contextos relacionais – como se não fossem afetados ou constrangidos pelas exigências de um currículo nacional, da LMS ou de competições locais. Essas pesquisas consideram a atividade de docentes ou os seus padrões de ensino como exclusivamente constituídos por princípios e preocupações educacionais e não afetados e mediados pela nova economia moral do setor público. Em certo sentido, esse tipo de pesquisa desliza claramente de volta a táticas de formuladores de políticas não reflexivas, “baseadas na culpabilização”, nas quais as políticas são sempre soluções e nunca parte do problema. O problema está “na” escola ou “no” professor, mas nunca “nas” políticas (Ball, 2006, p.20).

Na prática, é como se a política pública educacional se revestisse de equidade e isonomia, revelando-se como uma equação exata para atender às demandas sociais.

A percepção de Ball (2006) é a de que, tanto pesquisadores críticos como cientistas políticos são culpados por esse tipo de análise com um foco único. O autor destaca que seu interesse é questionar como o pesquisador desenha e foca seus estudos de política e que relação estabelece entre o desenho, o foco e as demandas interpretativas e contraditórias que passam a coexistir. O autor observa a existência de casos em que políticas não coordenadas e contraditórias agem conjuntamente.

Esse fato foi, diversas vezes, percebido em várias fases da análise a que este estudo se propôs, como é o caso da política de ingresso na EPT do IFMS. Partiu daí, então, a importância de se buscar uma resposta razoável e factível ao levar em conta uma pesquisa política, sem deixar de considerar que outros contextos estão envolvidos no processo.

Ball (2006) observa um contraste dessas concepções políticas que agem conjuntamente, quando uma é percebida “clara, abstrata e fixa”, em detrimento daquela, cuja concepção é vista como “desatualizada, incompleta, incoerente e estável”. O autor ainda visualiza a primeira concepção de política como uma panaceia, ou seja, um remédio para todos os males, sejam quais forem os locais em que elas se apliquem, ainda que, como processo da globalização, seja projetado fantasiosamente por seus idealizadores.

Tal reflexão contribuiu para entender a limitação relativa ao Processo Seletivo no *Campus* Coxim do IFMS e serviu para olhar criticamente para as cotas, em um cenário democrático ainda deficitário, mesmo sendo considerada a citada iniciativa de ação afirmativa. Nessa direção, o Produto Educacional, fruto desta investigação, servirá para possibilitar que, na prática, sejam contornadas algumas externalidades negativas existentes do processo de ingresso.

Ball (2006), em uma perspectiva de contraposição, compreende a importância das condições locais, sejam elas de condições de trabalho e históricas da segunda concepção relativa às políticas públicas de acesso, permanência e êxito em educação, que possibilitam a diferenciação. Além disso, constrói relações entre esses conceitos de política e o modelo de estudo sobre política, enfatizando a pesquisa que, em detrimento daquela que analisa um único nível, ou seja, a escola, a sala de aula e a direção local, sensibiliza-se pela dinâmica política nos níveis e entre eles, proposta de abordagem por ele denominada “trajetória política” (Ball, 2006), a ser apresentada adiante.

A indicação realizada por Ball e Bowe (1992) evidencia que o foco da análise de políticas públicas deve centrar-se na formação do discurso da política e sobre a ação interpretativa dos profissionais atuantes no contexto da prática.

A princípio, os autores propõem a existência de um ciclo com três contextos principais pertencentes às políticas públicas: o contexto da influência, o da produção do texto e o da prática, ou seja, cada um desses âmbitos se interliga entre si, contudo, de forma não linear, nem no tempo e nem no espaço (Ball e Bowe, 1992).

No interior de cada um deles, existem grupos de interesses em conflito, verdadeiras relações de conjuntura em um círculo complexo em tensão permanente. Nesse caso, a fundamentação do método está consolidada pela ideia de que a política está para além de processos e consequências: ela é texto e também discurso e ambos os conceitos se complementam e estão implícitos entre si (Ball; Bowe, 1992). Em 1994, surgem mais dois contextos sugeridos por Ball, o dos resultados ou efeitos e o de estratégia política (Mainardes, 2006). Esses contextos estão relacionados aos impactos e a retroalimentação da política observada.

Mainardes (2006) chama a atenção para o fato de que a percepção do contexto da influência está diretamente ligada aos discursos políticos originados desde o momento em que as políticas surgem. Para o autor, a construção desses discursos se dá por intermédio de ações políticas. Grupos de interesse e redes sociais tecem as teias, cujo objetivo é influenciar politicamente, no caso da educação, as suas finalidades sociais.

Dessa forma, irão atuar tanto no interior como no entorno de partidos políticos, do governo e do próprio processo legislativo. Tal contexto, por sua vez, fornecerá as bases para a legitimidade dos conceitos que farão parte do discurso de base política. Estabelece-se, então, um verdadeiro embate em que arenas públicas, sejam por meios de comunicação social, sejam pelas comissões e grupos representativos que, possivelmente, funcionariam como nichos de influência articulada (Mainardes, 2006).

Além das já mencionadas, foi observada por Mainardes (2006), na ACP, a presença de influências globais e internacionais no processo de formação de políticas nacionais em educação. Brawn e Lauer (1996, p. 4, *apud* Ball, 2006) afirmam que: “Conhecimento, aprendizagem, informação e competência técnica são as matérias-primas atuais do comércio internacional”.

Ao tratar do processo da convergência política na educação, no que diz respeito à falta de pesquisas do papel nessa convergência do empréstimo de políticas, Ball (2006) comenta que Lingard (1996, p. 11) já afirmava que: “A globalização da economia, particularmente, dos mercados financeiros, reduz as opções políticas do Estado nação”. Por conseguinte, as preocupações e preferências locais seriam mediadas em uma interface de pressões e constrangimentos pelo relacionamento global/local no processo de políticas (Ball, 2006, p. 22).

Nessa direção, o autor percebe as influências internacionais, tanto pelo fluxo de ideias, por meio de redes políticas e sociais que envolvem a sua difusão em escala

internacional, quanto por “empréstimos” políticos e grupos de indivíduos que vendem soluções no mercado político e acadêmico. Ressalta, também, a imposição ou o patrocínio de agências multilaterais, a exemplo do *World Bank* da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Mainardes, 2006, p. 51).

Faz-se importante destacar que a leitura de Ball (2006) é aquela referente à tradução de seu artigo, escrito em 1997: *Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-Social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional*. Em um de seus escritos, suas seções são indicadas, pelo próprio autor, para pesquisadores brasileiros que se afinam a sua temática de pesquisa: “Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal” (Ball 2014), em que o teórico afirma a existência de um jogo de interesses e disputas por lucros do *edu-business* global em decorrência do que já havia previsto anteriormente acerca da influência do neoliberalismo e sua ação no gerenciamento educacional do Estado, o que se encontra agora na materialidade de seu texto atual como fato:

[...] na interface entre a política educacional e o neoliberalismo, o dinheiro está em toda a parte. Como indiquei, a própria política é agora comprada e vendida, é mercadoria e oportunidade de lucro, há um mercado global crescente de ideias de políticas. O trabalho com políticas está também cada vez mais sendo terceirizado para organizações com fins lucrativos, que trazem suas habilidades, seus discursos e suas sensibilidades para o campo da política, por uma taxa honorária ou por um contrato com o Estado (Ball, 2014, p. 222).

O contexto da produção de texto guarda uma relação simbiótica com o contexto da influência, porém, enquanto este se direciona a interesses de grupos e ideologias dogmáticas, aquele guarda uma articulação com a linguagem do interesse público em geral, como se pode perceber em:

Os textos políticos, portanto, representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios (Mainardes, 2006, p. 12).

O autor esclarece que nesses textos estão impregnados os acordos daqueles que competem na militância pelo controle da produção do texto. Para compreendê-

los, é imprescindível a análise do contexto em que foram realizados, de forma que eles sejam lidos a partir da sua enunciação.

Podemos compreender que o contexto da prática é o momento em que a política se efetiva. Nesse caso, a segunda pode ser interpretada e recriada no “chão da escola”, um momento do ciclo em que os efeitos e consequências pretendidos pela política original podem ser transformados e ressignificados na prática do burocrata educador. Mainardes (2006) considera ser esse o ponto-chave das políticas, conforme os autores da abordagem. Para Ball, Bowe e Gold (1992), as políticas não são simplesmente implementadas. Nesse caso, Ball, em entrevista ao próprio Mainardes e Marcondes (2009), afirma ser o termo “implementação” pouco produtor no contexto da ACP, de acordo com as ideias de Ball. Em suas palavras:

O ciclo de políticas não tem a intenção de ser uma descrição das políticas, é uma maneira de pensar as políticas e saber como elas são “feitas”, usando alguns conceitos que são diferentes dos tradicionais como, por exemplo, o de atuação ou encenação (enactment). Quero rejeitar completamente a ideia de que as políticas são implementadas. Eu não acredito que políticas sejam implementadas, pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta. Este é um uso descuidado e impensado do verbo. O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática (Mainardes e Marcondes, 2009, p. 305).

Desse modo, o centro da análise no contexto da prática é o *locus* em que a política ocorre. Cabe ao pesquisador o mergulho na instituição que pretende observar a ponto de perceber nesse contexto, como já foi mencionado, a coexistência de todos os outros a ele anteriores, o contexto da influência e o da produção do texto junto ao contexto da prática imbrincados. É nesse ambiente que interesses diversos estarão em disputa.

Leituras foram realizadas da política a partir da realidade dos atores, sejam eles alunos, professores, direção, pais e a comunidade que envolve a instituição, no caso da análise da prática institucional em relação à política de ingresso. A história individual e até mesmo a realidade social dos sujeitos estiveram presentes na ação prática, haja vista que os textos políticos são interpretações, não podendo, assim, ser controlados.

O quarto contexto é o dos resultados ou efeitos. Ball (2009, p. 306) o considera uma extensão da prática, diferindo efeitos de primeira ordem dos de segunda. Para o autor, os primeiros estão ligados a mudanças na prática ou na estrutura que são facilmente perceptíveis, como tentativas de mudança nas ações e comportamento dos professores/profissionais da educação atuantes na prática. Já os efeitos de segunda ordem relacionam-se ao impacto dessas mudanças quando se observam padrões como acessibilidade, oportunidade e justiça social que ocorrem no contexto da prática, principalmente quando desempenho e formas de aprendizado são observadas.

O contexto que fecha o ciclo é o de estratégia política, que funcionou na perspectiva de uma revisão a respeito das desigualdades sociais criadas ou reproduzidas pela política em investigação, com vistas a retroalimentá-la de forma a dirimir as desigualdades observadas:

O contexto da ação política, na realidade, pertence ao contexto de influência, porque é parte do ciclo do processo através do qual as políticas são mudadas, ou podem ser mudadas ou, pelo menos, o pensamento sobre as políticas muda ou pode ser mudado. O pensar sobre as políticas e o discurso das políticas podem ser mudados pela ação política. Assim, eles podem ser subsumidos e integrados ao contexto de influência (Mainardes, 2006, p. 55).

Tal perspectiva implicou a Ball, de acordo com Mainardes e Marcondes (2009) ao entrevistá-lo, seguir um caminho menos pragmático em busca de uma performatividade que não se preocupe tanto com a relevância de seus escritos, como de suas conclusões.

Ball (2006) chama a atenção para o excesso de soluções em trabalhos acadêmicos que, aparentemente, não impactam no mundo real e conclui que:

Seria mais honesto, realista e útil se mais pesquisadores e acadêmicos adotassem uma posição modesta e tentassem construir, desenvolver gradualmente, adicionar, acumular trabalhos que fornecessem um conjunto de ideias às quais as pessoas pudessem recorrer com relação à prática (Mainardes e Marcondes, 2009, p. 305).

Podemos afirmar, portanto, que as políticas públicas são resultados de lutas de vigorosos movimentos sociais. Os trâmites das leis estão impregnados de disputas e intenções políticas influenciadas por interesses ideológicos. Os partidos políticos se filiam a esses interesses e passam ao processo de constituí-las. O cenário da produção do texto de lei é carregado de discussões temáticas, muitas vezes, polêmicas e contraditórias.

Mainardes (2006, p. 52) destaca que os textos políticos se articulam em acordo com interesses públicos mais gerais. Ao mesmo tempo, chama a atenção para o fato de que: “Os textos políticos são resultados de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política”.

Nessa direção, a análise do Ciclo das Políticas Públicas, na qual esta pesquisa se sustentou, atenta para o fato de que observar a prática da política, no caso desta pesquisa, que se refere à política de ingresso, a partir da instituição de ensino a qual ela foi determinada, o IFMS, sem ter a preocupação de como na prática se construiu a política e qual é o contexto em que está inserida, pode levar o pesquisador ao erro, pois não é possível qualquer análise séria mediante a separação entre a política e a prática.

O próprio exercício de compreender como essa política se deu, pelos contextos da influência e da produção do texto da lei, já leva a questionamentos acerca dos resultados de sua efetivação na prática, ou, até mesmo, de sua não eficácia, à medida que os maiores interessados não foram ouvidos. Cenário que corrobora para não propiciar a justiça social⁸ proposta pela política pública.

Diante do exposto, espera-se que, com a elaboração de uma Cartilha Informativa, seja possível contribuir, de forma clara e didática, para o entendimento por parte dos interessados das normas do Processo Seletivo do IFMS – *Campus Coxim*. Assim, a Cartilha Informativa consiste em um mecanismo para auxiliar o candidato e os responsáveis a compreenderem o edital regulamentador de ingresso de novos discentes na instituição.

Trata-se de uma temática que tem relevância na perspectiva das políticas públicas de democratização e ampliação do acesso ao ensino público federal, gratuito e de qualidade, uma vez que os IFs, criados pela Lei nº 11.892/2008, têm como

⁸ Em entrevista concedida a Mainardes e Marcondes (2009, p. 307), Ball se posiciona acerca do conceito de justiça social: “[...] a vantagem do conceito de justiça social é de que é um conceito inclusivo, que não é específico à raça, classe, deficiência ou sexualidade; abarca uma concepção ampla de questões de equidade, oportunidade e justiça. É maleável, tem uma gama ampla de aplicação. Alerta o pesquisador para as variadas maneiras em que a opressão pode funcionar em uma variedade de formas e pode atuar sobre as pessoas de diversas maneiras através de seu gênero, posição de classe, sexualidade ou seus graus de habilidade, bem como através de inter-relações complexas entre esses fatores. [...] Assim, eu vejo a justiça social através da opressão de poder, vejo as políticas de distribuição e reconhecimento em termos de lutas de poder. Ambos lutam pelo controle de bens e pelo controle dos discursos. As políticas são investidas de, ou formadas a partir de ambos os aspectos de disputas, em termos de vantagens sociais e de legitimidade social; o que pode ser considerada uma “boa” política e quais interesses são servidos pela definição do que seja considerado ‘bom’”.

finalidade ofertar educação pública, gratuita e de qualidade. A democratização do acesso e a diminuição das desigualdades são princípios norteadores das instituições públicas de ensino, por essa razão, melhorar e facilitar o processo de ingresso só tem a auxiliar essa finalidade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, estão descritos os métodos aplicados para a coleta e a análise de dados, o local, os participantes, os critérios éticos, os instrumentos utilizados, a metodologia de análise dos dados e as etapas da pesquisa.

Os dados da pesquisa foram ordenados de acordo com tipo ou instrumento de coleta, os sujeitos envolvidos, o quantitativo de sujeitos com os quais a respectiva coleta foi realizada e a quantidade de respostas obtidas.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa caracterizou-se como aplicada, de abordagem predominantemente qualitativa e de cunho exploratório. Entende-se por pesquisa aplicada aquela que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (Gerhardt, 2009, p. 35).

Considerando as diversas etapas, esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa, pois:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p. 21-22).

Essa investigação pode ser considerada também de cunho exploratório, uma vez que essas:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão (Gil, 2002, p. 41).

As ferramentas e técnicas utilizadas para a coleta de dados foram a revisão bibliográfica, a análise documental, os questionários e a entrevista, conforme preceitos orientados por Bogdan e Biklen (1994). As ferramentas de questionário e

entrevistas serão melhor delineadas em subseções posteriores.

A revisão bibliográfica configurou-se como sendo o exame de materiais de natureza diversa, que recebeu um tratamento analítico, ou que foram reexaminados, criando interpretações novas ou complementares, incluindo a atividade de localização de fontes, para subsidiar a coleta de dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema.

A característica principal da revisão bibliográfica consistiu em possibilitar ao pesquisador uma bagagem teórica variada, contribuindo para ampliar o seu conhecimento, de forma a fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, fundamentando, do ponto de vista teórico, o material a ser analisado (Bogdan e Biklen, 1994).

A análise documental considerou as legislações nacionais e documentos do IFMS que regulam, definem e informam acerca das políticas educacionais e institucionais relacionadas ao ingresso discente. A análise documental foi entendida como:

[...] aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências (Gerhardt, 2009, p. 69).

Ademais, esse tipo de análise buscou perceber os principais conceitos e implicações do texto. Enquanto possibilidade, no que se refere à pesquisa qualitativa, a análise documental consistiu no estudo de documentos que não receberam tratamento analítico contemporâneo ou retrospectivo, considerados cientificamente autênticos. Essa análise foi uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Lüdke e André, 1986). Tratou-se de uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas, sendo indispensável porque a maior parte das fontes, escritas ou não, são quase sempre a base do trabalho de investigação.

3.2 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no IFMS – *Campus* Coxim (Figura 1), localizado no estado de Mato Grosso do Sul (MS). O IFMS foi a primeira instituição pública federal

a oferecer EPT em MS. Com *Campi* em dez municípios, que abrangem todas as regiões do estado, o IFMS chegou à primeira década de história com mais de cinquenta e um mil estudantes matriculados, em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O processo de implantação do IFMS teve início no ano de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal de MS, com sede em Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina. No ano seguinte, com a criação da RFEPCT, foi prevista a instalação de *Campi* nesses dois municípios (Brasil, 2007).

Conforme já pontuado anteriormente, o IFMS iniciou suas atividades no município de Coxim, no segundo semestre de 2010, com a oferta de cursos de EPT de Nível Médio Integrado e a distância, em parceria com o IFPR. Na época, o espaço com salas de aula, laboratórios, quadra poliesportiva, biblioteca e auditório foi cedido pela Secretaria Estadual de Educação do Governo do Estado (SED/MS) e funcionava na Escola Estadual Padre Nunes. O ano de 2014 marcou a inauguração do *Campus* Coxim, em cerimônia realizada no dia 11 de abril, quando foi oficializada a transferência da sede provisória para a definitiva, localizada na Rua Salime Tanure, s/nº, Bairro Santa Tereza. Com cerca de 7 (sete) mil m² de área construída, o prédio tem quatro blocos para atendimento aos estudantes (IFMS/PDI/MS, 2018).

O *Campus* Coxim possui quatro blocos que abrigam 14 salas de aula, 17 laboratórios e 34 salas para os setores administrativos, biblioteca, cantina, espaço de inovação e quadra poliesportiva (Brasil, 2022).

Figura 1 – IFMS – *Campus* Coxim



Fonte: Arquivo do IFMS, 2022.

É possível constatar que o *Campus* Coxim do IFMS apresenta-se como um espaço moderno, pensado para o desenvolvimento dos atores sociais que trabalham e utilizam dos serviços prestados pela instituição, bem como para o desenvolvimento regional.

3.3 Participantes da Pesquisa

Nesta subseção, são apresentados os participantes da pesquisa (população-alvo), bem como os critérios de inclusão e exclusão desses participantes.

3.3.1 Descrição dos participantes (população-alvo)

Os sujeitos da pesquisa foram os 122 candidatos do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados de 2021 do IFMS – *Campus* Coxim, bem como os 15 servidores, do referido *campus*, que se encontram diretamente ligados às ações inerentes a esse processo, nesse último caso, foram selecionados 3 indivíduos desse conjunto de servidores.

Tabela 1 – Participantes da Pesquisa (amostra)

Convidados	Grupo	Participantes
122	Participantes estudantes	11
3	Participantes Servidores	3

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A tabela 1 evidencia a fragilidade advinda da pouca participação dos discentes. Vale ressaltar que foi realizado todo o esforço pelo pesquisador, conforme será relatado adiante, para que esse número de participantes discentes aumentasse, o que não ocorreu. Buscou-se, então, que tal fato fosse compensado pelas entrevistas realizadas com os participantes servidores e pela análise documental realizada.

3.3.1.1 Participantes Estudantes

O critério para inclusão e exclusão dos estudantes, participantes da pesquisa, foram: I) inclusão: ter sido candidato inscrito no Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021 no IFMS – *Campus* Coxim; II) exclusão: em sendo candidato inscrito, não ter respondido o questionário proposto pela pesquisa.

3.3.1.2 Participantes Servidores

O critério para inclusão do participante servidor consistiu na escolha não probabilística, que considerou a atuação direta desse servidor, pertencente ao quadro de servidores do IFMS – *Campus Coxim*, na Comissão Local do Exame de Seleção dos Cursos Técnicos Integrados 2021. Quanto à exclusão, mesmo sendo membro da comissão, não ter sido escolhido para a participação na entrevista.

3.4 Critérios Éticos

Com a intenção de preservar a integridade dos participantes, foram realizadas ações que respeitassem às normas éticas da pesquisa. A pesquisa foi submetida para avaliação ética, no dia 10/11/2021, ao Comitê de Ética com Seres Humanos (Registro: 8030), da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – CESH/UEMS, por meio da Plataforma Brasil, pois parte da coleta de dados foi realizada com seres humanos, assim como seguiu a Resolução n.º 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2016). Após análise, a pesquisa foi aprovada, conforme Parecer Consubstanciado n.º 5.139.755, de 01/12/2021, e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n.º 53217021.6.0000.8030.

3.5 Instrumento para a Coleta de Dados

Esta subseção descreve os instrumentos de pesquisa utilizados na coleta de dados e no desenvolvimento do PE, além do percurso metodológico utilizado para a análise de dados.

Para nortear o percurso investigativo da pesquisa, partiu-se da ideia de que a metodologia da pesquisa é um caminho de regras o qual se percorre para chegar a um fim pretendido, em conformidade com o pensamento de Gerhardt e Silveira (2009, p.12), “a metodologia é caminho em direção a um objetivo, é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa científica”. Minayo (2008, p. 14), por sua vez, complementa que “a metodologia inclui simultaneamente a teoria de abordagem (método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (técnica) e a criatividade do pesquisador (experiência)”.

Dessa maneira, pode-se dizer, então, que a metodologia é o detalhamento minucioso do método aplicado na pesquisa, assim como também é o plano de como

entender a realidade empírica e recolher dela, por meio de instrumentos, as informações necessárias para analisá-la.

Assim, traçou-se a metodologia, apoiada em fundamentos epistemológicos, visando fundamentar cientificamente o objeto de pesquisa, explicando o tipo de pesquisa, as técnicas utilizadas, os procedimentos de investigação e os instrumentos adotados.

Dentre os materiais que foram consultados, temos:

- I. documentos públicos, disponíveis na internet, no endereço eletrônico do IFMS (editais de processo seletivo, resultados oficiais de processos seletivos);
- II. documentos públicos, disponíveis na internet, nas páginas do Governo Federal (legislações, portarias, instruções normativas);
- III. questionário aplicado aos participantes estudantes inscritos e aprovados no Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021, no IFMS – *Campus Coxim*, via *Google Forms*;
- IV. entrevista realizada com os participantes servidores, que atuam diretamente na Comissão Local do Exame de Seleção dos Cursos Técnicos Integrados 2021, do IFMS – *Campus Coxim*.

Alguns parâmetros de investigação foram delimitados para os itens I e II: os processos seletivos para ingresso de alunos; as políticas de ação afirmativa; os cursos técnicos integrados ao ensino médio e o resultado dos requerimentos de inscrição, que concederam o *status* de deferido ou indeferido aos candidatos.

A primeira etapa da pesquisa constituiu-se no processo de revisão bibliográfica e consulta documental que objetivou clarificar conceitos e termos envolvidos nos processos de formulação e cumprimento de normativas e legislações que norteiam as ações do IFMS.

Em um segundo momento (referente ao item I), foram analisados os editais e resultados dos Processos Seletivos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, posteriores a promulgação da Lei nº 12.711/2012⁹, do período de 2018 a 2022. A escolha desse lapso temporal ocorreu pelo fato de ser o período que contém anos com ciclos acadêmicos inteiros para a análise, bem como abarca momentos com e

⁹ Esta lei, que dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública, foi alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.

sem a incidência da pandemia de Covid-19. Foi priorizado, ainda, o período que possibilitou coletar dados completos acerca dos processos seletivos relativos ao total de vagas oferecidas, vagas para cotas e para ampla concorrência, e quantitativo de alunos, cujas inscrições foram indeferidas para as respectivas vagas.

Para a realização da coleta de dados, aplicados aos estudantes e servidores, foram utilizados dois instrumentos, a saber: (i) um questionário aplicado com os participantes discentes (PDs); e (ii) entrevistas realizadas com os servidores, que atuaram diretamente na Comissão Local do Exame de Seleção dos Cursos Técnicos Integrados 2021.

Faz-se importante destacar que a escolha da comissão se deu em função de ter sido no ano de 2021 a realização do último processo seletivo.

Cada um dos instrumentos é descrito a seguir.

3.5.1 Questionário

No presente estudo, foi utilizado o formato de questionário semiestruturado, que possibilitou uma maior flexibilização na obtenção das informações necessárias. Como ressalta Gerhardt e Silveira (2009, p. 69), o questionário “objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado”.

O questionário (Apêndice A) foi aplicado aos participantes discentes (PDs), aprovados no Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021, do IFMS – *Campus* Coxim, por meio do qual se identificou a percepção desses em relação ao processo de seleção, principalmente quanto às dificuldades encontradas por eles no transcorrer das etapas do processo.

O questionário utilizado nesse estudo teve por base a dissertação de Ambrosini e Scott (2019), intitulada: “Guia de acesso – Estude no IFRS BG: Estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS- *Campus* Bento Gonçalves”.

Ressalta-se que o questionário foi disponibilizado por meio da ferramenta de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, de modo que os PDs tiveram acesso ao *link*, via e-mail. O convite foi encaminhado, em lista oculta, para os endereços de e-mail informados pelos próprios candidatos no momento da inscrição no processo seletivo. Junto ao convite foram encaminhados o Termo de Assentimento Livre e

Esclarecido – TALE (Apêndice C) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE para os pais e/ou responsáveis pelo candidato menor de idade (Apêndice D).

Adiante, nas etapas de realização da pesquisa, será indicado como foram conseguido os dados dos estudantes, bem como todas as diligências tomadas para se ter acesso a esses *e-mails*.

3.5.2 Entrevistas

Para a coleta de dados, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três servidores, escolhidos intencionalmente do total de quinze do IFMS – *Campus Coxim* (Apêndice B), que atuaram na Comissão Local do Exame de Seleção dos Cursos Técnicos Integrados 2021. Vale ressaltar que a escolha foi intencional, porque um dos indicados para participar da pesquisa foi o presidente da comissão. A seguir, o presidente da comissão sugeriu a escolha dos outros dois participantes, uma vez que os mesmos estão diretamente ligados à instrumentalização do processo seletivo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2007, p. 94), uma entrevista consiste em um encontro “[...] entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”.

As entrevistas, em geral, foram utilizadas para a coleta de dados, como também para o tratamento de um determinado problema social. As entrevistas foram registradas por meio de um gravador de voz.

A finalidade da entrevista foi conhecer a percepção dos profissionais do setor de ingresso, a respeito do processo seletivo e suas especificidades.

No caso dos servidores, o planejamento previu a realização de entrevistas presencialmente. Junto ao convite foram encaminhados, via *e-mail* ou presencialmente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE para maiores de 18 anos (Apêndice E).

Os questionários e entrevistas foram fundamentais para coletar as percepções contidas nas respostas dos sujeitos que vivenciaram o fenômeno estudado, sejam os PDs ou os servidores envolvidos com o processo seletivo. A pesquisa identificou as principais opiniões, crenças, interesses e expectativas dos sujeitos, sempre levando em consideração as suas vivências.

3.5.3 Metodologia para a Análise dos Dados

A partir do conjunto de dados levantados nos questionários e entrevistas foi realizada a análise dos dados. A análise, conforme Minayo (2002), tem a finalidade de:

[...] estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte (Minayo, 2002, p. 69).

Para atender à análise dos dados, tendo como base os dados coletados nos questionários e entrevistas, foi realizada a Análise de Conteúdo, em conformidade com o que propõe Minayo (2002).

3.6 Etapas da Pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram necessárias cinco etapas, que estão descritas a seguir.

Etapa 1 – Revisão bibliográfica

A primeira etapa consistiu-se na realização de um levantamento da bibliografia, em livros, artigos e revistas científicas, relativos à temática que trata da EPT, processo seletivo, ingresso, ações afirmativas e política de cotas.

Para tanto, foi realizado uma seleção e leitura de livros e artigos, dos principais periódicos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Google Acadêmico.

As palavras-chave utilizadas para a seleção dos materiais foram: educação profissional e tecnológica; processo seletivo; ingresso; ações afirmativas; política de cotas. Além disso, as publicações dos materiais selecionados compreenderam os anos de 1990 a 2020, incluindo alguns clássicos anteriores às décadas de 1990 e 2000.

Etapa 2 – Análise documental relativa ao fenômeno

Com a finalidade de entender o fenômeno relativo ao processo seletivo no ambiente escolar, a segunda etapa da pesquisa buscou analisar como são trabalhadas as questões relativas ao mesmo, dentro do *campus*, com vistas a uma educação mais equânime.

Para alcançar esse intento, foi realizada uma análise da política de ingresso do *campus*, bem como em outros documentos oficiais institucionais voltados para o processo de seleção dos estudantes.

Essas análises possibilitaram verificar se na política de ingresso e nos documentos oficiais da instituição existiu a preocupação com a prática de uma seleção democraticamente justa, bem como averiguar como funciona a maquinaria desse processo.

Etapa 3 – Levantamento do perfil e percepção dos estudantes

A terceira etapa da pesquisa foi destinada à análise do questionário aplicado aos candidatos aprovados do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021, do IFMS – *Campus* Coxim. A finalidade da aplicação do questionário foi conhecer melhor alguns aspectos considerados importantes para a pesquisa sobre os estudantes, tal como: a percepção que eles possuíam sobre o processo seletivo.

Anteriormente à aplicação do instrumento, o pesquisador entrou em contato com a Diretoria do *Campus* Coxim, com a finalidade de solicitar dados sobre os estudantes, o quantitativo de atendidos, as informações de contato de seus pais/responsáveis e, também, coletar informações acerca do comportamento desses estudantes. As solicitações foram prontamente atendidas e as informações foram repassadas pela Diretoria de Pesquisa do *campus*, via *e-mail* institucional do pesquisador, contendo arquivos, em formato de planilha, com nome completo, contatos telefônicos e *e-mails* de cada um dos estudantes aprovados no processo seletivo do período investigado.

A etapa de aplicação do instrumento de coleta de dados não foi muito tranquila. No início, o próprio atendimento da demanda acima apresentou alguns percalços, ao cabo, nem todos os estudantes se dispuseram a participar, a fim de contribuir com a realização da pesquisa.

Etapa 4 – Mapeamento das percepções dos servidores quanto ao processo seletivo

A quarta etapa da pesquisa consistiu em coletar dados por meio da aplicação do instrumento de entrevista, com os servidores que integraram a Comissão Local do Exame de Seleção dos Cursos Técnicos Integrados 2021, setor responsável pelo processo seletivo no *campus*. A entrevista teve por finalidade conhecer e

compreender o trabalho desenvolvido por esses servidores, de forma a mapear suas análises, reflexões e percepções em relação ao processo seletivo desenvolvido no *campus*.

Esta etapa se mostrou reveladora quanto às ações que já vinham sendo pensadas e construídas pelos profissionais que atuaram junto aos estudantes, como, por exemplo, as orientações disponibilizadas ao público interessado no certame.

Etapa 5 – Elaboração do Produto Educacional

O presente trabalho desenvolveu como Produto Educacional (PE) a Cartilha Informativa intitulada: “Processo Seletivo no IFMS – *Campus* Coxim: Conhecer para Participar”, o material intentou auxiliar os candidatos no entendimento acerca do mecanismo de ingresso nos cursos de EMI na instituição de interesse. O PE desenvolvido foi avaliado pelos mesmos sujeitos participantes da pesquisa, PDs e servidores, que tiveram a oportunidade de conhecer, debater e sugerir as alterações pertinentes, com a finalidade de que ele fosse aprimorado. Para tanto, após a elaboração da Cartilha Informativa pelo pesquisador, foi enviado aos sujeitos interessados um questionário avaliativo sobre o produto elaborado, a fim de que os citados atores sociais, pertencentes à comunidade escolar, pudessem opinar sobre o seu conteúdo e fizessem sugestões de melhoria.

Esperou-se, a partir de sua aplicação, despertar o olhar dos estudantes e da comunidade escolar em geral, no que diz respeito ao processo seletivo, como condição para a inclusão na educação pública, gratuita e de qualidade.

Até aqui foi detalhado o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento desta investigação.

A seção seguinte traz os resultados oriundos das fases de coleta e que auxiliaram também na construção da proposta.

4. PROCESSO SELETIVO: A PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES DISCENTES

Nesta seção, evidenciam-se os resultados da pesquisa, bem como a análise dos resultados relativos ao questionário (Apêndice A), desenvolvido junto aos PDs e a entrevista realizada com os servidores que atuam junto à comissão responsável pelo Processo Seletivo no IFMS – *Campus Coxim*, a fim de coletar as percepções dos mesmos quanto ao trabalho de orientação no processo de ingresso discente.

4.1 Análise dos Editais

Existe um permanente movimento espaço/temporal instituído pela política que define trajetórias de vidas. Em diversos instantes, no que diz respeito aos editais dos processos seletivos do IFMS, percebe-se que as políticas, em sua complexidade, apresentam elementos que são instáveis e contraditórios.

Diante do exposto, fez-se necessário um mergulho nessas interações para que se possa compreendê-las. Nessa direção, estar inserido somente em um dos contextos da Abordagem do Ciclo de Políticas Públicas (ACP) significa estar inserido em sua totalidade, isso ocorre porque os contextos da ACP possibilitam interseções, que não são movimentos estanques. O que ocorre em um deles interfere em todos os outros.

Conforme a análise dos editais dos processos seletivos para os cursos EMI do IFMS – *Campus Coxim* de 2018 a 2022, apresentamos o Quadro 1, contendo a síntese das ofertas.

Quadro 1 – Síntese das Ofertas – de 2018 a 2022

Cursos EMI IFMS Coxim	Processo Seletivo 2022	Processo Seletivo 2021	Processo Seletivo 2020	Processo Seletivo 2019	Processo Seletivo 2018
	Análise curricular 7º ano do EF	Análise curricular 8º ano do EF	Prova	Prova	Prova
Técnico em Alimentos	40 vagas 33 inscritos → (5 por cotas: C8, C4 e 3 C2) 33 ingressantes por AC¹	40 vagas 47 inscritos → (12 por cotas: 1C3, 5 C4, 1 C6, 1 C7 e 3 C8) 3 indeferidas 40 ingressantes → (20 por cotas: 2 C1, 4 C2, 1 C3, 3 C4, 2 C5, 4 C6, 1 C7, 3 C8)**	40 vagas 57 inscritos → (15 por cotas: 6 C2, 3 C4, 3 C6, 1 C7 e 2 C8) 10 Ausentes na prova 40 ingressantes → (20 por cotas: 1 C1, 3 C2, 1 C3, 3 C4, 2 C5, 4 C6, 1 C7, 3 C8)**	80 vagas 114 inscritos → (34 por cotas: 4 C1, 19 C2, 5 C4, 3 C6, e 3 C8) 10 Ausentes na prova 69 ingressantes na 1ª chamada → (33 por cotas: 2 C1, 6 C2, 7 C4, 2 C5, 7 C6, 2 C7, 7 C8)* 11 convocados na 2ª chamada → 4 por AC e (11 por cotas: 1 C1, 2 C2, 2 C3, 1 C5, 1 C6)*, 4 ingressantes. 7 convocados e ingressantes na 3ª chamada → 6 por AC e (1 por cota: 1 C6)*.	80 vagas 75 inscritos (49 por cotas: 26 C2, 12 C4, 9 C6, 2 C8) 10 Ausentes * 65 ingressantes 1ª chamada → 40 por AC (25 por cotas: 3 C1, 8 C2, 2 C3, 7 C4, 3 C5, 2 C6)* 3 ingressantes na 2ª chamada → 2 AC e 1 cota C8
Técnico em Aquicultura	40 vagas 9 inscritos → (2 por cotas: C2, C1) 9 ingressantes por AC¹	40 vagas 16 inscritos (2 por cotas: C2, C1) 16 ingressantes por AC¹	40 vagas 20 inscritos (6 por cotas: 1 C2, 2 C4, 2 C6, 1 C8) 16 ingressantes por AC²	Curso não oferecido	Curso não oferecido
Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	80 vagas 89 inscritos → (13 por cotas: 5 C2, 3 C4, 5 C6) 14 indeferidos 75 ingressantes por AC¹	80 vagas 59 inscritos (13 por cotas: 5 C2, 3 C4, 5 C6) 59 ingressantes por AC¹	80 vagas 66 inscritos (17 por cotas: 1 C1, 3 C2, 4 C4, 6 C6, 3 C8) 66 ingressantes por AC²	Curso não oferecido	Curso não oferecido
Técnico em Informática	Curso não oferecido	Curso não oferecido	Curso não oferecido	80 vagas 60 inscritos (16 por cotas: 4 C1, 6 C2, 3 C4, 1 C6, 2 C8) 55 ingressantes 1ª chamada → (11 por cotas: 1 C1, 4 C2, 3 C4, 1 C6, 2 C8)* 5 que optaram por cota ingressaram na 2ª chamada por AC (3 C1 e 2 C2)	80 vagas 73 inscritos (45 por cotas: 2 C1, 24 C2, 5 C4, 8 C6, 6 C8) 8 Ausentes * 64 ingressantes 1ª chamada → 40 por AC (25 por cotas: 3 C1, 7 C2, 2 C3, 7 C4, 3 C5, 2 C6)* 1 ingressante por cota C2 2ª chamada

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos Editais dos Processos Seletivos para os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado do IFMS de 2018 a 2022. (<https://selecao.ifms.edu.br/perfil/estudantes>)

Como recorte, o pesquisador traz os dados referentes a análise do processo seletivo 2021, dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFMS – *Campus Coxim*, conforme Edital 054/2020 – PROEN/IFMS.

A análise demonstrou um número total de 122 candidatos inscritos no processo seletivo, sendo: 47 para o Curso Técnico em Alimentos, que oferta 40 vagas; 16 inscrições para o Curso Técnico em Aquicultura, que oferta 40 vagas; e 59 inscrições para o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, que oferta 80 vagas.

Conforme o Edital nº 054.7/2020 – PROEN/IFMS, que tornou público o resultado preliminar das inscrições deferidas e indeferidas, do total de 122 inscrições, 27 foram indeferidas. O motivo do indeferimento ocorreu no documento de identificação, particularmente, referindo-se os itens 4.9.2 (43,7%) e 4.9.4 (43,7%) do citado edital: “não apresentou documento oficial de identificação, conforme item 4.4” e “inseriu documentos ilegíveis, incompletos ou diferentes dos previstos nos itens 3.5 e 4.4 do Edital 054/2020 – PROEN/IFMS”.

Outro motivo de indeferimento foi em relação ao documento escolar, já que, devido à pandemia da Covid-19, os processos seletivos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFMS – *Campus Coxim*, anos 2021 e 2022, ocorreram por meio de análise do documento escolar do EF, com apuração da nota final do candidato, obtida pela média ponderada das médias finais das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia do 8º ano do EF (IFMS, 2021) e do 7º ano do EF (IFMS, 2022).

O pesquisador observou, após o período de recursos, que das 27 inscrições indeferidas, 24 foram deferidas, restando 03 indeferidas, assim, concorreram aos 03 cursos mencionados anteriormente, no processo seletivo de 2021, 119 candidatos.

No Edital 054.22/2020 – PROEN/IFMS, que tornou público a primeira chamada do processo seletivo para o 1º semestre do ano letivo de 2021 dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (EMI), foi observado que não houve análise do documento escolar nos Cursos de Técnico em Aquicultura e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, respeitando o item 12.1 do edital acima, que preceitua:

Para os cursos cujo número de inscrições homologadas seja menor que o número de vagas ofertadas não será realizada a análise de documento escolar, sendo os candidatos automaticamente reclassificados para ampla concorrência e matriculados por ordem de chegada.

Somente no Curso de Técnico em Alimentos foram chamados 40 candidatos na 1ª chamada e 06 na 2ª chamada.

Como restaram vagas remanescentes em dois cursos, e conforme o item 12.3 do Edital 054/2020, essas vagas remanescentes poderiam ser preenchidas por interessados, tendo, para isso, que manifestar interesse na vaga por meio do preenchimento de um formulário, disponibilizado via *Google Forms*, no endereço: <https://forms.gle/PyzqCdCUmxMhpJtp7>.

O preenchimento das vagas obedeceu à ordem de manifestação de interesse. Houve o ingresso de mais 10 estudantes.

Conforme já exposto, os participantes da pesquisa foram os candidatos aos cursos do EMI do IFMS – *Campus Coxim*, no ano de 2021, bem como servidores do referido *campus* que atuaram na Comissão Local do Exame de Seleção dos Cursos Técnicos Integrados 2021.

4.2 A Percepção dos Participantes Discentes

É importante ressaltar que houve dificuldade e demora na participação dos participantes discentes (PDs), o que fez com que fossem adotadas outras estratégias, como: entrar em contato com coordenador dos Cursos Técnicos Integrados 2021 do IFMS – *Campus Coxim*. O mesmo reencaminhou o convite aos PDs, agora via lista oculta, só que pela lista de e-mail institucional de estudante, criada automaticamente quando se faz a matrícula. Mesmo assim, a adesão foi pouca, o que levou este pesquisador a pensar e adotar outra ação, entrando de novo em contato com o coordenador e pré-agendando uma visita aos estudantes, sala por sala, no caso, nos três cursos do *campus*. Com data agendada, este pesquisador se direcionou ao *Campus Coxim* e visitou, juntamente com o coordenador, as três salas dos estudantes que participaram do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021 do IFMS – *Campus Coxim*, sendo, os cursos de Técnico em Alimentos, Técnico em Aquicultura e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas.

Nesse dia, pesquisador primeiramente se apresentou, em seguida, agradeceu a oportunidade, bem como discorreu sobre a pesquisa, mencionando que o questionário havia sido encaminhado nos *e-mails* dos PD e, por fim, solicitou encarecidamente a participação, deixando claro que não era obrigatório, todavia, aqueles que participassem ajudariam muito, não só a pesquisa, mas também a

instituição IFMS.

O pesquisador encerrou o recebimento das respostas do questionário, via *Google Forms*, no dia 22/12/2022, obtendo dos 122 convites enviados, 11 participantes (9,01%). Dos estudantes que responderam ao questionário, 11 no total (100%), 08 decidiram participar da pesquisa (72,7%) e 03 decidiram não participar da pesquisa (27,3%).

Diante do exposto, apresentamos os resultados oriundos dessa análise, que foram divididos em subseções apresentadas a seguir.

4.2.1 Os participantes da pesquisa

Para identificar quem são os estudantes participantes da pesquisa, buscou-se conhecer o motivo da procura pelo processo seletivo no IFMS (detalhados no Quadro 2).

Nessa direção, para facilitar o processo da análise de conteúdo, o questionário foi elaborado por ordem cronológica dos acontecimentos, que iniciaram desde a procura pelo processo seletivo, pelos estudantes, até a aprovação.

Quadro 2 – Categorias de análise temática: identificação e motivação dos participantes

Categoria Primária	Categoria Secundária
Motivação para a procura do processo seletivo do IFMS	<ul style="list-style-type: none"> • Afinidade • Cidadão crítico

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Para a realização da pesquisa, ao todo foram enviados 122 convites. Contudo, somente 08 (oito) dos discentes convidados aceitaram participar da pesquisa. Três participantes não aceitaram o convite para participar, totalizando 111 pessoas que não responderam ao convite. Os dados relativos aos convites podem ser visualizados na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Dados sobre o convite para a participação na pesquisa

Convites	%	Respostas	%	Aceites	%	Recusas	%
122	100	11	9,01	8	6,55	111	90,9

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Em cumprimento às prerrogativas legais, foi solicitado o consentimento dos participantes e, quando menores, de seus representantes para a participação na

pesquisa.

Inicialmente, foi questionado para qual curso o candidato havia realizado a sua inscrição no processo seletivo.

Tabela 3 – Curso pretendido

Cursos	Porcentagem % (Números absolutos)
Técnico Integrado em Alimentos	12,5 % (1)
Técnico Integrado em Aquicultura	12,5 % (1)
Técnico Integrado em Desenvolvimento de Sistemas.	75 % (6)

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Conforme evidencia a Tabela 3, o curso de maior ocorrência pelos respondentes no EMI na instituição é o de Técnico Integrado em Desenvolvimento de Sistemas. A dinâmica da realidade tem paralelo com tal observação, uma vez que “As transformações no sistema capitalista mundial decorrem da recente revolução tecnológica em vários âmbitos, mas, sobretudo, na informática e nas telecomunicações” (Schaff; 1993; Coutinho, 1995), sendo que os efeitos podem ser visualizados na organização das empresas, nos métodos de produção, nas relações de trabalho e na política financeira dos governos.

Em conformidade com a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brascom), até o ano de 2024, cerca de 500 mil pessoas com cursos de Tecnologia e Informação (TI) serão contratadas por empresas de todo Brasil (Brascom, 2004).

Tendo em vista a pandemia da Covid-19, nesse ano (2021), o sistema de ingresso utilizado pelos candidatos foi unicamente a análise do histórico escolar. A Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), que criou a RFEPCT, preceitua que as instituições pertencentes ao sistema educacional possuem “autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (art. 1º), portanto, nem todas as instituições optaram pela análise de históricos. Tal autonomia permite que as instituições da rede EPT definam a forma de ingresso dos estudantes, seja mediante processo seletivo, vestibular, sorteio, análise de currículo, entrevista, prova de aptidão, chamada pública ou alguma combinação desses modelos.

Diante do exposto, as condições gerais para a escolha do processo de admissão são os princípios da administração pública, definidos nos artigos 37 e 38 da Constituição Federal (Brasil, 1988), quais sejam: a legalidade, a moralidade, a

impressoalidade, a razoabilidade, a proporcionalidade, a publicidade, a eficiência e o interesse público. Também a denominada Lei das Cotas (Lei nº. 14.723) (Brasil, 2023) defende a reserva de vagas com base nos critérios, a saber: origem escolar (escola pública), renda, composição étnico-racial e PcD.

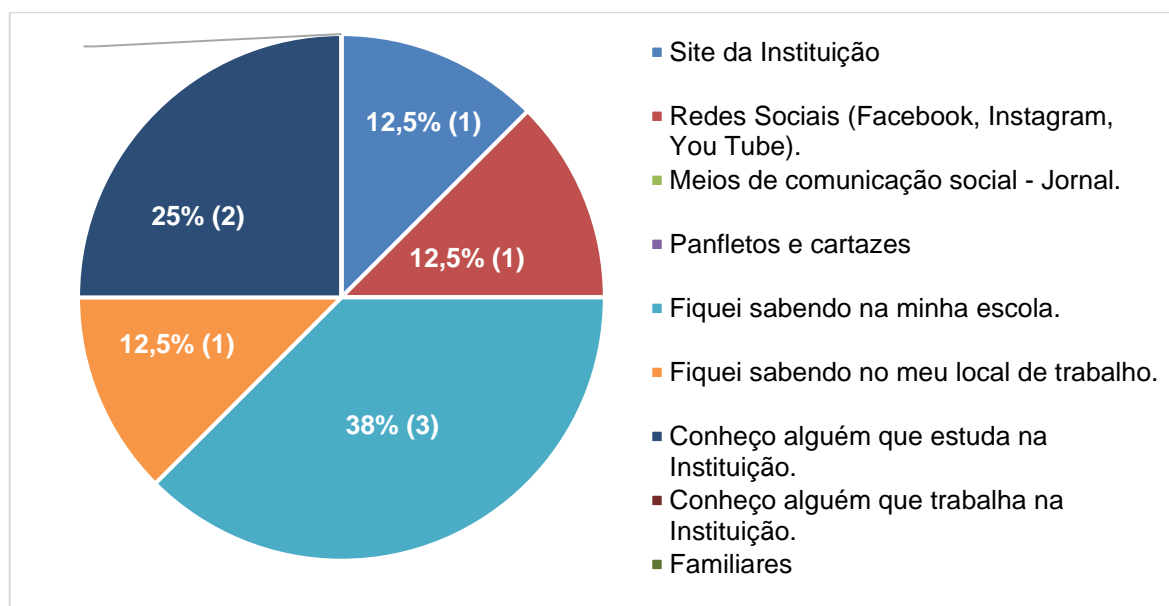
Os candidatos foram questionados quanto ao fato de terem gostado ou não das mudanças realizadas no processo seletivo em função da pandemia da Covid-19.

A pesquisa evidenciou que a maior parte dos respondentes gostaram das mudanças realizadas no processo seletivo. Faz-se importante destacar que em tempos de crise é fundamental analisar e reorganizar os modelos clássicos de vestibulares e processos seletivos, que carecem ser adequados de maneira mais ajustada aos diferentes contextos regionais.

Com as atuais restrições financeiras de gastos públicos estabelecidos pelo Decreto nº. 9.741 (Brasil, 2019), agravadas pelas regras de contingenciamento de despesas para enfrentamento da pandemia da Covid-19, regidas, entre outras, pela Lei Complementar nº. 173 (Brasil, 2020), o Poder Executivo Federal impeliu os seus órgãos, fundos e entidades a reorganizarem o fluxo de sua dotação orçamentária. Diante desse cenário, algumas instituições de ensino tiveram que reavaliar a eficácia e as formas de admissão de seus processos seletivos.

Um dado importante para a pesquisa referiu-se à forma pela qual o candidato ficou sabendo do processo seletivo na instituição, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Como ficou sabendo do Processo Seletivo do IFMS



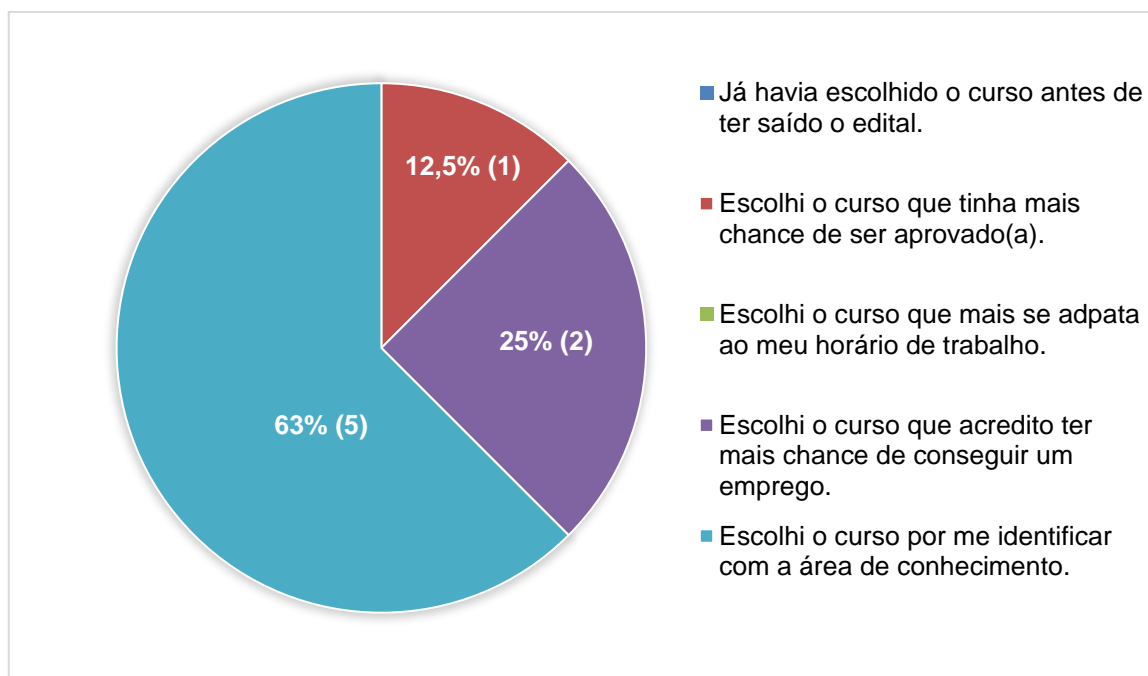
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A pesquisa evidenciou que a maior parte dos participantes tomou conhecimento do processo seletivo na escola em que estuda, seguido daqueles que souberam por meio de alguma pessoa que já estuda no IFMS. É possível constatar que os estudantes advindos de famílias de origem popular, de maneira geral, tendem a não formular aspirações em relação ao Instituto Federal, “porque elas, muitas vezes, não possuem informações suficientes a respeito dessas oportunidades educacionais” (Queirós; Resende; Piotto, 2022, p. 567). Tal fato, sob a ótica de Bourdieu (1988), a opção pelo IFMS possui significativas relações com o capital cultural e, nesta perspectiva, com o capital informacional das famílias dos estudantes.

Fica evidente que a divulgação do edital por meio de mídias tradicionais e sociais não está sendo eficaz, haja vista que 25% dos participantes da pesquisa ficaram sabendo por meio do “boca a boca”.

Os candidatos foram questionados quanto à escolha do curso pretendido e os resultados estão demonstrados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Como foi a escolha do curso pretendido



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os candidatos apontaram como primeira motivação para a escolha do curso a identificação com a área do conhecimento, depois, o fato de acreditarem que o curso abre maior possibilidade de entrada no mundo e no mercado de trabalho e, por fim,

pelo fato de terem mais chance de serem aprovados no processo seletivo.

Comumente a escolha do curso não se configurou como algo central na vida dos estudantes. Em um contexto marcado por necessidades econômicas e sociais prementes e pelo desconhecimento do sistema de ensino, essa decisão foi baseada em critérios objetivos como o pouco conhecimento que se tem sobre o curso e a segurança, no que diz respeito a uma possibilidade de emprego no futuro, por exemplo (Queirós; Resende; Piotto, 2022).

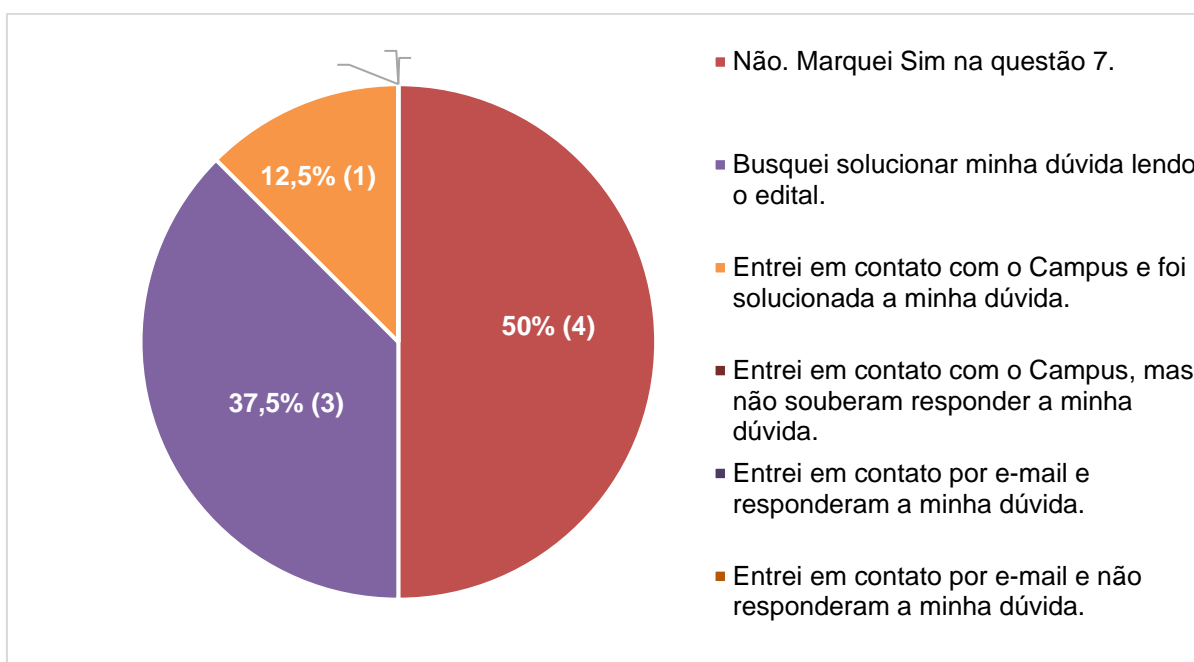
Os candidatos foram indagados sobre o fato de terem realizado a leitura do edital ou manual do candidato antes da inscrição no processo seletivo.

Todos os participantes da pesquisa afirmaram que realizaram a leitura do edital ou manual do candidato antes de fazerem a inscrição. A percepção de Davies e Rizk (2018) é a de que o sucesso escolar não depende necessariamente de acesso à alta cultura, tendo em vista que a escola recompensa hábitos mais corriqueiros como o de trabalho disciplinado e, especialmente, o de leitura. Contudo, é importante lembrar que a leitura da palavra, que a leitura das regras do jogo, conforme já asseverava Freire (1988), permite a necessária leitura do mundo.

A fim de compreender se os candidatos entenderam as solicitações evidenciadas pelo edital ou manual do candidato, foi perguntado se após a leitura do mesmo ficou alguma dúvida.

Parte significativa dos candidatos que responderam a questão 07, no caso 75% dos respondentes, afirmaram não terem ficado com dúvidas, contudo, 25% dos entrevistados afirmaram que ficaram com dúvidas após a leitura do edital e do manual do candidato. O fato de ter ficado dúvidas, significa que o texto possui alguma(s) fragilidade(s) e, portanto, carece ser melhor detalhado.

A seguir, os participantes da pesquisa foram indagados quanto à forma pela qual buscaram as respostas para as dúvidas encontradas. As respostas apresentadas estão representadas no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Como buscou resposta para as dúvidas

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A maior parte dos respondentes afirmaram terem lido o edital novamente para solucionar as dúvidas e 12,5% dos entrevistados, entraram em contato com o *campus* e a dúvida foi solucionada.

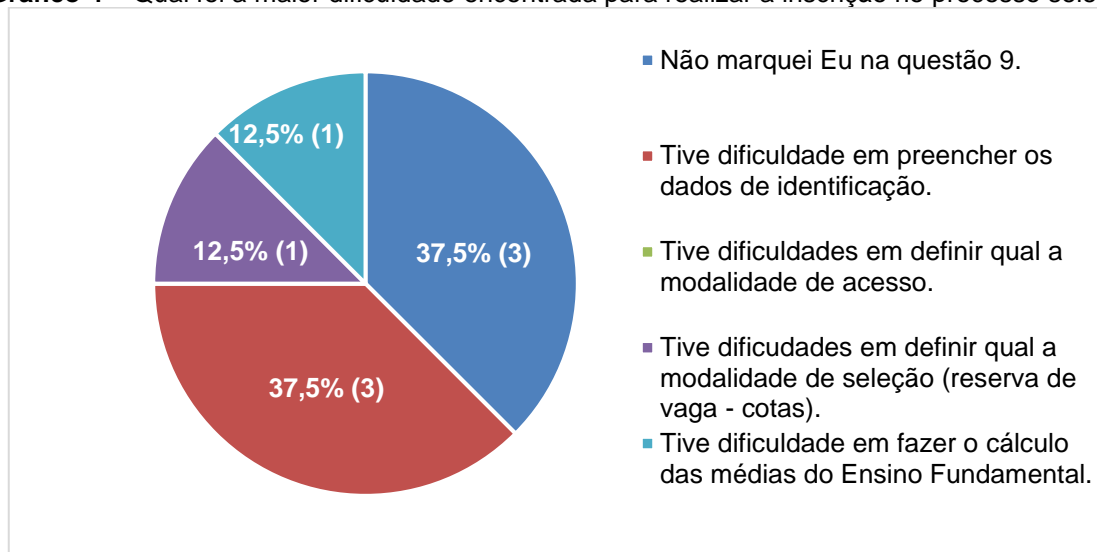
Os participantes da pesquisa também foram indagados quanto a quem realizou sua inscrição, e ficou evidenciado que a maior parte dos candidatos ao processo seletivo (62,5%) realizaram sua própria inscrição e que 37,5% tiveram os pais como responsáveis pela mesma.

No que tange à participação dos pais na realização da inscrição no processo seletivo, a escolha de dada instituição de ensino foi perpassada por um caráter social e, conseqüentemente, depende de diferentes variáveis objetivas e subjetivas (Resende; Nogueira; Nogueira; 2011). Dentre as diferentes variáveis possíveis, destacaram-se: as possibilidades de escolha de cada grupo social, de forma a levar em conta a estrutura de oportunidades educacionais “disponíveis” e os custos diretos e indiretos (mensalidades, transporte, tempo investido etc.); os critérios levados em consideração pelas diferentes famílias (a distância da escola, a proposta pedagógica/qualidade do ensino, a clientela escolar etc.); a importância dada à escolarização, associada às expectativas dos alunos e pais; e o tipo e o volume de capitais familiares.

Foi importante indagar aos candidatos que realizaram sua própria inscrição

sobre qual foi a maior dificuldade encontrada, conforme evidencia o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Qual foi a maior dificuldade encontrada para realizar a inscrição no processo seletivo

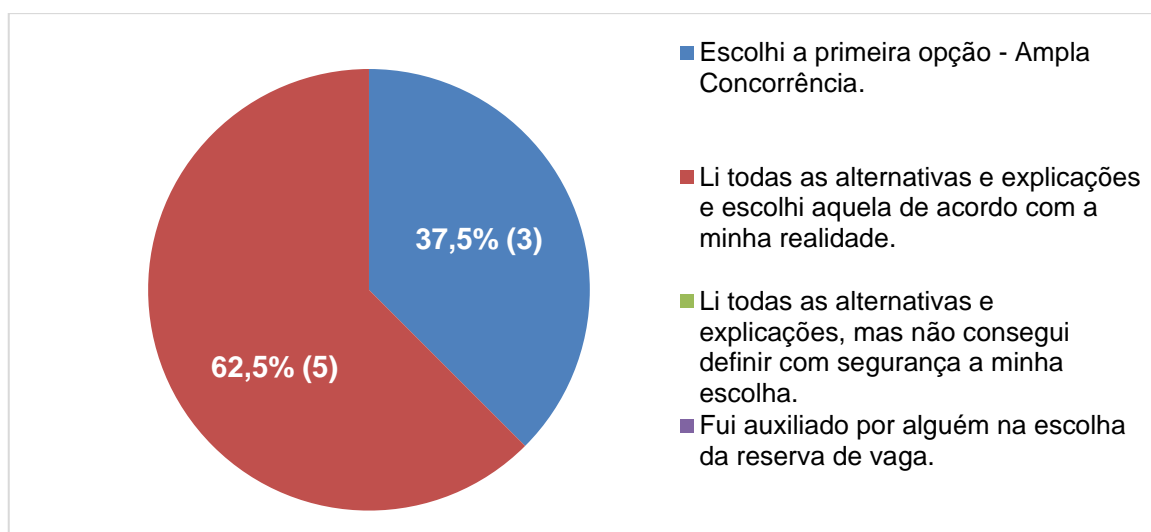


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Dentre as dificuldades em relação à inscrição no processo seletivo, a maior foi compreender os dados de identificação, que se referiu a um item de fundamental relevância para o processo em questão.

Os participantes foram questionados sobre a forma pela qual definiram a modalidade de seleção, conforme expresso no Gráfico 5.

Gráfico 5 – A forma como foi definida a modalidade de seleção



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A maior parte dos entrevistados mencionaram ter considerado a sua realidade

de vida como parâmetro para a definição da modalidade de seleção. Desde o ano de 2012, no Brasil está em vigor a Política de Cotas, instituída pela Lei nº. 14.711/2012 (Brasil, 2012), que, posteriormente, foi substituída pela Lei nº 14.723/2023 (Brasil, 2023). Tal legislação prevê que 50% das vagas do Processo Seletivo do IFMS sejam destinadas aos alunos que cursaram integralmente o EF na Rede Pública, havendo ainda, dentro dessa percentagem, reserva para aqueles de menor poder aquisitivo, além de negros, indígenas, quilombolas e PcD.

Os participantes da pesquisa foram questionados sobre se sabiam em que consistia o Sistema de Cotas.

A totalidade dos participantes (100 %) afirmaram saber do que se trata o sistema de cotas. Destaca-se que a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) reconheceu como foco de reparação e justiça social as desigualdades econômicas, raciais e geográficas historicamente consolidadas no país, de forma a fundamentar constitucionalmente a Lei de Cotas, necessária, mas insuficiente para reparar todas as desigualdades educacionais do país.

Em seguida, os candidatos foram questionados sobre se o sistema de cotas os inclui. Embora a maior parte dos estudantes acreditem que o sistema de cotas realiza/realizou a inclusão dos estudantes negros, indígena, quilombolas e PcD, há quem compreende que não. É possível denotar que as cotas, assim como as remodelagens dos processos seletivos puderam ser percebidas como ações compensatórias e de inclusão social com potencial, inclusive, para melhor atender aos arranjos produtivos locais. Contudo, tendo em vista as demandas por inclusão, as cotas não incluem em sua totalidade.

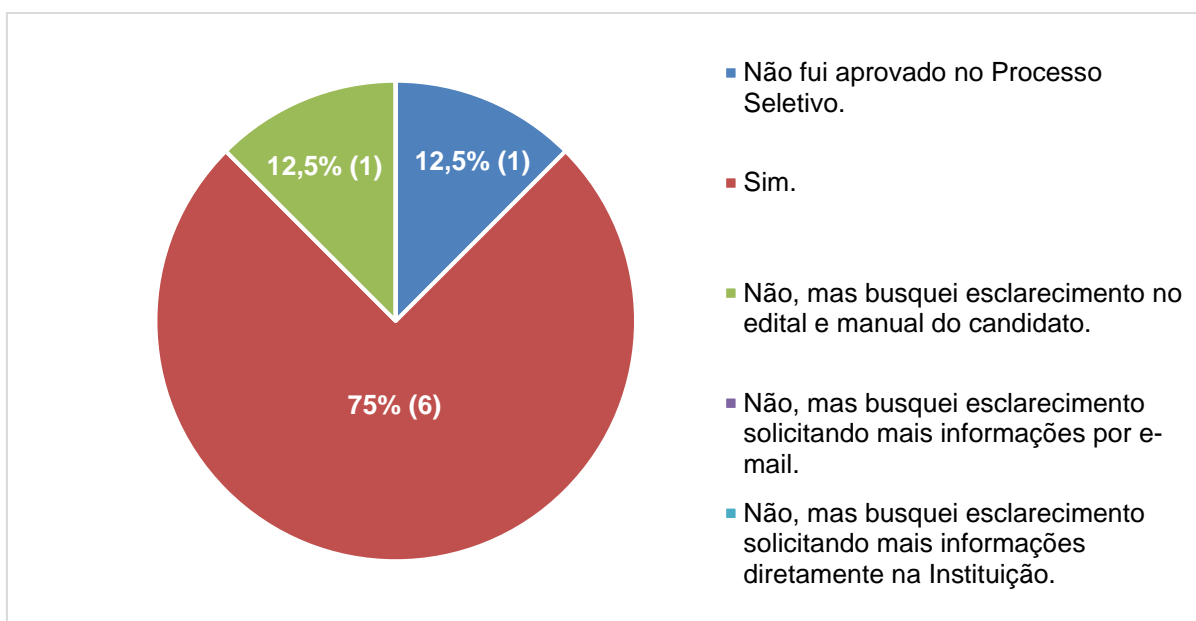
Em se tratando do meio utilizado para realizar a inscrição, os participantes da pesquisa responderam que a maior parte dos participantes realizaram a inscrição utilizando o *tablet* ou celular.

Na sequência, os estudantes foram questionados quanto ao meio utilizado para acompanhar as demais etapas do processo seletivo. A evolução tecnológica, em especial a partir do século XXI, tem acompanhado o processo evolutivo do ser humano. A medida que o homem evolui, os aparatos tecnológicos evoluem na mesma perspectiva, a fim de atender as suas necessidades. Em se tratando da presença dos *tablets* e dos celulares na vida dos adolescentes e jovens, o uso desse tipo de tecnologia é favorável quando auxilia a família na tarefa de educar seus filhos, atuando como ferramenta de união familiar (Verza, 2008).

Os participantes foram questionados sobre a clareza em relação aos resultados do processo seletivo. Fica evidente que nem todos os participantes compreenderam o resultado e pontuação obtidas no processo seletivo, o que evidenciou a necessidade de uma reorganização.

Para os candidatos aprovados, foi questionado se ficou entendível os documentos, datas e horários para a realização da matrícula.

Gráfico 6 – Sobre a clareza quanto aos documentos, datas e horários para a realização da matrícula



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Mesmo que para a maioria tenha ficado entendível os documentos, datas e horários para a realização da matrícula, para alguns participantes da pesquisa, deixou a desejar.

Por fim, foi solicitado alguma sugestão, crítica ou opinião sobre a forma como o IFMS - *Campus* Coxim realiza o processo de ingresso discente, com as seguintes observações:

Participante A:

Acho que os editais e informações sobre o processo seletivo poderiam possuir uma linguagem mais simples, já que, na maioria das vezes, é o estudante que irá consultá-lo.

Participante B:

Continuar com o processo do Histórico Escolar.

Participante C:

Acredito que poderia analisar melhor na parte dos documentos para que, depois, quando o aluno estiver estudando na instituição não esteja pendente na matrícula.

Participante D:

Seleção por notas do ensino fundamental.

Participante E:

Acho que deveria ser através de provas.

Participante F:

Apesar de não sentir dificuldades com o processo, reconheço que o acesso aos editais é difícil, então, uma sugestão é expor o conteúdo com mais clareza e facilidade de acesso.

A pesquisa com os participantes do Processo Seletivo do IFMS evidenciou a necessidade de tornar mais acessível as especificidades em relação à inscrição, uma vez que não se trata de uma ação isolada. Ou seja, trata-se de um desafio para os gestores da área de educação, tendo em vista que o processo seletivo faz parte de uma peça da engrenagem pensada já quando se inicia a concepção dos projetos político-pedagógicos de curso, ocasião em que é definida a especificação do perfil do estudante que ingressa na escola.

Na prática:

O diagnóstico inicial deve estar em consonância tanto com os planos de permanência e êxito quanto com os arranjos produtivos e culturais locais e com o próprio perfil do egresso que se pretende educar. Nesta direção, estar em consonância remete à responsabilidade da instituição escolar de oferecer as condições específicas para diferentes trajetórias estudantis, cujos contextos sociais podem se assemelhar e cujas terminalidades variam entre assumir uma posição no mundo do trabalho e continuar os estudos formais em nível superior (Martins e Costa, 2021, p. 03).

Diante do exposto, a fim de que o IFMS possa cumprir com sua finalidade, para que seus egressos atuem em uma perspectiva de multiplicidade científica, tecnológica, cultural, política, ética, ambiental, etc., os processos seletivos não podem continuar sendo instrumentos de avaliação reducionistas. Os processos de admissão devem refletir, ao contrário, a missão e os objetivos gerais das instituições de ensino, conforme a consonância referida entre a escola, o perfil do egresso e a comunidade.

4.3 A Percepção dos Participantes Servidores

Esta subseção apresenta os resultados das percepções dos servidores entrevistados que atuam junto à comissão responsável pela realização do Processo Seletivo no IFMS – *Campus Coxim*, quanto ao trabalho de orientação ao processo de ingresso discente.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três

participantes servidores, escolhidos intencionalmente do total de quinze do IFMS – *Campus Coxim* (Apêndice B), que atuaram na Comissão Local do Exame de Seleção dos Cursos Técnicos Integrados 2021, com a finalidade de identificar a percepção desses em relação ao Processo Seletivo do IFMS.

A realização das entrevistas, em geral, é utilizada para a coleta de dados, como também para o tratamento de um determinado problema social. As entrevistas foram registradas por meio de um gravador de voz, neste caso, utilizou-se aplicativo (app) gravador, do celular do pesquisador.

No caso dos servidores, tendo em vista os casos de Covid-19, o planejamento previa a realização de entrevistas aplicada de forma remota, em encontros síncronos via *Google Meet*. Contudo, devido ao momento de aplicação dessa ferramenta, mais ao final do mestrado e após amenizada a pandemia, foi possível realizar as entrevistas presencialmente, no *Campus Coxim* do IFMS.

Três entrevistas, com perguntas norteadoras (Apêndice B), foram realizadas. Uma com o servidor masculino, presidente dessa comissão, do ano de 2021, denominado Participante Servidor Masculino 1 (PSM1), outra com o servidor masculino que atua na secretaria do *campus* e lida diretamente com esse processo seletivo todos os anos, denominado Participante Servidor Masculino 2 (PSM2). E a terceira entrevista, com a Participante Servidora Feminino (PSF1), que também auxiliou no processo seletivo em 2021.

É importante ressaltar que a Portaria IFMS/COXIM nº 92, de 08/10/2020, designava o quantitativo de 15 (quinze) servidores para atuarem na Comissão Local para Análise Documental dos Inscritos no Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021, do IFMS – *Campus Coxim* (Anexo A).

Para fins desta pesquisa, foram escolhidos intencionalmente 3 (três) servidores para a realização da entrevista, dentre eles, o presidente da comissão. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e foram arquivadas pelo pesquisador e assim ficarão por um período de 5 (cinco) anos, conforme a Resolução nº 510/2016 do CNS.

A entrevista foi previamente agendada e ocorreu presencialmente no IFMS – *Campus Coxim*, na data estabelecida, dia 23/11/2022. Também, previamente, foram encaminhados, via *e-mail* institucional dos servidores, o TCLE. No dia estabelecido, o pesquisador chegou ao *campus* por volta das oito horas da manhã e foi acompanhado até a sala mencionada anteriormente. Estavam presentes os 3 servidores

entrevistados. Primeiramente, o pesquisador se apresentou, agradeceu a participação e a colaboração com a pesquisa e pediu os TCLE assinados, o que lhe foi entregue. Fazendo uso do aplicativo gravador de voz do celular próprio, o pesquisador iniciou a entrevista com o PSM1, depois, com PSM2 e, por último, com a PSF1.

4.3.1 Considerações das Falas dos Servidores

Os servidores foram motivados a falar sobre a atuação de cada um na comissão de processo seletivo. Desta forma, foram questionados sobre: Quais são ou foram as atividades que você desenvolve ou desenvolveu nessa comissão?

Nesse sentido, o PSM1 explica que:

As tarefas, elas são divididas de acordo com o que a gente planeja de demanda inicialmente. Em um primeiro momento, é divulgação e organização, e, posteriormente, a gente tem conferência de documentos, onde os alunos inserem os documentos no sistema, e a gente acaba fazendo a conferência mais tarde.

Em conformidade com Coutinho e Melo, os processos seletivos para os cursos técnicos surgiram a partir da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no ano de 1909. Estes, desde então, são realizados por meio de um edital que define critérios para classificação, seleção e aprovação dos alunos. A seleção por provas consiste no mecanismo mais tradicional de ingresso e apresenta as mais altas taxas de seletividade e exclusão social. Trata-se de um processo excludente, pois tais concursos acentuam essas diferenças e restringem as oportunidades para aqueles que, por cursarem escolas de melhor padrão de qualidade, conseguem ser selecionados nos exames, contribuindo para a reprodução e a manutenção das desigualdades sociais (Coutinho; Melo, 2011).

PSM1 continua argumentando que:

É uma tarefa que a gente dividiu entre coordenação, principalmente entre coordenação e a Cerel, que é quem faz essa análise. Minha tarefa maior é a organização e também a divulgação em si dos cursos, então, eu fico restrito mais à primeira fase, (a tentar alocar) o candidato, orientações gerais, essas são as primeiras atividades que a gente tem na comissão. Posteriormente, nós delegamos algumas funções diferentes.

É possível constatar, conforme Paludo (2013), que o planejamento consiste em um processo racional para definir os objetivos, e é uma das funções mais importantes em todos e quaisquer processos de organização de dada tarefa.

Ainda PSM1 destaca que:

Como era a época da pandemia, nós fizemos um revezamento para trabalhar e orientar com toda a segurança, com orientações (de biossegurança) do campus, então, a gente revezava de um em um para fazer inscrições aqui no campus, fornecendo um computador para a inscrição online também. Foi uma seleção um pouco atípica, a gente não tinha feito ainda dessa maneira, mas funcionou bem, não tivemos nenhum imprevisto durante todo o processo.

A pandemia causada pelo vírus da Covid-19 trouxe como consequência dificuldades nos diferentes setores da vida em sociedade. As medidas restritivas, bem como a crise no sistema de saúde, direcionou os governantes a implementar leis de caráter extraordinário. Em concordância com o pensamento de Freitas (2020) e em função do período pandêmico, foram necessárias a prevenção e a proteção, uma vez que tais ações buscam um mesmo objetivo, que consiste na preservação da saúde e segurança dos trabalhadores.

Também a PSF1 descreve seu processo de atuação na comissão do processo seletivo:

Eu atuo sempre na comissão de organização também, na parte mais burocrática, eu fico mais com a parte de documentação, preencher documentos, principalmente o pessoal da reitoria, eles vêm, tem toda uma documentação que a gente tem que preencher referente aos candidatos e às pessoas que trabalham também na comissão. No dia em si e eu fico sempre nessa parte mesmo. E também atuo ajudando, às vezes, na divulgação do exame nas redes sociais, nas escolas.

PSM2, o terceiro membro da comissão do processo seletivo, esclarece que:

Nós somos mais responsáveis pela execução da matrícula mesmo, desde, por exemplo, na pandemia, como o presidente da banca informou, que foi um momento atípico aqui na cidade, as nossas inscrições, nosso sistema de seleção foi por currículo, não foi por prova, não foi por exame de seleção. Então, tivemos que analisar documentação de histórico escolar, documentação de identificação dos estudantes, entendeu?

A fala dos membros da comissão responsável pelo processo seletivo vem ao encontro do pensamento de Albrecht (1994), para quem planejar consiste em uma forma de projetar ideias que se concretizarão em ações para atingirem os objetivos estabelecidos, com sucesso.

PSM2 explica que tiveram alguns problemas com a análise de currículo, conforme pode observar a seguir:

Tivemos alguns indeferimentos, algumas coisas que, por exemplo, por falta de interpretação do edital, porque lá falava, é um documento, podia ser um

boletim, mas tem que ser um documento emitido pela escola, quando é emitido pela escola, ele tem que ter carimbo e assinatura, tem que ter, pelo menos, a assinatura do diretor, do secretário.

A fala do PSM2 evidenciou, pela primeira vez na entrevista, o candidato como objeto da atenção principal dos entrevistados. Isso demonstrou que os mesmos não tratam o processo seletivo como um elemento neutro, que levaria naturalmente a uma seleção justa e democrática.

Robbins (1998) destaca que a finalidade do processo de seleção consiste em identificar indivíduos que tenham o conhecimento, as habilidades e as capacidades de desempenhar com êxito sua função em dada organização. Contudo, faz-se importante realçar que para que uma seleção seja eficiente é preciso não só avaliar se tais aspectos são consonantes com a função, mas também levar em conta o quanto os valores individuais dos candidatos se aproximam dos valores da instituição.

PSM2 deixou claro que a prova consiste em uma possibilidade menos complexa para a comissão de processo seletivo, conforme a fala a seguir:

Já esse ano, o exame de seleção foi prova, então, ocorreu tranquilamente. A matrícula em si, desde 2020, a matrícula do estudante é feita no sistema de matrícula, onde, dentro do edital, conforme a especificidade de cada edital, precisa de certos documentos, requerimento de matrícula, já pensando no que vamos pegar, porque nós estamos falando em inclusão de seleção do ensino médio, aí, requerimento de matrícula, documento de identificação, comprovante de escolaridade.

Partindo da ideia de que a educação consiste em um direito social garantido em lei no Brasil, é imprescindível compreendermos que a democratização da escola não se dá somente como uma reforma pedagógica que visa alterar as relações pessoais internas à instituição, mas sim, como uma política pública que vise ampliar o direito à escolarização. Por essa razão, não pode existir democratização do ensino sem esforços sistemáticos para o acesso e a permanência de todos nas escolas (Carvalho, 2004).

PSM2 detalha como se deu o processo de matrícula *online*, que requer a participação dos pais ou responsáveis.

Nós precisávamos de um termo onde o pai estava ciente que estava fazendo essa matrícula. No mais, do sistema da matrícula, é isso, são envios digitais, e, aí tanto a inscrição, quanto à seleção, a gente deu suporte, disponibilizando computadores para a comunidade, que se tiver dificuldade, a gente auxilia, porque a gente sabe que ainda falta muito a inclusão digital para a sociedade.

Estamos fazendo uma análise dos últimos cinco anos de editais, ou seja, de 2018 a 2022. Nos anos de 2018 e 2019, foi prova; 2021 e 2022, análise do currículo; e, a partir de 2023, volta a ser a prova. Assim, segue-se a pergunta: Essa comissão, com cujos nomes eu recebi, de 2021, ela foi composta de 15 integrantes, 15 servidores, nos outros anos, é sempre essa quantidade? Foi essa quantidade por causa da análise do currículo?

PSM2: “Não”.

Outrossim, o pesquisador questionou se o processo seletivo conta sempre com esse número?

PSM1 respondeu que:

Não, eu acho que é, mais ou menos, a disponibilidade também, pelo período que ocorre, férias, entre outras situações. E também, o ano anterior é o que pondera a entrada. Se a entrada foi menor, precisa de mais gente para fazer divulgação. Além dela, tem uma comissão que já atua como divulgação diretamente, além dessa comissão de portaria, então, a gente acaba fazendo isso já naturalmente.

A fala de PSM1 evidenciou que existe um aparente problema de divulgação no edital ou os cursos não estão alinhados com a demanda local.

O pesquisador quis saber se entre a prova e a análise curricular, esse trabalho, que é um trabalho extra, gera mais dificuldade para os servidores.

PSM2 compreende que:

Não, ele gera um pouco mais de trabalho, mas o que eu acho complicado é a gente pegar, a gente pensar no aluno. A análise de currículo é legal? É legal, mas nós tivemos problemas que, por exemplo, por causa da pandemia, o aluno saiu sem nota do nono ano. Como que eu vou fazer uma classificação por análise de um currículo, de histórico e a nota do nono ano e do oitavo ano, sendo que, por exemplo, Campo Grande não teve nota, a escola municipal não emitiu nota, aprovou seus alunos e não teve nota, mas teve observação, foi por causa da pandemia. E como que a gente faz a análise desse currículo? Essa é uma das questões, porque o currículo, a análise do histórico, ele é um pouquinho mais demorado, e aí as comissões, nós fizemos aqui, mas eu acho que teve mais trabalho também em Campo Grande, como é também, às vezes, o exame de seleção, com uma banca.

A fala de PSM2 evidenciou a tônica expressa pelo Ciclo de Políticas proposta por Ball (2009), mediante análise dos diferentes contextos propostos na teoria, para compreender o percurso complexo e controverso da política. É possível perceber que o processo seletivo impacta a vida dos discentes que se candidataram a uma vaga em um dos cursos, pois nem sempre propicia a equidade. Contudo, a pesquisa

identificou uma reação política nascida da prática pelos próprios servidores do IFMS, compreendida pelo contexto das estratégias políticas, objetivando transformar e ressignificar os efeitos da política que no *locus* da pesquisa não, necessariamente, incentivou a justiça social.

Faz-se importante destacar que as dificuldades não tiram o mérito da política dos Institutos Federais, na perspectiva de promotora de um maior acesso e democratização da EPT. Contudo, é fundamental levar em conta as dificuldades identificadas, a fim de se construir um acesso pleno dos estudantes, de modo que os IFs não sejam somente uma porta de ingresso e que, por diversos fatores, acaba sendo somente uma porta giratória, ou seja, de entrada e logo saída (Ambrosini; Escott, 2019).

O pesquisador perguntou se é por isso que foi definida, em 2021, a análise das médias do sétimo ano.

PSM2 concordou que sim. O pesquisador continuou, afirmando: “E em 2022, do oitavo ano do EF, exatamente”.

À mesma pergunta, outro servidor respondeu:

PSM1: “*Na verdade, é porque não daria tempo de sair as notas*”.

Em seguida, os membros da comissão foram questionados sobre qual é a percepção geral sobre a forma de ingresso dos estudantes na instituição, por meio da pergunta: O que vocês acham sobre a forma de ingresso utilizada?

PSM1 explicou como se dá o processo.

A gente discute bastante isso antes de vir ao exame de seleção em reuniões com a Pró-Reitoria de Ensino. O que a maioria dos IFs do estado apoia sempre é a avaliação como um critério de seleção, como a própria palavra diz, para tentar selecionar. Aqui na região Norte, às vezes, não funciona muito bem por conta de o aluno, às vezes, se inscrever e não aparecer. A gente tem uma omissão atual muito grande, uma ausência. Além do processo seletivo, a gente tem outros pontos. Quando a gente pensa só na entrada, achando que vai selecionar, nem sempre resolve, porque muitos dos problemas envolvem quando ele está aqui dentro, a permanência dele ou o êxito, então, é uma coisa que a gente discute bastante, repensa bastante e não tem uma solução.

Foi possível observar que a problemática relativa ao processo seletivo, envolve as barreiras com as quais o candidato se depara para ingressar numa instituição pública, bem como as estratégias e ferramentas que podem ser criadas para superar as dificuldades do acesso.

O servidor, PSM1, continuou explicando que:

Hoje, o melhor que nós temos é uma avaliação para tentar um critério, para estipular um critério único para todos, mas não que seja o melhor, ainda nós não chegamos nesse padrão. É mais ou menos como no superior, antigamente a gente só fazia vestibular, tentou o Enem, hoje sai do Enem, tem Enem e vestibular, então, eu acho que é um processo longo até que a gente encontre. E como tem que ser uma paridade entre as dez cidades onde o IFMS está, não tem como particularizar para a região Norte. Às vezes, aqui, a gente tem uma visão diferente de Campo Grande, que uma análise documental, por exemplo, enquanto aqui a gente tem 150 documentos para analisar, lá em Campo Grande, eles têm 2 mil, 3 mil, e o número de servidores é o mesmo, então, você acaba tendo que... nesse ano, a gente pegou documentos, por exemplo, de Campo Grande para ajudar a analisar, teve que distribuir entre todo mundo.

A percepção do servidor tangencia a perspectiva do Ciclo de Políticas públicas, em que a implementação na ponta altera e cria novos contextos de produção de texto e da prática da política em si. Nesse diapasão, é de fundamental importância discutir os sistemas de seleção a fim de que se possa desmontar a falácia da meritocracia que, ao invés de representar justiça, pode tornar-se a real promotora da injustiça e exclusão educacional (Ambrosini; Escot, 2019).

O pesquisador ponderou, afirmando que, no IFMT, eles utilizaram sorteio, como forma de seleção e não a análise do currículo.

PSM1 lembrou que: “O sorteio, a gente até tentou já. Mas que a procuradoria jurídica prefere que o processo seletivo seja algo não-aleatório”.

PSM1 chamou a atenção para uma particularidade que a instituição teve no processo seletivo, que foi explicada por SM2, a seguir.

PSM2:

É, pelo menos no exame de seleção para o técnico em programação, aí, por exemplo, os outros cursos nossos, a gente utiliza já o sorteio eletrônico. Para nós, também, não é um modo de seleção, a gente não vai conseguir selecionar, mas é o modo que a gente tem de atender as demandas, a quantidade de vagas de outros cursos que a gente coloca à disposição.

Ficou evidente que o fenômeno relativo ao acesso ao ensino em EPT carece de ser refletido para além da forma, deve alcançar as estruturas de ingresso na instituição e suas particularidades contextuais, uma vez que faz-se necessário desenvolver estratégias com vistas à melhoria do processo de ingresso discente, de forma a possibilitar, dentre outros fatores, uma compreensão mais objetiva do processo seletivo, das formas de ingresso e das regras dos editais.

Ao serem indagados sobre quais são as dificuldades que identificam no trabalho que envolve o Processo de Ingresso do Discente na instituição, SM1

destacou:

Aqui, o que eu vejo como maior dificuldade, não é nem no processo, é o aluno querer estudar aqui. Muitas vezes, o aluno não vem, e ele tem uma estrutura de milhões à disposição, uma qualidade de uma escola particular de alto nível, e, mesmo assim, na região Norte, ele, às vezes, não vem. Talvez pelo turno em que é ofertado, manhã e tarde, por trabalhar, prefere, às vezes, trabalhar e estudar à noite. E o regime também, que é duro, é quase um regime integral que a gente tem. Eles têm seis aulas durante o período que ele estuda e, às vezes, o contra turno, mais atendimento, acho que isso é uma situação que envolve bastante a vinda do aluno para cá. Apesar de ter atrativos, ele também pesa algumas outras condições que ele tem. Mas, durante o processo, a gente não tem muito entrave, ele é bem claro e bem sucinto para que a gente trabalhe, a gente não tem muita burocracia e nem trabalho, diretamente, não, ele é bem definido. A gente começa a definir esse processo em maio, aproximadamente, aí, passa maio, junho, julho, agosto, setembro, em outubro, ele sai, então, ele só sai quando ele já está com uma forma adequada.

É de fundamental importância conhecer a realidade institucional, as prioridades de seus atores sociais, bem como o que pensam os discentes, pais e professores, uma vez que a disposição de um estudante de continuar ou não na escola até a conclusão dos estudos está associada a fatores diversos, que podem ser melhor identificados se a escola realmente for permeada pela comunidade. Nenhum fator único é capaz de explicar por si só e de modo completo esse processo (Dore; Sales; Castro, 2014).

PSM2 esclareceu:

Eu acho a dificuldade que nós tivemos é no sistema de matrícula para inserir, o processo ter que ser feito... porque a matrícula ficou, posso dizer, ao encargo do candidato. Esse não é um entrave, porque a gente precisa muito da inclusão digital da sociedade, porque as pessoas precisam ler, entender, e eu preciso da tecnologia para desenvolver.

PSM2 destacou a importância da tecnologia para o desenvolvimento dos processos de inclusão, mesmo diante dos desafios que a tecnologia apresenta, pelo fato de ser uma novidade na vida de um número significativo de pessoas.

PSM2 destaca ainda que:

Teve alguns entraves com o sistema novo, tudo, mas eu acho que, por exemplo, em 2020, foi muita dificuldade, eu fiz muita matrícula com o cara no telefone, e eu no computador, mas, em 2021, já deu uma acelerada, já deu uma melhorada também no sistema, e, como o diretor falou, para nós, aqui, o nosso grande entrave é a permanência do aluno em querer estudar, porque, penso eu, a gente sabe que em Coxim, eles não têm um suporte, saem todos os anos do ensino fundamental 150 alunos, 200 alunos, e, aí, tem aluno que vai para a particular, tem aluno que quer estudar e trabalhar, vai à noite, e alguns vêm para cá, e a gente percebe que a cada ano está diminuindo.

Assim como em parte considerável dos *Campi* dos IFs no Brasil, no IFMS, o número de vagas é insuficiente para atender a demanda existente.

PSM2 concluiu que:

Só que, por contrapartida, a gente vê também que nas outras instituições nossas, estaduais, também está diminuindo a quantidade de alunos, que é uma realidade da família brasileira, que é a diminuição da quantidade de filhos, é normal isso. Pela nossa sociedade, hoje, que a gente está vivendo.

A fala do PSM2 veio ao encontro da percepção de Fernandez (2018), a introdução da possibilidade de realização da matrícula de forma *online* no processo de matrículas é uma novidade interessante, contudo, não ocorre sem obstáculos. O cenário que envolve o *Campus* Coxim, do IFMS, evidenciou a necessidade do desenvolvimento de mecanismos sofisticados, capazes de incorporar simultaneamente os critérios de inclusão estabelecidos pelo poder público para alocação dos estudantes (Fernandes; Santana; Oliveira, 2018).

Em relação ao edital dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em específico, como você vê a compreensão dos candidatos com relação ao edital do processo seletivo, em relação às vagas, cursos, cotas, datas e, aqui, os demais regramentos?

PSM1:

O edital nunca é um negócio muito fácil para ninguém, em qualquer nível, seja graduação, seja um concurso, porque o edital, ele é feito por um grupo, geralmente já é um grupo especializado para aquilo, são vários olhos e, mesmo assim, ele tem algumas falhas, mas, volto à questão, muitas vezes, o problema do edital está na forma como a gente lê nas partes que interessam. Eu acho que precisaria ter um foco maior no que é necessário, em documentação, que é onde a gente tem um ou outro probleminha, talvez uma fórmula interativa na própria página da instituição, de mostrar o que ele não pode esquecer, uma sequência.

A fala do PSM1 mostrou a relevância do Produto Educacional como suporte aos candidatos aos Cursos do Ensino Médio Integrado do IFMS.

Ainda PSM1, afirmou que,

A gente já está tentando isso, porque ainda tem muito problema de esquecer o documento assinado. Por mais que peça menos documentos, muitos sempre faltam, então, a gente tenta colocar o mais claro possível, mas o edital é aquela situação, o que a gente enxerga do outro lado é que a maioria, às vezes, não termina de ler o edital, vai lá, olha: "tem vaga aqui, e faz isso para a inscrição", é o que importa. O edital, quanto mais longo, pior. A gente está tentando dar uma encurtada, quanto mais, a lei exige que a gente coloque vários ritos aí, não tem como fugir.

Nesse sentido, PSM2 ressaltou que:

[...] 80% das pessoas que passam por um processo seletivo, quer seja um concurso, um vestibular, quer seja Enem, que eles não leem o edital. Se eles não leem o edital, eles não sabem o que estará pedindo, tem que ler o edital inteiro, mas eles leem só o que interessa. Do edital, a gente entende que, por exemplo, às vezes, tem alguma coisa que as pessoas de baixa renda têm dificuldade de tentar entender, só que existe os meios, tem telefone, ou eles podem vir aqui, então, a dificuldade que tem é porque ele não lê o edital.

A percepção do PSM2 demonstrou que essa é a doença ou o sintoma saliente da doença, em outras palavras, será que não é o edital que está sendo excludente desde a sua feitura? Se existem os meios para sanar as dúvidas, a dificuldade reside no fato de não realizarem a leitura do edital. Ou seja, o processo adotado pelo IFMS cria mais uma camada de diligência e formalidade ao interessado que comumente já possui alguma fragilidade na sua trajetória escolar que pode potencializar eventual dificuldade em se inscrever no edital em questão.

PSM2 continuou a reflexão, afirmando que,

Muita gente liga para saber, por exemplo: “eu passei agora, meu nome saiu, o que eu tenho que fazer?” Sendo que, lá no edital, lá no site, está lá o cronograma com as datas de tudo, então, tem isso aí, sorteio eletrônico, tal dia, dia 21/11 sai o sorteio eletrônico. A próxima data, agora, é de 27 ao dia 2, dia 3, que é a banca de heteroidentificação. Então, a ideia é esses problemas, que são por falta de ler, às vezes não é nem o edital, porque o edital é um documento extenso, e aí, no site nosso, ele tem as partes divididas, ele tem lá o cronograma de tudo, que, às vezes, ele não consegue entender o cronograma, não lê o cronograma, o que é para ser feito.

No que diz respeito à importância da leitura para a compreensão do mundo e do contexto que perpassa as relações entre as pessoas na sociedade, recorre-se ao educador Paulo Freire (1989) que destaca a importância da leitura do mundo na educação, o qual valoriza a cultura popular e aprofunda os conhecimentos na prática permanente da libertação.

A percepção de Freire (1989) compreende a eficácia da ação crítica da leitura do mundo e da palavra, no sentido de contribuir na solução dos problemas a partir do combate das causas que lhe dão origem, entre elas: a fome, a falta de emprego, de moradia, de trabalho, ou seja, a desigualdade social e a falta de oportunidade. Desta forma, no contexto do Ciclo de Políticas, todo e qualquer processo educativo é intencional; ou seja, jamais pode ser considerado politicamente neutro. Logo, essa é uma ação cultural que resultaria numa relação de liberdade entre os seres humanos, também mediada pela política pública em questão

PSM2 chama a atenção para a questão da documentação

Na matrícula, exige a documentação. Mas eles não leem, entendeu? E aí, para o sistema digital de matrícula, (acho que tem muita dificuldade), às vezes, também colocam o documento errado. Está lá, documento legível, frente e verso, o cara escaneia só a frente, é requerimento de matrícula sem assinar, que aí a pessoa fala: “mas, como que eu vou assinar?”. Hoje, nós temos meios digitais para fazer uma assinatura, a gente não cobra assinatura como um token com certificado digital, a gente pede uma assinatura que tenha a comprovação em um documento que tem a sua assinatura lá.

É imperioso destacar que essa documentação já é um entrave para quem possui alguma fragilidade de trajetória e não possui recursos ou condições para ter esses acessos.

PSM2 continua a afirmar:

E aí tem a documentação, às vezes, tem um outro RG, mas geralmente é corrigido, Eu, que trabalhei nos três últimos anos, toda vez era obrigatório documento oficial com foto, só que tem estudante que nunca tirou RG na vida, tem só a certidão de nascimento, esse problema se corrigiu, isso, no transcorrer do período. Mas, dificuldade quanto a isso, é nesses termos da matrícula digital, porque, quando você fazia a matrícula in loco, a documentação está aqui, faltou? Você devolve, e a pessoa vai correr atrás da documentação.

Em seguida, o pesquisador perguntou: “Seria, assim, por exemplo, porque todo edital, ele utiliza sempre, como foi dito por lei, uma linguagem técnica? É obrigatório ter essa linguagem?”

PSM2 respondeu: “*Sim*”.

Pondera-se que por mais que se tente utilizar uma linguagem mais usual em todas as instituições, o edital tem de ter aquela linguagem técnica. Então, é exatamente essa a ideia de sugerir uma Cartilha Informativa que aborde as principais dúvidas levantadas para, a partir disso, utilizar uma linguagem mais informal e acessível, uma Cartilha Informativa que informe de uma maneira mais objetiva, com a linguagem mais didática, com utilização de cores, mais jovial. Ademais, não vai substituir o edital (essa informação constará no início da proposta), porque o edital é o documento formal, instituidor da demanda.

Conforme foi dito pelos membros da comissão, os candidatos não leem o edital, e, por isso, procuram os servidores que, às vezes, não têm tempo de sanar as dúvidas, e, então, eles falam: “todas as informações se encontram no edital”. Contudo, dizer que “todas as informações estão contidas no edital” mostra-se insuficiente, pois, muitas vezes, o que se necessita seria a interpretação dessas passagens do edital.

No que diz respeito às cotas, 50% das vagas são destinadas a elas, sendo que as mesmas são divididas de C1 a C8. Quanto a este fator, PSM1 destacou:

As cotas são as que mais dão problema. Não é só saberem qual cota ele está, é a documentação, é a comprovação. Esses são os problemas que a gente tem aqui em Coxim. Muitas vezes, a gente não consegue, não, levar bem. Um ou outro, a gente tem um êxito de uns 30% dos candidatos que entram, ou menos, às vezes, porque eles não entregam a documentação que é necessária. Esse é um ponto a ser melhorado. Não sei como ocorre em outros Campi.

É possível acesso observar que, no que se refere às vagas mais importante, ou seja, nas cotas, que tem a finalidade de garantir um acesso democrático, essa perspectiva ainda não consegue garantir tal intento.

Pinheiro e Soares (2020) esclarecem que a Política de Cotas faz parte das denominadas Ações Afirmativas, criadas com o intuito de reparar/compensar desigualdades sociais históricas e discriminações sofridas por uma parte significativa da população, sejam relativas à etnia, gênero ou classe social, entre outras questões.

A mobilidade das dinâmicas sociais provoca efeitos colaterais nas relações de domínio e de poder. O IFMS demonstra estar comprometido com a política de ações afirmativas étnico-raciais.

Ball (2006, p. 270) afirma que:

Uma coisa é considerar os “efeitos” das políticas sobre coletividades sociais abstratas, outra é conseguir capturar a interação complexa de identidades, interesses, coalizões e conflitos nos processos e fatos das políticas[...]. É importante reconhecer que diversidade social e “diferença” são bases importantes para entender o escopo das forças sociais ativas envolvidas em e resistentes a mudanças – reconhecimento é importante, igualmente, no entanto, os efeitos das políticas são sentidos nos fatos sociais básicos da pobreza, da opressão e da desigualdade (grifo do autor).

Não há como negar que, em se tratando dos resultados obtidos pelo processo seletivo aqui analisado, não houve o diálogo entre o *campus* e os discentes que almejavam uma vaga em um curso do EMI. Ao mesmo tempo, também não houve o diálogo entre a instituição e as pessoas da comunidade, sendo assim, a práxis de uma escola inclusiva e democrática ainda tem um longo caminho.

Diante do exposto, é necessário reconhecer que, em alguma medida, no caso analisado, pode persistir um caráter hegemônico imposto pelo modelo escolar elitista, conforme observado em ações materializadas nos dados coletados.

PSM2 destacou que:

No ato da inscrição, está lá, você quer fazer a inscrição, aí fala-se sobre as cotas no ato da inscrição. Está no edital como funciona. E, às vezes, a pessoa não entende que, por exemplo: “vou participar dessa cota aqui porque eu tenho direito, eu tenho direito, eu tenho direito”, mas, na hora de fazer a matrícula, tem o dever de comprovar.

E, aí, às vezes, ele falta a documentação. Por exemplo, a comprovação da renda, está lá, os documentos, no edital, o que precisa, mas eles não... pegam, por exemplo, um autônomo que nunca fez uma declaração de imposto de renda, porque ele não tem, e aí precisa para comprovar a cota de renda do filho que está ingressando.

A heteroidentificação, antigamente era só a pessoa se declarar como pardo, não se tinha banca, entendeu? Era uma autodeclaração, mas aí, como nos últimos anos houve problemas de denúncias, principalmente em concursos públicos, houve a necessidade de fazer uma banca de heteroidentificação. O que é? Essa banca, ela vai analisar se o candidato é descendente de alguma cota racial ou não, só que aí teve a pandemia e teve que se fazer algumas adaptações – por foto – e o edital explicava como se fazia a foto, mas, mesmo assim, parece que falta.

Esclarece-se que a adoção das comissões de heteroidentificação para o ingresso de estudantes nas escolas públicas, conforme Silva *et al.* (2020), deu-se em função de denúncias dos coletivos negros de que as vagas reservadas às cotas étnico-raciais estavam sendo ocupadas por pessoas de fenótipo branco, em especial nos cursos de maior prestígio e concorrência.

No que diz respeito à criação de um orientativo, PSM2 afirmou:

Eu sei que você quer fazer uma cartilha. É interessante? É, só que, mesmo assim, ainda eu acho que vai ter problema, porque o povo não lê o que deve ser lido. Mesmo a gente tendo os vídeos de como fazer uma matrícula digital no sistema, a matrícula em si, sempre dá problema.

A percepção de PSM2 também é a de Orlandi (2005), conforme pode-se constatar no excerto a seguir.

Por que, quase sempre, preferimos tirar alguma dúvida pessoalmente do que ler o manual de instruções? Segundo a pesquisadora Eni Orlandi, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, a preferência pela língua falada no Brasil não estaria apenas ligada a um traço psicológico ou às altas taxas de analfabetismo do país. “Minha tese é de que essa preferência vem do fato de que convivemos durante séculos com 2 línguas: a portuguesa, usada nos documentos, e a chamada língua geral (o tupi adaptado pelos Jesuítas para converter os índios), falada no dia-a-dia, dentro das casas”, diz Eni. (Revista Superinteressante, setembro/2005).

No tocante às sugestões para melhorar essa orientação aos candidatos sobre o processo seletivo aos cursos técnicos integrados do IFMS – *Campus Coxim*, tem-se, conforme PSM2:

Em termos de melhorias, vamos dizer, transcrever o edital em uma linguagem mais lúdica, mais fácil de entender, porque, por exemplo, quando se fala: “documento oficial com foto”, às vezes, o aluno fica: “o que é isso? O que é um documento oficial com foto?” Sendo que, às vezes, é só falar “documento oficial com foto”, e aí, “ou Carteira Nacional de Habilitação, ou seu Registro Geral, o RG, ou seu Passaporte”.

Continuou PSM2:

Falta, às vezes, no edital, uma linguagem um pouco mais facilitada para o entendimento. Só que não deixa de conseguir, de estar lá, mesmo implícito, quais documentos que são. A forma de ingresso, a gente pensa: prova, prova, prova, mas, infelizmente... os Estados Unidos fazem seleção pelo quê? Por lista, por análise de currículo? Infelizmente, nós, no Brasil, fazemos por prova, que a gente sabe que prova não mede o conhecimento naquele momento do indivíduo, mas é a única forma de seleção, é a única forma que a gente pode selecionar certos grupos de pessoas. Infelizmente, a vida cotidiana nossa é uma prova todo dia.

PSM2 destacou como sugestão:

Tenho mais uma sugestão em termos de melhoria, em relação ao sistema de matrícula que agora é todo digital, ele veio facilitar a matrícula do pai que trabalha, das pessoas que passam o dia inteiro e não podem estar vindo na Instituição, ele pode fazer em casa, certo? Ele dá uma comodidade porque, hoje, 90% da sociedade, das pessoas aqui, pelo menos, aqui em Coxim, têm acesso à internet, mesmo que seja de redes móveis de celular, então, ele pode fazer uma matrícula de onde ele estiver, com o equipamento, com o celular que ele estiver. Agora, o problema, em termos, é o de entendimento de como fazer. Eu sempre digo que as pessoas sabem tudo de Facebook, WhatsApp e Instagram, mas, na hora de tirar uma foto [...].

PSM1 afirmou que:

Melhorar a orientação dos candidatos, eu acho que é algo mais sucinto mesmo, vídeos curtos... a gente já está fazendo, esse ano entrou um tutorial de como ele faz a inscrição. Eu acho que isso ajudou bastante. Eu acho que voltar a esse lado interativo, acho que ajuda bastante também. Ou uma sequência, como você planeja fazer uma proposta colocar uma proposta de como se faz. Seria uma proposta que, às vezes, durante anos a gente muda, altera, mas indicando quais seriam os passos que ele faz. Acho que tem muita dificuldade com relação a isso. Muitos candidatos que chegam para fazer a inscrição aqui, a gente tem que acabar ajudando um pouco mais do que deveria, porque ele não consegue fazer a parte documental. Antes, quando não era sistema, era mais fácil – orienta, vai, busca – que nem o PSM2 já comentou também, mas, agora, a gente tem esse entrave da tecnologia, então, esses passos da tecnologia, seria importante estar no material.

O pesquisador explicou que o ProfEPT é um mestrado profissional, diferenciando-se do acadêmico, pois, no primeiro caso, é preciso elaborar um PE, além da dissertação. Então, a ideia da Cartilha Informativa surge dessa necessidade.

Dessa forma, foi perguntado: Considerando os princípios da democratização

do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, você acha oportuna a elaboração e utilização de uma Cartilha Informativa que utilizará uma linguagem mais informal, o uso de contrastes, imagens, cores, uma fonte maior, facilitando a leitura, deixando com um aspecto estético mais convidativo, orientando os candidatos sobre as regras do certame, conscientizando sobre o sistema de cotas (Lei nº 14.723/2023) e promovendo a vinculação e a identificação dos estudantes com o curso e a instituição? Com essa questão, pesquisador indagou se seria oportuna a elaboração de uma proposta, visando essa orientação mais didática e informal sobre as etapas e, principalmente, na questão das cotas e da documentação.

PSM1 respondeu:

Dada essa situação, eu acredito que sim, que facilita bastante o primeiro acesso, porque a proposta vai ser o manual dele, que ele acaba trazendo para fazer, mesmo no campus, como eu falei. No campus, a gente tem uma orientação, a gente acaba fazendo um passo a passo, mas a maioria tenta fazer de casa, e onde a gente encontra os erros, não são desses candidatos que fazem aqui, e sim dos que fazem em casa, é um primo que faz, é o tio, é alguém que tem um computador. Então, a proposta, expressando os principais pontos com uma linguagem um pouco mais acessível, eu acho que vem para ajudar, sim. Na região Norte, principalmente, por conta dessa situação da tecnologia, nem todo lugar a gente tem a internet para ele ficar com acesso livre, para ele ficar lendo o edital, entre outras situações. A proposta pode ser um objeto até de entrega, de divulgação, onde ele pode já ficar com esse material, ou uma parte resumida dessa proposta, e ele utilizar no dia que ele for fazer a inscrição.

À mesma questão, PSM2 respondeu:

Sim e não, é interessante essa cartilha. Nós temos um passo a passo que a gente disponibiliza em veículos de informação, Facebook, Instagram, com imagem e tudo mais, mesmo nesse caso, eu acho, mesmo com a proposta, ainda nós vamos ter alguns problemas, que é a compreensão da tecnologia. Essa compreensão da tecnologia, nossa, essa matrícula digital, aconteceram tantos casos, tantos detalhes, tantas peculiaridades de matrícula que a gente teve, digital, que eu garanto que, no presencial, nunca foi constatado, é uma série de eventos, e a maioria é tudo devido ao acesso à tecnologia e à falta de acesso à informação da tecnologia. Eu acho interessante essa proposta, ela pode e deve ser elaborada, mas garanto que ainda vai ter muitos entraves, a gente sempre vai ter problemas para o acesso dos estudantes.

Foi possível constatar que o *campus* já possui mecanismos de esclarecimentos e interpretação do processo seletivo. Contudo, ficou evidente, face aos dados coletados, que ainda não são suficientes.

O pesquisador questionou se os entraves se dão por causa da inclusão digital. PSM2 afirmou que:

É, mesmo por causa da inclusão digital, porque, quando a matrícula é, vamos

dizer assim, presencial, a matrícula, precisava-se um número maior de servidores para a realização do presencial. Só que, ao mesmo tempo, a digital, ela veio para melhorar isso, porque não tem as filas, mas, ao mesmo tempo, ela te dá os outros entraves, que é o digital mesmo, a tecnologia, o acesso, às informações, que são informações, às vezes, que a gente não dá muita ênfase no dia a dia, que a gente acessa os nossos outros recursos de tecnologia e, quando a gente precisa executar, a gente não consegue executar.

Em relação à mesma questão, PSF1 afirma:

Eu acho que é muito viável por conta de facilitar mesmo, mas o que acontece também, eu não sei se é em todos os locais, mas, aqui em Coxim, a dificuldade com a internet em si, nas casas, é muito grande. Eu mesma não fiz a inscrição dos cursos técnicos, mas eu faço um curso aqui, o FIC, o curso de inglês, para, de casa, eu conseguir fazer essa matrícula foi uma dificuldade tão grande. Isso porque eu diariamente estou ali, mexendo com o sistema, estou mexendo na internet, e eu quase desisti. Eu fiquei imaginando, as pessoas com dificuldade, elas não conseguem, mais por conta da internet, que caía, aí você não consegue carregar um documento de scanner. Na nossa cidade, tem mais essa dificuldade ainda, a nossa internet na cidade é muito ruim.

[...]

Nessa proposta, poderia colocar uma opção de a pessoa, se não conseguir fazer em casa, vai ao campus. É uma dica muito boa, porque a pessoa, em casa, às vezes, ela desiste de fazer por conta da dificuldade e, às vezes, nem é tanto, às vezes, é a internet mesmo que não vai. Isso eu digo porque foi na época da pandemia, que eu fui fazer a inscrição, eu quase desisti. Aí fiquei imaginando as pessoas em casa também, que têm dificuldade, que não têm, às vezes, a internet tão boa, a de dados móveis, que é qualidade mais baixa ainda, então, eu acho que seria também uma dica boa para inserir na proposta isso de, se não conseguir, ir ao campus, porque aqui, às vezes, a internet é um pouco melhor.

O pesquisador ponderou que não sabe se, por lei, pode constar no edital que, caso a pessoa não tenha acesso à internet, pode se dirigir ao *campus* para realizar a sua inscrição no processo seletivo. Sendo assim respondido a esse questionamento.

PSF1: *Tem.*

PSM2: *Aí, elas vão procurar o campus. É essa a instrução que tem lá.*

O pesquisador mencionou que: a princípio, a proposta deve para ser disponibilizada em formato digital, se possível no site do *campus*; posteriormente, a intenção é que ela não se limite ao *Campus* de Coxim; e, futuramente, quem sabe, para todo o IFMS, considerando que o processo seletivo é o mesmo.

PSM1 mencionou a possibilidade de disponibilização de uma proposta impressa.

PSM1:

É um módulo dela, não precisa ser toda a proposta, que eu acho que a proposta vem com mais observação, mas ela, com a possibilidade, por exemplo, sendo digital, de imprimir o módulo de inscrição ali, bem específico. Os passos da inscrição. Geralmente, nós fazemos isso. É um trabalhinho a mais que fazemos, entrega ali um passo a passo todo ano.

PSM1 chamou a atenção para o fato de que “O último exame de seleção, como eu falei, já está bem consolidado. O que a gente precisa é melhorar a informação”.

Os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CESH/UEMS, segundo a resolução CNS 466/12, estão em posse e guarda do pesquisador, devendo permanecer dessa forma, no mínimo, pelos próximos 5 (cinco) anos.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional (PE) consiste no principal foco desta investigação, que resultou na produção de uma Cartilha Informativa para auxiliar na equidade de oportunidades aos candidatos, de acordo com as normas existentes, a fim de contribuir para o acesso à instituição, tornando o processo mais didático aos estudantes no que diz respeito ao Processo Seletivo do IFMS – *Campus* Coxim. Pretendeu-se construir um material de linguagem acessível a todas as pessoas e atrativa para o leitor com os registros e as informações relativas ao mesmo.

É importante destacar que o processo seletivo consiste em uma temática que vem sendo discutida de forma ampla na RFECT de ensino em todo o Brasil, tendo em vista a relevância deste quesito para o acesso aos cursos nos diferentes *Campi* dos IFs. Como exemplo de estudos realizados sobre a temática, pode-se citar Ambrosini e Escott (2019), que desenvolveram um Guia de Acesso ao Estudante no IFRS BG, como estratégia de orientação para melhorar o ingresso ao IFRS - *Campus* Bento Gonçalves.

A ideia da produção do PE consistiu em apresentar uma proposta que visasse contribuir para a superação de um problema importante, muitas vezes, deixado de lado por vários fatores, como: recursos, tempo, interesse, conhecimento, etc.

A fim de contribuir para que a intencionalidade das políticas públicas de ampliação e democratização do acesso se efetive, esta pesquisa realizou um conjunto de esforços mais direcionado, no sentido de melhorar a comunicação e a compreensão dos candidatos sobre os editais e regramentos que norteiam o processo seletivo. Tal perspectiva foi percebida mediante análise documental relativa ao processo seletivo desenvolvido pela instituição, bem como, por meio dos dados advindos dos questionários aplicados junto aos estudantes e das entrevistas com os servidores.

Nesse sentido, um PE, que visa orientar de forma mais clara e didática aos candidatos sobre o Processo Seletivo do IFMS - *Campus* Coxim, tem sua importância e relevância na perspectiva das políticas públicas de democratização e ampliação do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade federal.

Diante do exposto, esta seção apresenta os passos da construção e desenvolvimento do PE, dentre os quais, sua elaboração, aplicação e avaliação pelo grupo participante.

5.1 Elaboração do Produto Educacional

O Produto Educacional (PE) desenvolvido na pesquisa consistiu em uma cartilha informativa e ilustrativa, intitulada: Processo Seletivo no IFMS, *Campus Coxim* – um material didático e instrucional, com uma recomendação de aplicação para o IFMS – *Campus Coxim*.

Considerando as categorias de produtos educacionais definidas pela CAPES (2019, p.10), a cartilha se caracteriza como um material textual, pois, nesta categoria, enquadram-se produções como “[...] manuais, guias, cartilhas, textos de apoio, artigos científicos, dicionários, histórias em quadrinhos, livros didáticos e paradidáticos, entre outros”.

A proposta de elaboração da cartilha surgiu como uma preocupação advinda mediante a percepção do pesquisador quanto às dificuldades encontradas pelos candidatos para participar dos editais e concorrer a uma vaga nos cursos de Ensino Médio Integrado no IFMS. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi eleito o ano de 2021.

O estudo está inserido na linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do ProfEPT.

Diante dos dados coletados, surgiu a necessidade do desenvolvimento de uma ação para a minimização das dificuldades e melhoria da compreensão quanto aos editais de acesso ao EMI na instituição, de modo a tornar o processo seletivo uma possibilidade democrática.

Nesse sentido, nota-se que cartilhas possuem um papel importante, tendo em vista sua utilização como ferramenta na construção de um material instrucional, orientativo e que apresenta o seu conteúdo de forma leve e dinâmica.

A cartilha educativa é entendida como um tipo de material educativo para apoiar ou facilitar o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, com um gênero de texto próprio (Kaplún, 2003).

Faz-se necessário esclarecer que a cartilha foi pensada e desenvolvida, tendo como perspectiva a apresentação de alguns dos resultados dos estudos realizados

no mestrado. Para a concretização da elaboração da cartilha foram executadas as seguintes etapas: (i) revisão da literatura; (ii) entrevistas com os servidores participantes da pesquisa, para análise das percepções dos mesmos acerca das questões relativas ao processo seletivo do IFMS; (iii) análise do questionário encaminhado aos estudantes participantes da pesquisa; (iv) análise dos editais de seleção relativos aos anos de 2018 a 2022; e (v) elaboração e construção da cartilha.

O PE configura-se como um mecanismo de informação e ações que buscam auxiliar a instituição na democratização do acesso ao IFMS - *Campus Coxim*. Tendo em vista que a cartilha se trata de uma elaboração didática, configura-se como um documento que servirá para “[...] explicar um processo, fazer os verbos visíveis, é o coração do Design de Informação” (Tufle, 2002, p. 55).

Tal perspectiva evidenciou a imprescindibilidade da criação e divulgação de um material informativo, que seja atrativo aos olhos dos jovens estudantes do Ensino Técnico Integrado ao Nível Médio, que vivem na era da informação.

Assim, fez-se necessário utilizar um dispositivo eficiente de comunicação, razão pela qual, neste estudo, foi escolhida a cartilha educativa como recurso visual para a apresentação das informações desveladas por esta pesquisa. A cartilha apresenta algumas informações, via infográficos, para o uso do *campus*, tendo em vista a dinâmica proporcionada por essa forma de comunicação e linguagem. O infográfico é um tipo de gráfico que trouxe novos ares à diagramação nos impressos físicos e digitais. Trata-se de:

Uma forma de representar informações técnicas como números, mecanismos e/ou estatísticas, que devem ser sobretudo atrativos e transmitidos ao leitor em pouco tempo e espaço. [...] Segundo pesquisas, a primeira coisa que se lê num jornal são os títulos, seguidos pelos infográficos, que, muitas vezes, são a única coisa consultada na matéria (Caixeta, 2005, p. 01).

Dessa forma, os infográficos contidos na cartilha têm por objetivo facilitar, por meio de uma simplificação, a compreensão de uma informação, por isso, vêm sendo muito utilizados nos ambientes escolares, pois possuem uma linguagem fácil, direta e sistemática de apresentar o conteúdo e estabelecer diálogos com seus leitores.

De acordo Silva (2005), tanto a cartilha como os infográficos devem ter uma abordagem direta, de fácil entendimento e com um impacto visual. Especialmente pelas transformações tecnológicas que têm propiciado acesso em diferentes redes sociais, plataformas de buscas e, inclusive, o fato de que a educação tem adotado

modalidades híbridas de atuação, é necessária uma comunicação que venha ao encontro dessa realidade. Nessa direção:

A infografia também pode ser compreendida como um sistema híbrido de comunicação, pois ao empregar imagens, palavras e números, utiliza o sistema de comunicação verbal (palavras e sentenças) e o sistema de comunicação visual (imagens e representações gráficas) (Schimitt, 2006, p. 18).

Diante do exposto, em conformidade com o pensamento de Veen e Vrakking (2009), espera-se que, por meio de textos e imagens ilustrativas, mediante a criação da cartilha, seja possível desenvolver um instrumento de apoio à valorização de ações informativas, na perspectiva da formação cidadã, para esses jovens estudantes.

Atualmente, com as crescentes formas e meios de educação, os jovens estão aprendendo de maneiras diferentes do que aprendiam em tempos atrás, as quais autores como Caixeta (2005) e Schimidt (2006) denominam de “a preto e branco”. Para eles, esses jovens são mais propícios a aprender em um mundo “colorido”, com imagens e representações gráficas.

Para o desenvolvimento da cartilha, foram estabelecidas as seguintes ações: (i) a pré-produção, em que foi planejado o roteiro, (ii) seleção dos autores, (iii) a apresentação das informações referentes à temática, (iv) a seleção das frases captadas após a extração dos dados do questionário, das entrevistas e da análise dos editais; e, por fim, (v) a escolha dos materiais de imagens para as ilustrações.

No roteiro da cartilha, selecionou-se o problema a partir das seguintes perguntas norteadoras: Qual é o objetivo da cartilha para o público-alvo? Qual ou quais obstáculos são necessários ultrapassar? Quais frases e figuras prendem mais a atenção do público-alvo? A partir dessas questões, a cartilha tratou o fenômeno relativo ao processo seletivo do IFMS, na perspectiva da inclusão e da democratização do acesso, no que diz respeito ao referido processo.

No desenvolvimento desta cartilha informativa, abordou-se diferentes questões relativas ao processo seletivo. Tendo em vista a abrangência da temática, buscou-se evidenciar questões específicas sobre a realidade que perpassa o processo seletivo no IFMS.

Para facilitar o processo do desenvolvimento da cartilha foi elaborado um roteiro, conforme disposto no Quadro 3.

Quadro 3 – Roteiro para Elaboração e Construção da Cartilha

Ações	Metodologia
1. Reflexão sobre o fenômeno relativo ao processo seletivo	Pesquisa bibliográfica
2. Conceituação/Classificação/Consequências do processo seletivo	Pesquisa bibliográfica
3. Sistema de cotas	Pesquisa bibliográfica
4. Diferentes possibilidades de seleção	Pesquisa bibliográfica
5. Democratização do acesso ao IFMS	Entrevistas/Questionários
6. Criação da cartilha	Entrevistas/Questionários

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Na seção a seguir, está detalhada a forma pela qual foi aplicado e avaliado o Produto Educacional.

5.2 Aplicação e Avaliação do Produto Educacional

Com a delimitação das temáticas que seriam abordadas, a fase seguinte foi de seleção das imagens e conteúdo que comporiam a cartilha.

Como forma de aplicação e avaliação da cartilha, o pesquisador elaborou um questionário (Apêndice F), composto por 06 perguntas. O objetivo do questionário consistiu em avaliar a aplicabilidade da cartilha intitulada: “Processo Seletivo no IFMS - *Campus* Coxim: Conhecer para Participar”

Depois de finalizada, a cartilha foi avaliada por uma amostra de 08 (oito) estudantes e por 03 (três) servidores que fazem parte da comissão de seleção do *campus*. Desse modo, os estudantes e os servidores receberam um *link* no *e-mail*, em agosto de 2023, para acesso à cartilha e, outro, para acesso ao questionário de avaliação *online* para avaliar a aplicabilidade da cartilha no *Campus* Coxim, conforme pode-se visualizar no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Percepção dos Participantes da Avaliação da Cartilha

Pergunta	Objetivos
1. O pesquisador se atentou com a clareza, a estética e o aspecto visual do Produto Educacional?	Identificar se a Cartilha Informativa possui qualidade estética de forma a facilitar o visual.
2. O Produto Educacional (Cartilha Informativa), contempla conteúdos compatíveis para dar suporte às ações relativas ao Processo Seletivo pelo IFMS – <i>Campus Coxim</i> ?	Compreender se a Cartilha Informativa contribui com o desenvolvimento do trabalho da comissão responsável pelo Processo Seletivo no IFMS – <i>Campus Coxim</i> .
3. A Cartilha Informativa apresentou o conteúdo de forma didática de forma a auxiliar no processo de compreensão quanto aos dados requeridos e condições para a inscrição em um dos Cursos de Ensino Médio Integrado, ofertado pelo IFMS – <i>Campus Coxim</i> ?	Evidenciar a percepção quanto à contribuição da Cartilha Informativa como suporte à compreensão dos candidatos.
4. A Cartilha Informativa deixa claro, que em se tratando das cotas, o IFMS reserva 50% das vagas ofertadas a fim de garantir as condições de igualdade, melhorar o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade federal, dar mais oportunidades para estudantes da escola pública, promover a inclusão dos diversos grupos que compõe a sociedade brasileira: pessoas negras, pardas, indígenas, de baixa renda ou com alguma deficiência, e que para concorrer a uma dessas vagas o candidato precisa atender aos requisitos legais?	Compreender se a Cartilha Informativa contribui para a compreensão quanto às ações afirmativas no Processo Seletivo no IFMS.
5. De forma geral, a Cartilha Informativa pode ser considerada como documento auxiliar, fonte de informações, referente aos editais do Processo Seletivo dos cursos de Ensino Médio Integrado do IFMS – <i>Campus Coxim</i> ?	Analisar se a linguagem evidenciada pela Cartilha é compreensiva aos leitores.
6. Deixe comentários, sugestões e/ou críticas para melhoria do Produto Educacional (Cartilha Informativa).	Avaliar se a Cartilha Informativa atendeu aos objetivos propostos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Às quatro primeiras perguntas os participantes responderam, utilizando escala de “sim”, “não” e “não quero responder”.

No que diz respeito à clareza, ao verificar se o pesquisador se atentou para a estética e para o aspecto visual do Produto Educacional (pergunta 1), todos os participantes avaliaram, de forma unanime, como “sim”.

Em relação ao Produto Educacional, se contempla conteúdos compatíveis para dar suporte às ações desenvolvidas pela comissão responsável pelo Processo Seletivo no IFMS (pergunta 2), todos os participantes responderam “sim”.

Quanto ao item “se Produto Educacional irá contribuir com os trabalhos desenvolvidos pela comissão responsável pelo Processo Seletivo no IFMS”, todos os participantes avaliaram também como “sim”.

Em relação à Cartilha Informativa, se essa deixa em evidência que, em se tratando das cotas, o IFMS reserva 50% das vagas ofertadas, a fim de garantir as condições de igualdade, melhorar o acesso ao ensino federal público, gratuito e de qualidade, dar mais oportunidades para estudantes da escola pública, promover a inclusão dos diversos grupos que compõe a sociedade brasileira: pessoas negras, pardas, indígenas, de baixa renda ou com alguma deficiência, e que para concorrer a uma dessas vagas o candidato precisa atender aos requisitos legais, mais uma vez, todos os participantes responderam que “sim”.

Em relação à pergunta aberta, que versa sobre “Alguma contribuição para melhorar a cartilha?”, as respostas obtidas foram:

(PSF1): A cartilha apresenta as informações com clareza e a estética e o aspecto visual estão ótimos, porém há necessidade de inserção de alguns dados importantes e correções de algumas informações que foram atualizadas, levando-se em conta o novo Edital de Exame de Seleção. Há necessidade também de se fazer algumas correções ortográficas no decorrer do conteúdo apresentado.

(PSM1): Seria interessante adaptar para o exame de seleção atual, que teve algumas modificações ou indicar a qual ano sua pesquisa refere-se e apenas mencionar que já ocorreram alterações. Seria importante fazer uma nova revisão ortográfica e gramatical no documento.

Diante das contribuições recebidas pelos participantes servidores, o pesquisador realizou no produto as atualizações sugeridas como forma de deixar o conteúdo informativo da cartilha mais compreensivo.

Sobre a pergunta 6, “Deixe comentários, sugestões e/ou críticas para melhoria do Produto Educacional (Cartilha Informativa)”, as respostas obtidas foram:

Estudante 1: Achei essa cartilha informativa sobre o ingresso no IFMS simplesmente fantástica! Ela está incrivelmente bem-organizada e é muito intuitiva, tornando o processo de ingresso no Instituto muito mais acessível e compreensível para novos alunos. Parabéns aos responsáveis pelo trabalho!

Servidor: O produto está muito bom e didático. Após algumas correções básicas, pode contribuir em muito para as atividades de divulgação do Exame de Seleção do IFMS.

Após as contribuições dos estudantes e servidores, foi necessário retomar o produto e realizar algumas alterações a fim de alcançar os objetivos para ele intentados. Nesta direção, podemos afirmar que o PE obteve avaliação positiva.

Todas as observações realizadas pelos estudantes e servidores foram no sentido de deixar o texto mais direto e atual, sendo que as observações foram prontamente atendidas pelo pesquisador.

Faz-se importante destacar que não houve avaliação negativa em relação ao produto, à linguagem e aos assuntos e conteúdos abordados, o que indica que os participantes demonstraram ter gostado da cartilha e entenderam a importância de trabalhar com a temática relativa à democratização do acesso ao IFMS em uma perspectiva de inclusão.

Cabe salientar que os estudantes que realizaram a análise da Cartilha Informativa, na perspectiva do PE, são os que cursam o EMI.

Como resultado da elaboração da Cartilha Informativa, espera-se que o PE contribua com o processo de democratização do acesso aos cursos de EMI do IFMS, fortalecendo o processo de inclusão e, conseqüentemente, a formação humana dos estudantes, corroborando com a missão da instituição.

O *Campus* Coxim poderá colocar a Cartilha Informativa à disposição dos estudantes e servidores na biblioteca de forma impressa, onde as pessoas possuem livre acesso às produções, bem como a disponibilizar em formato PDF na página específica do *campus* e de cada curso do EMI, como material de leitura, formação e informação.

Da mesma forma, esse produto poderá ser disponibilizado a todos os *campi* da instituição, possibilitando que essas unidades utilizem o produto, na tentativa da promoção de melhorias nas ações coletivas desenvolvidas pelos profissionais envolvidos com essa temática.

Espera-se que a disseminação do PE contribua para a democratização do acesso e inclusão, de maneira a tornar o processo seletivo no IFMS cada vez mais democrático e acessível.

Apresentado o processo de desenvolvimento do PE da pesquisa, bem como a sua aplicação e avaliação, o próximo capítulo traz as considerações finais do trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando a citação da epígrafe do trabalho, de autoria de Paulo Freire (1975), seria muito ingênuo da nossa parte, esperar atitudes das classes dominantes que proporcionem às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica. É fato que nos últimos anos – com maior investimento em educação pública, expansão da RFEPCT, ampliação de cursos, vagas e modalidades de ensino, além da implementação do sistema de cotas para estudantes egressos de escola pública – houve uma ampliação da democratização do acesso ao ensino público federal, gratuito e de qualidade. Contudo, é importante ressaltar que os mecanismos meritocráticos de seleção ainda predominam como forma de ingresso. Nessa perspectiva, cabe refletir se a utilização do mérito acadêmico como único critério para promover o acesso à educação pode estar reforçando a reprodução da exclusão educacional.

De uma forma mais particular, acentuo que o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade de forma democrática e inclusiva sempre esteve presente em minha vida pessoal e funcional. Na vida pessoal, o interesse surgiu ao descobrir uma perda auditiva nos últimos anos, o que após exames e laudos comprobatórios diagnosticaram uma deficiência auditiva bilateral moderada, proporcionando-me ser hoje ser uma PcD, com direitos garantidos por lei, inclusive, o de ser integrante deste Programa de Mestrado, via Lei de Cotas (Lei n. 14.723/2023). Já na vida funcional, o interesse surge enquanto servidor público de uma Instituição de Ensino Superior (IES) que, muitas vezes, depara-se com as mesmas preocupações dos servidores da RFEPCT, em relação ao entendimento dos editais e regramentos que balizam o processo de ingresso discente.

A partir do cenário apresentado, surgiu a preocupação como pesquisador, pois percebi que, não é só a falta de vagas ou as dificuldades econômicas que levam os desfavorecidos economicamente a deixar de estudar em uma universidade pública ou no Instituto Federal, mas isso pode também estar ligado ao exame de seleção comumente propagado como uma forma justa e igualitária de promover o acesso. Em verdade, ao tratar todos por uma pretensa igualdade formal, acaba-se por reforçar a desigualdade existente, que transborda para além da questão econômica, associando-se em todos os aspectos da vida do indivíduo. Essa injustiça é disfarçada de mérito nas avaliações meritocráticas dos vestibulares e processos seletivos. Desse

modo, o sistema de ensino ratifica, pela via formal, as desigualdades reais de caráter econômico, social e cultural.

As desigualdades promovidas pela meritocracia mostram que o ingresso continua difícil para os mais desfavorecidos. Nesse sentido, o presente estudo, mais do que simplesmente divulgar e orientar os interessados sobre as formas de ingresso, também buscou contribuir para a democratização do acesso na instituição, já que o processo seletivo consiste em uma forma de inclusão excludente, tendo em vista a inexistência de vagas para todos. Ou seja, mesmo diante do esforço para que haja a democratização do acesso na instituição, o mesmo ainda é limitado a poucos.

No transcorrer da pesquisa, foi analisado o processo de ingresso discente aplicado no IFMS - *Campus Coxim*. O fenômeno do acesso ao ensino em EPT foi estudado no intuito de compreender esse processo na instituição de interesse, tendo em vista o objetivo principal de analisar a percepção dos candidatos e dos servidores responsáveis pelo Processo Seletivo no IFMS - *Campus Coxim*, a fim de desenvolver uma Cartilha Informativa que contribua com o sistema de ingresso discente no EMI, juntamente com os objetivos específicos, que o compõem: i) examinar as normas internas do IFMS para o Processo Seletivo do EMI; (ii) comparar, nos cinco últimos anos, os editais que utilizaram a prova ou a análise curricular como métodos de seleção e ingresso dos discentes, para identificar os elementos comuns e dissonantes desses documentos; (iii) analisar as legislações nacionais que tratam do acesso e das cotas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT); (iv) aplicar questionários aos candidatos do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021, do IFMS - *Campus Coxim*, e entrevistar os servidores que atuam na comissão responsável pelo processo seletivo; (v) aplicar o PE - Cartilha Informativa - para avaliar a sua importância para o sistema de ingresso dos discentes do EMI.

Primeiramente, no que diz respeito ao objetivo geral, foi satisfatoriamente alcançado. Após a análise da percepção dos candidatos e dos servidores, reforçou-se a necessidade de desenvolver um PE que contribuísse com o sistema de ingresso discente no EMI. A construção da Cartilha Informativa, então, solidificou-se como uma estratégia de melhorar a orientação para as pessoas que almejam ingressar no IFMS - *Campus Coxim*, a partir de uma exposição mais acessível, de fácil entendimento, descomplicando as regras dos editais, dessa maneira, contribui-se para qualificar o sistema de ingresso discente, colaborando com a democratização do acesso nos cursos da instituição. Denota-se tal perspectiva a partir da análise dos questionários

avaliativos aplicados junto aos estudantes e servidores.

No que tange aos objetivos específicos, foram, também, satisfatoriamente alcançados, tendo o estudo apontado que, além da avaliação meritocrática, o estudante depara-se com as burocracias dos editais, a dificuldade de entender a documentação e o sistema de cotas. Isso prejudica o acesso aos cursos, pois muitas pessoas acabam se inscrevendo na opção errada ou não participando do sistema de cotas por falta de informação adequada. Assim, foram pontuadas e sistematizadas algumas observações no que diz respeito à democratização do acesso e da inclusão no ensino público federal, gratuito e de qualidade, principalmente, no que tange aos cursos do EMI do IFMS – *Campus* Coxim, de maneira a tornar o processo seletivo cada vez mais democrático e acessível.

Nesse sentido, o PE, que buscou orientar de forma mais simples e didática aos candidatos sobre o Processo Seletivo no IFMS - *Campus* Coxim, tem sua importância e relevância na perspectiva das políticas públicas de democratização e ampliação do acesso ao ensino público federal, gratuito e de qualidade. Pois, muitas vezes, são os pequenos detalhes que fazem toda a diferença, principalmente quando se está lidando com editais muito técnicos, com enorme potencial de causar confusão nos candidatos. Exemplo dessa assertiva seria o caso da obrigatoriedade do pagamento da taxa de inscrição, exclusivamente, em uma única instituição bancária

Portanto, a partir dos conhecimentos, da luta coletiva e da esperança compartilhada, nós podemos nos opor e resistir a esse sistema excludente. A escola deve ser um espaço de resistência, de construção de conhecimentos e de posicionamentos a favor do cidadão e da qualidade de vida. Como pesquisador, servidor público, cidadão brasileiro e educador, posso afirmar o quanto a educação exerce um papel fundamental na vida das pessoas, como sujeitos, porque a educação de formação integral humanizada, com domínio dos princípios científicos e tecnológicos, histórico, social, político, éticos e econômicos envolvidos, ofertada pela RFEPCT, contribui significativamente com a construção de uma nova percepção de sociedade, de educação e de muitos outros aspectos relacionados à vida em sociedade.

É importante salientar que a Cartilha Informativa está longe de resolver o problema das avaliações meritocráticas. Contudo, o presente PE propõe que se encare o acesso para além de um processo seletivo ou vestibular. Isso implica em mudar as práticas institucionais que priorizam a simples divulgação para se aprimorar

os processos de orientação e conscientização, evidenciando somente a gratuidade do ensino, a documentação necessária e o sistema de cotas.

Sabemos que são as lacunas deixadas que possibilitam o desenvolvimento de novas pesquisas. Então, de nossa parte, sem a intenção de esgotar a compreensão do assunto, concluímos que, com este estudo, pudemos elaborar um produto educacional que qualifica a forma com que o futuro estudante entra em contato com a instituição, colaborando para que o ingresso nos cursos ocorra de maneira mais inclusiva, contribuindo para a democratização do acesso à EPT.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que, em um contexto de polarização de projetos societários antagônicos, alguns movimentos políticos e econômicos ameaçaram os avanços promovidos no campo da democratização do acesso ao ensino público federal, gratuito e de qualidade. Nesse cenário de disputa, colocou-se em quase extinção as cotas, os orçamentos das instituições federais e, o mais grave ainda, a própria gratuidade no ensino público. Atualmente, esse cenário mudou com a eleição de um projeto a favor da educação pública, gratuita e de qualidade.

Ademais, espera-se que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão sobre o tema e acerca do papel da educação na vida das pessoas e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humanizada.

REFERÊNCIAS

- AMBROSINI, Tiago Felipe. ESCOTT, Clarice Monteiro. **O Acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7852/pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- ALBRECHT, Karl. **Programando o futuro**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- BALL, Stephen. Sociologia Das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-Social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 10-32, Jul./Dez. 2006.
- BALL, Stephen. In MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n.106, p. 303-318, abr. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000100015>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BALL, Stephen. **Educação Global S. A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**; tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BALL, S.J.; BOWE, R. **Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues**. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Ed., Coleção Ciências da Educação, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **L'ontologie politique de Martin Heidegger**, Éditions de Minuit, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64.
- BOWE, R., BALL, S. J. & Gold, A. **Reforming education and changing schools: Cases studies in policy sociology**. London, England: Routledge. 1992.
- BRASSCOM- **Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais**. Disponível em: <https://al.senai.br/cursos-ti-senai/>. Acesso em: 01 maio 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.
- BRASIL. **Decreto n. 9.741, de 29 de março de 2019**. Altera o Decreto n. 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências. Diário Oficial da União: Edição Extra,

Brasília, p. 1, 29 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2021.

BRASIL. **IFMS em Números**. Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/ifms-em-numeros>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.534**, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília. 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 07 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.723**, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm. Acesso em: 06 dez. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 173**, de 27 de maio de 2020. Estabelece Programa federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ações Afirmativas em Educação (2018)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-antteriores/acoes-afirmativas-em-educacao#:~:text=As%20pol%C3%ADticas%20de%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da,hist%C3%B3ria%20e%20cultura%20afro%2Dbrasileira>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria Ministerial N.º 438**, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem. Brasília, DF, 1º jun. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parecer CNE/CP n.º 98**, de 6 de julho de 1999. Regulamentação de processo seletivo para acesso a cursos de graduação de Universidades, Centros Universitários e Instituições Isoladas de Ensino Superior. Conselho Nacional de Educação, DF, 1999.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha** – PNP 2021 (Ano Base 2021). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CAIXETA, Rodrigo. **A arte de informar**. 2005. Disponível em <https://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=556> . Acesso em: 08 maio 2023.

CANDAU, V. M et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CATTANI, A. D. **Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa**. Sociologias (UFRGS), v. 1, p. 74-99, 2007.

CHARLOT, Bernard. A questão antropológica na Educação quando o tempo da barbárie está de volta. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 161-180, jan./fev. Curitiba, 2019.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino Médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

COUTINHO, E. H. L.; MELO, F. L. B. Inovações socioeducacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação & Tecnologia**. Cefet – MG, v.15, n.3, 2011.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas-SP, Papirus-Edunicamp, 1993.

COUTINHO, L. G. **Nota a sobre a natureza da globalização**. Economia e sociedade. Campinas, São Paulo, 4 jun. 1995.

DA MATTA, Roberto. **Digressão: A fábula das três raças, ou o problema de racismo à brasileira**. In: DA MATTA, Roberto. Relativizando. Rio de Janeiro: Rocco. 1993.

DAVIES, Scott; RIZK, Jessica. The three generations of cultural capital research: A narrative review. **Review of Educational Research**, Toronto. v.88, n.3, p. 331-365, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.3102/003465>

4317748423. Acesso em: 01 maio. 2023.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da Educação Superior**: faces da exclusão e limites da inclusão, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHCtq/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 05 out. 2021.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. d. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, p. 379–414, 2014.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2001, n. 17, pp. 5-18. ISSN 1413-2478.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Edilberto Syrczyk; SANTANA, Eudes Neves da Silva; OLIVEIRA, Juliana Maria Cardoso de. O modelo de competência e a educação profissional e tecnológica brasileira. v. 2 n. 2 (2018): **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. Conif. Brasília –DF. V. 2 nº 2. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo-SP: Editora Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo-SP: Editora Paz e Terra. 1988.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

FREITAS, R. Mudanças de concepções docentes em um mestrado em educação profissional e tecnológica ofertado em rede nacional. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, n. jan/dez, 2020. DOI: 10.29286/rep.v29ijan/dez.10014. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacao_publica/article/view/10014. Acesso em: 15 jul. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (Orgs). **A dupla face do trabalho**: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In: FRIGOTTO, G Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (Orgs). Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005b.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica (EPT)

com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (Orgs). **A gênese das teses da Escola sem Partido**: Esfinge e ovo da serpente que ameaça a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. LPP/UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. **A gênese do Decreto nº 5.154/2004**: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. (Orgs). Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cáceres**. Vol. 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho, 6 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

IFMS. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014/2018**. Disponível em: https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos/pdi_ifms_2014_2018.pdf/view. Acesso em: 18 mar. 2022.

IFMS. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. **Políticas**. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/politicas>. Acesso em: 18 mar. 2022.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, p. 46-60, maio/ago. 2003.

LINGARD, B. **Review essay: educational policy making in a postmodern state**. On Stephen J. Ball’s education reform: a critical and poststructural approach. *The Australian Educational Researcher*, Victoria, v. 23, n. 1, p. 65-91, 1996.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. C. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Ilma F. Um projeto político-pedagógico para a escola do campo. **Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional**, n. 8, vol. 4, jul.-dez., 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Alex Lara; COSTA, Alfredo. Formas de ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio da rede federal de Ensino. **Estud. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 32, e08516, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/v32/1984-932X-eae-32-e08516.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MELLO, G. N. Fatores intraescolares como mecanismo de seletividade no ensino de 1º grau. **Educação e Sociedade**, São Paulo, ano I, n. 2, p. 70-78, 1979.

NOGUEIRA, Maria Alice. CATANI, Afrânio. (Orgs.) **Pierre Bourdieu**. Escritos em Educação. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, L. C. F. **Escola e família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores**. São Paulo: Cabral Editora. 2002.

OLIVEIRA, P. C. de. **Procedimentalismo puro na Teoria da Justiça de John Rawls: algumas considerações críticas**. In: Peri (UFSC), v. 7, n. 2, p. 166- 187, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PINHEIRO, V. C. da S; SOARES M, C. A. de A. C. Assessoria para inclusão na formação profissional. **Journal of Research in Special Educational Needs**, vol.16, p.197-200, ago. 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12141>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do trabalho**. Expressão Popular, 2003.

QUEIRÓS, Bruna Tatianne Moura de; RESENDE, Tânia de Freitas; PIOTTO, Débora Cristina. Escolha de uma escola federal de ensino médio integrado do interior brasileiro: a atualidade das contribuições de Bourdieu. **Educar em Revista**, vol. 38,

e85960, 2022

RESENDE, Tânia de Freitas; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. Escolha do estabelecimento de ensino e perfis familiares: uma faceta a mais das desigualdades escolares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 953-970, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87321425003>. Acesso: 01.maio. 2023.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional** (8 ed.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.1998.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Luis Carlos. **Sons e Saberes: A Palavra falada e o Valor para os Grupos Afro-brasileiros**. São Paulo: Mestrado em Sociologia. USP, 1995.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Oficina do CES, nº 135, janeiro de 1999. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

SANTOS, Lucilene Machado dos; ESCOBAR, Suzana Alves. Para além do ingresso: as cotas nos Institutos Federais e os desafios de uma formação técnica e profissional emancipadora. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, e346101017963. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 12, nº 34, jan./abril de 2007, [pp. 152-65].

SCHAFF, Adam Alfredo Costa. **A sociedade informática**. São Paulo, Unesp-Brasiliense, 1993.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & GARCIA, Tania Maria F. Braga. **Professores e produção do currículo: uma experiência na disciplina de História**. Currículo sem Fronteiras, v.7, n.1, pp.160-170, Jan/Jun 2006.

SHULGIN, Viktor Nikolaevich. **Rumo ao politecnismo** (artigos e conferências). Tradução de Alexey Lavarev e Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, A. G.; MIRANDA, D. M.; DIAZ, A. P.; TELES, A. L. S.; MALLOY-DINIZ, L. F.; PALHA, A. P. Mental health: why it still matters in the midst of a pandemic. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 42, n. 3, p. 229-231, 2020.

SILVA, Gabrielle da Costa. A relevância das cotas raciais como ferramenta de transformação da realidade social da população negra brasileira. **REIA - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 3, volume 3(2):59-76, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Democratização do ingresso na educação superior: liames com a teoria marxista. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 19, n. 39, p. 409-428, mai./ago.2013a. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4152/3806>. Acesso em: 05 out. 2021.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciabstract&pid=S1414-40772013000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2019.

SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias: seis mil dias depois**. São Paulo: Publifolha, 2005.

STERING, Silvia Maria dos Santos. **O desafio da qualificação para o trabalho na perspectiva do Proeja no IFMT: política, fato e possibilidades**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp - Rio Claro - SP. São Paulo, 2015.

SUPERINTERESSANTE. **Revista**. São Paulo: Editora Abril, 2005.

TUFLE, E. R. **Visual explanations: images and quantities, evidence and narrative**. Connecticut: Graphic Press. 2002.

VEEN, Wim & VRAKKING, Ben. **Homo zappiens: educando na era digital**. (Tradução Vinicius Figueira). Porto Alegre: Artmed, 2009.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Os Mecanismos de Seleção e o Discurso da Democratização do Acesso na Perspectiva das Políticas Educacionais. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 44-59, jul.-dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/17779/10144>. Acesso em: 05 out. 2019. n. 2019.

VERZA, F. **O uso do celular na adolescência e sua relação com a família e grupo de amigos**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

ANEXOS

ANEXO A – PORTARIA IFMS/COXIM Nº 92, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

PORTARIA Nº 92, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020

A DIRETORA-GERAL DO *CAMPUS* COXIM DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS), no uso de suas atribuições legais, considerando a Portaria/IFMS nº 1.422, de 11 de dezembro de 2019, publicada no DOU de 12 de dezembro de 2019;

considerando o Memorando Circular: Mem. Circ. 36/2020 - PROEN/RT/IFMS, de 5 de outubro de 2020 - Processo nº 23347.010733.2020-99,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro e vice-presidência da segunda, constituírem a Comissão Local para análise documental dos inscritos no Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021 no *Campus* Coxim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul:

SERVIDOR	SIAPÉ	CARGO NA COMISSÃO
Gleison Nunes Jardim	2175404	Presidente
Fernando Boze dos Santos	2398067	Vice-presidente
Angelino Caon	1926209	Membro
Bernaldo Luiz de Souza	1889046	Membro
Caroline Aparecida Sampaio Guimaraes de Moraes	1093883	Membro
Edilson Soares de Palma	1033288	Membro
Fabio Dias Rocha	2395564	Membro
Fernando Moraes Machado Brito	2308436	Membro
Flavia Barbosa Santana	2124929	Membro
Flavio Becker	2093247	Membro
Geverson Luiz Dierings	1896721	Membro
Julio Aparecido de Arruda Cavalcante	2307494	Membro
Laura Elisa dos Santos	2152652	Membro
Marcelo Erdmann Bulla	3145716	Membro
Roselene Ferreira Oliveira	2221517	Membro

Art. 2º A Comissão terá a incumbência de analisar os dados da inscrição e do histórico escolar dos inscritos no Processo Seletivo, conforme cronograma estabelecido pela Comissão Central.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Angela Kwiatkowski
Diretora-Geral do *Campus* Coxim

Documento assinado eletronicamente por:

- Angela Kwiatkowski, DIRETOR GERAL - CD2 - CX-DIRGE, em 08/10/2020 17:42:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/10/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifms.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 151148
Código de Autenticação: 505c8cf044



APÊNDICES**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS CANDIDATOS DO PROCESSO SELETIVO 2021 DO IFMS – CAMPUS COXIM.**

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a responder este questionário que visa identificar a sua percepção em relação ao Processo Seletivo no IFMS, buscando levantar as dificuldades encontradas no transcorrer das etapas do processo.

Sujeitos: Candidatos do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados do IFMS – *Campus Coxim* 2021.

Nome: _____

E-mail: _____

Para qual curso você se inscreveu no Processo Seletivo 2021 do IFMS –

Campus Coxim?

- () Técnico Integrado em Alimentos.
- () Técnico Integrado em Aquicultura.
- () Técnico Integrado em Desenvolvimento de Sistemas.

1. Qual sistema de ingresso você utilizou?

- () Prova.
- () Análise do Histórico Escolar do Ensino Fundamental.
- () Outro: _____

2. Em função da pandemia Covid-19, o critério de seleção dos candidatos no Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados do IFMS foi alterado de prova para análise curricular, você gostou da mudança para o novo formato?

- () Sim.
- () Não.
- () Prefiro a prova.
- () Indiferente.

3. Como você ficou sabendo do Processo Seletivo do IFMS:

- () Site da Instituição.

- () Redes Sociais (Facebook, Instagram, YouTube).
- () Meios de comunicação social – Jornal, TV, Rádio, Revista, etc.
- () Panfletos e cartazes.
- () Fiquei sabendo na minha escola.
- () Fiquei sabendo no meu local de trabalho.
- () Conheço alguém que estuda na Instituição.
- () Conheço alguém que trabalha na Instituição.
- () Outro, qual? _____

4. Como foi a escolha do curso pretendido:

- () Já havia escolhido o curso antes de sair o edital.
- () Escolhi o curso que tinha mais chance de ser aprovado(a).
- () Escolhi o curso que mais se adapta ao meu horário de trabalho.
- () Escolhi o curso que acredito ter mais chance de conseguir um emprego.
- () Escolhi o curso por me identificar com a área de conhecimento.
- () Outro motivo. Qual? _____

5. Antes de realizar a inscrição, você leu o edital ou o manual do candidato?

- () Sim.
- () Não.

6. Se sim na questão 5, ficou com alguma dúvida ao ler o edital ou manual do candidato?

- () Sim.
- () Não.
- () Respondi “Não” na questão 5.

7. Se sim na questão 6, como buscou resposta para a dúvida?

- () Não marquei “Sim” na questão 6.
- () Busquei solucionar minha dúvida lendo o edital.
- () Entrei em contato com o *campus* e foi solucionada a minha dúvida.
- () Entrei em contato com o *campus*, mas não souberam responder a minha dúvida.
- () Entrei em contato por e-mail e responderam a minha dúvida.
- () Entrei em contato por e-mail e não responderam a minha dúvida.

() Outra situação: _____

8. Quem realizou a sua inscrição?

- () Eu.
() Meus pais/responsáveis.
() Terceiro.

9. Se foi você quem realizou a inscrição, qual foi a sua maior dificuldade?

- () Não marquei "Eu" na questão 9.
() Tive dificuldades em preencher os dados de identificação.
() Tive dificuldade em definir qual a modalidade de acesso.
() Tive dificuldade em definir qual a modalidade de seleção (reserva de vaga - cotas).
() Outra dificuldade: _____

10. Como foi a forma como você definiu a modalidade de seleção (reserva de vaga)?

- () Escolhi a primeira opção – Ampla Concorrência.
() Li todas as alternativas e explicações, e escolhi aquela de acordo com a minha realidade.
() Li todas as alternativas e explicações, mas não consegui definir com segurança a minha escolha.
() Fui auxiliado por alguém na escolha da reserva de vaga.
() Outra forma: _____

11. Você sabe em que consiste o sistema de cotas?

- () Sim.
() Não.

12. Se a resposta anterior foi sim, você entende que as ações afirmativas via sistemas de cotas incluem o estudante negro, indígena e PCD?

- () Sim.
() Não.

13. Qual meio utilizou para fazer a inscrição?

- () Não fui eu quem realizou a minha inscrição.
() Fiz a inscrição no meu computador.

- () Fiz a inscrição no computador de outra pessoa.
- () Fiz a inscrição usando tablet ou celular.
- () Fiz a inscrição no computador disponibilizado pela Instituição.
- () Outra forma: _____

14. Durante o processo seletivo, qual meio você utilizou para se informar sobre as demais etapas do processo (inscrição, data de pagamento, prova, resultados, matrícula)?

- () Site da Instituição.
- () Redes Sociais (Facebook, Instagram, YouTube).
- () Meios de comunicação social – Jornal, TV, Rádio, Revista, etc.
- () Panfletos e cartazes.
- () Alguém na minha escola me informou.
- () Alguém no meu trabalho me informou.
- () Alguém da Instituição me informou.
- () Outra forma: _____

15. Ao receber o resultado do processo seletivo, ficaram claras para você as informações sobre a sua colocação e a pontuação?

- () Sim.
- () Não, mas busquei esclarecimento no edital e manual do candidato.
- () Não, mas busquei esclarecimento solicitando mais informações por e-mail.
- () Não, mas busquei esclarecimento solicitando mais informações diretamente na Instituição.
- () Não, e não consegui ou não tentei buscar esclarecimento.
- () Outra: _____

16. Se você foi aprovado no processo seletivo, ficaram claras para você as informações sobre os documentos, as datas e os horários para fazer a matrícula?

- () Não fui aprovado no processo seletivo.
- () Sim.
- () Não, mas busquei esclarecimento no edital e manual do candidato.

- () Não, mas busquei esclarecimento solicitando mais informações por e-mail.
- () Não, mas busquei esclarecimento solicitando mais informações diretamente na Instituição.
- () Não, mas não consegui ou não tentei buscar esclarecimento.
- () Outra: _____

17. Deixe aqui alguma sugestão, crítica ou opinião sobre a forma como o IFMS – Campus Coxim realiza o processo de ingresso discente:

**APÊNDICE B – ENTREVISTA DESTINADA AOS SERVIDORES DO IFMS –
CAMPUS COXIM**

Prezado(a) servidor(a),

Você está sendo convidado(a) a responder este questionário, que visa identificar a percepção do servidor em relação ao processo de ingresso discente do IFMS.

Sujeitos: servidores que atuam nos setores responsáveis, ligados diretamente, ao Processo Seletivo do IFMS – *Campus Coxim*.

Nome: _____

E-mail: _____

Setor que trabalha: _____

Perguntas norteadoras:

1. Fale sobre a sua atuação na comissão de processo seletivo, quais são/foram as atividades que você desenvolve/desenvolveu nessa comissão?

2. Qual é a sua percepção geral sobre a forma de ingresso dos estudantes na Instituição?

3. Quais são as dificuldades organizacionais que você identifica no trabalho que envolve o processo de ingresso discente na Instituição?

4. Como você vê a compreensão dos candidatos com relação à estrutura do processo seletivo (vagas, cursos, cotas, datas e demais regramentos)?

5. Quais são as sugestões que você teria para melhorar a orientação que a Instituição fornece aos candidatos, sobre o processo de ingresso discente?

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE PARTICIPANTE MENOR DE IDADE)

APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TALE participante menor de idade)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “**O uso de cartilha de orientação para promover o acesso aos cursos do Ensino Médio Integrado do IFMS - Campus Coxim**”. Meu nome é **Alcindo Ferreira Filho**, sou o pesquisador responsável, juntamente com **André Luiz da Motta Silva** e **José Vinícius da Costa Filho**, orientador e coorientador responsáveis, respectivamente. Este projeto está vinculado ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) – ProfEPT, do IFMS - Campus Campo Grande.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, sendo autorizado pelo seu responsável, se você aceitar fazer parte do estudo, favor assinar ao final deste documento, esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail (**alcindo.filho@estudante.ifms.edu.br**), ou (**andre.silva@ifms.edu.br**), ou (**jose.costa@ifmt.edu.br**) e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): **(67) 99636-5199 Alcindo** / ou **(67) 99150-2727 André Luiz** ou **(65) 98144-6030 José Vinícius**. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CESH/UEMS**, na **Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**, Cidade Universitária de Dourados - Dourados-MS, Bloco B - 1º piso, ou via e-mail: **cesh@uems.br** ou através do seguinte contato telefônico **(67) 3902-2699**.

Nessa pesquisa pretendemos, como objetivo geral, analisar a percepção dos candidatos e servidores responsável pelo processo seletivo do IFMS - Campus Coxim, a fim de desenvolver uma Cartilha de Orientação que contribua com o sistema de ingresso discente no Ensino Médio Integrado (EMI). Para isso, serão objetivos específicos da pesquisa: analisar as legislações nacionais que tratam do acesso e cotas na EPT; examinar as normas internas do IFMS para o processo seletivo do EMI; comparar, nos cinco últimos anos, os editais que utilizaram a prova e a análise curricular como métodos de seleção e ingresso dos discentes para identificar os elementos comuns e dissonantes desses documentos; aplicar questionários aos candidatos do processo seletivo dos Cursos Técnicos Integrados 2021 do IFMS - Campus Coxim, e entrevistar os servidores que atuam na Comissão

responsável; construir e aplicar o Produto Educacional (Cartilha de Orientação) que poderá contribuir com o sistema de ingresso discente no EMI do IFMS – Campus Coxim.

A pesquisa será feita no IFMS – Campus Coxim através de questionários online disponibilizados por meio do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, de modo que os estudantes terão acesso ao link via e-mail, por lista oculta. O preenchimento deste questionário tem duração aproximada de 5 a 10 minutos desde que com sua autorização. O tratamento e a interpretação dos dados coletados ajudarão na construção do produto educacional a ser desenvolvido (Cartilha de Orientação), sendo sistematizados, ao término da pesquisa, no relatório final.

Considerando que a minha participação é voluntária; que não haverá divulgação dos nomes dos envolvidos; que não haverá qualquer tipo de constrangimento; que não se realizará nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo; tendo em vista esses aspectos, fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Como benefícios, a sua participação ajudará na construção de um produto educacional (Cartilha de Orientação) que estará auxiliando futuros estudantes que desejam ingressar no IFMS – Campus Coxim, através do processo seletivo de Ingresso Discente.

Você não será identificado nem pelo seu nome, nem pelo uso de dados ou materiais que possam identificar sua participação no estudo. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, porém mantendo o anonimato.

Ao término da pesquisa, os resultados poderão ser apresentados na disciplina do Programa de Pós Graduação, congressos e eventos científicos, em publicações e no relatório final do mestrado, porém sem identificação de nomes e identidades dos participantes.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos.

Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu _____, portador do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: “**O uso de cartilha de orientação para promover o acesso aos cursos do Ensino Médio Integrado do IFMS - Campus Coxim**”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi a informação de que a qualquer momento poderei desistir de participar do estudo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de permitir minha participação, se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, _____, _____ de _____ de 20____.

assinatura do voluntário(a)

Meio de contato: _____

Alcindo Ferreira Filho

Rua Taquari, nº 831, Bairro Santo Antônio, Campo Grande – MS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)
alcindo.filho@estudante.ifms.edu.br

André Luiz da Motta Silva

Rua Taquari, nº 831, Bairro Santo Antônio, Campo Grande – MS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)
andre.silva@ifms.edu.br

José Vinícius da Costa Filho

Rua Professora Zulmira Canavarros, nº 95, Centro, Cuiabá – MT.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).
jose.costa@ifmt.edu.br

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE PAIS E/OU RESPONSÁVEIS)

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE Pais e/ou Responsáveis)

Prezado (a) Senhor (a)

Seu REPRESENTADO (A) está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **“O uso de cartilha de orientação para promover o acesso aos cursos do Ensino Médio Integrado do IFMS - Campus Coxim”**. Meu nome é **Alcindo Ferreira Filho**, sou o pesquisador responsável, juntamente com **André Luiz da Motta Silva** e **José Vinícius da Costa Filho**, orientador e coorientador responsáveis, respectivamente. Este projeto está vinculado ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) – ProfEPT, do IFMS - Campus Campo Grande.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você autorizar o seu representado(a) a fazer parte do estudo, favor assinar ao final deste documento. Esclareço que em caso de recusa na participação o seu representado(a) não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail (alcindo.filho@estudante.ifms.edu.br), ou (andre.silva@ifms.edu.br), ou (jose.costa@ifmt.edu.br) e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): **(67) 99636-5199 Alcindo** / ou **(67) 99150-2727 André Luiz** ou **(65) 98144-6030 José Vinícius**. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CESH/UEMS**, na **Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**, Cidade Universitária de Dourados - Dourados-MS, Bloco B - 1º piso, ou via e-mail: cesh@uems.br ou através do seguinte contato telefônico **(67) 3902-2699**.

Nessa pesquisa pretendemos, como objetivo geral, analisar a percepção dos candidatos e servidores responsável pelo processo seletivo do IFMS - Campus Coxim, a fim de desenvolver uma Cartilha de Orientação que contribua com o sistema de ingresso discente no Ensino Médio Integrado (EMI). Para isso, serão objetivos específicos da pesquisa: analisar as legislações nacionais que tratam do acesso e cotas na EPT; examinar as normas internas do IFMS para o processo seletivo do EMI; comparar, nos cinco últimos anos, os editais que utilizaram a prova e a análise curricular como métodos de seleção e ingresso dos discentes para identificar os elementos comuns e dissonantes desses documentos; aplicar questionários aos candidatos do processo seletivo dos Cursos Técnicos Integrados

2021 do IFMS - Campus Coxim, e entrevistar os servidores que atuam na Comissão responsável; construir e aplicar o Produto Educacional (Cartilha de Orientação) que poderá contribuir com o sistema de ingresso discente no EMI do IFMS – Campus Coxim.

A pesquisa será feita no IFMS – Campus Coxim através de questionários online disponibilizados por meio do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, de modo que os estudantes terão acesso ao link via e-mail, por lista oculta. O preenchimento deste questionário tem duração aproximada de 5 a 10 minutos desde que com sua autorização. O tratamento e a interpretação dos dados coletados ajudarão na construção do produto educacional a ser desenvolvido (Cartilha de Orientação), sendo sistematizados, ao término da pesquisa, no relatório final.

Considerando que é voluntária a participação do seu representado (a); que não haverá divulgação dos nomes dos envolvidos; que não haverá qualquer tipo de constrangimento; que não se realizará nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo; tendo em vista esses aspectos, fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo para meu representado (a). Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Estou ciente e foram assegurados os seguintes direitos: da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que meu representado (a) poderá deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga prejuízo de qualquer ordem; da segurança de que não será identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade; de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde; do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em que meu representado (a) continue participando da pesquisa; de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada com a participação nesse estudo; de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos; de que

meu representado não responda qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, aceito que meu representado(a) _____ participe da pesquisa intitulada: **“O uso de cartilha de orientação para promover o acesso aos cursos do Ensino Médio Integrado do IFMS - Campus Coxim”**. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, _____, _____ de _____ de 20 ____.

assinatura do responsável pelo representado(a)

Meio de contato: _____

Alcindo Ferreira Filho

Rua Taquari, nº 831, Bairro Santo Antônio, Campo Grande – MS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).
alcindo.filho@estudante.ifms.edu.br

André Luiz da Motta Silva

Rua Taquari, nº 831, Bairro Santo Antônio, Campo Grande – MS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).
andre.silva@ifms.edu.br

José Vinícius da Costa Filho

Rua Professora Zulmira Canavarros, nº 95, Centro, Cuiabá - MT.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).
jose.costa@ifmt.edu.br

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a)

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **“O uso de cartilha de orientação para promover o acesso aos cursos do Ensino Médio Integrado do IFMS - Campus Coxim”**. Meu nome é **Alcindo Ferreira Filho**, sou o pesquisador responsável, juntamente com **André Luiz da Motta Silva** e **José Vinícius da Costa Filho**, orientador e coorientador responsáveis, respectivamente. Este projeto está vinculado ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) – ProfEPT, do IFMS - Campus Campo Grande.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, favor assinar ao final deste documento. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail (**alcindo.filho@estudante.ifms.edu.br**), ou (**andre.silva@ifms.edu.br**), ou (**jose.costa@ifmt.edu.br**) e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): **(67) 99636-5199 Alcindo** / ou **(67) 99150-2727 André Luiz** ou **(65) 98144-6030 José Vinícius**. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CESH/UEMS**, na **Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**, Cidade Universitária de Dourados - Dourados-MS, Bloco B - 1º piso, ou via e-mail: **cesh@uems.br** ou através do seguinte contato telefônico **(67) 3902-2699**.

Nessa pesquisa pretendemos, como objetivo geral, analisar a percepção dos candidatos e servidores responsável pelo processo seletivo do IFMS - Campus Coxim, a fim de desenvolver uma Cartilha de Orientação que contribua com o sistema de ingresso discente no Ensino Médio Integrado (EMI). Para isso, serão objetivos específicos da pesquisa: analisar as legislações nacionais que tratam do acesso e cotas na EPT; examinar as normas internas do IFMS para o processo seletivo do EMI; comparar, nos cinco últimos anos, os editais que utilizaram a prova e a análise curricular como métodos de seleção e ingresso dos discentes para identificar os elementos comuns e dissonantes desses documentos; aplicar questionários aos candidatos do processo seletivo dos Cursos Técnicos Integrados

2021 do IFMS - Campus Coxim, e entrevistar os servidores que atuam na Comissão responsável; construir e aplicar o Produto Educacional (Cartilha de Orientação) que poderá contribuir com o sistema de ingresso discente no EMI do IFMS – Campus Coxim.

A pesquisa será feita no IFMS – Campus Coxim através de questionários online disponibilizados por meio do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, e de entrevista realizada de forma presencial ou em encontro assíncrono, por meio do *Google Meet*. Os estudantes terão acesso ao link dos questionários via e-mail, por lista oculta e os servidores serão realizadas as entrevistas de forma presencial ou online. O preenchimento deste questionário tem duração aproximada de 5 a 10 minutos, e a entrevista de 20 a 30 minutos, desde que com sua autorização. O tratamento e a interpretação dos dados coletados ajudarão na construção do produto educacional a ser desenvolvido (Cartilha de Orientação), sendo sistematizados, ao término da pesquisa, no relatório final.

Considerando que a minha participação é voluntária; que não haverá divulgação dos nomes dos envolvidos; que não haverá qualquer tipo de constrangimento; que não se realizará nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam no estudo; tendo em vista esses aspectos, fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Estou ciente e foram assegurados os seguintes direitos: Da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que posso deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem; Da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade; De que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa; De que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada com a participação nesse estudo; De que não está previsto

nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos; De que não responderei qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Eu _____, portador do “**O uso de cartilha de orientação para promover o acesso aos cursos do Ensino Médio Integrado do IFMS - Campus Coxim**”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, _____, _____ de _____ de 20 ____.

assinatura do voluntário(a)

Meio de contato: _____

Alcindo Ferreira Filho

Rua Taquari, nº 831, Bairro Santo Antônio, Campo Grande - MS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)
alcindo.filho@estudante.ifms.edu.br

André Luiz da Motta Silva

Rua Taquari, nº 831, Bairro Santo Antônio, Campo Grande - MS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)
andre.silva@ifms.edu.br

José Vinicius da Costa Filho

Rua Professora Zulmira Canavarros, nº 95, Centro, Cuiabá - MT.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).
jose.costa@ifmt.edu.br

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Objetivo: Avaliar a Cartilha Informativa “Processo Seletivo no IFMS *Campus* Coxim: conhecer para participar”

Sujeitos: 8 (oito) estudantes que ingressaram no IFMS *Campus* Coxim e realizaram o processo seletivo 2021, e 3 (três) servidores da Comissão Local do Exame de Seleção dos Cursos Técnicos Integrados 2021.

Estética e visual da Cartilha Informativa: nessa seção, avaliamos a estética do Produto Educacional, quanto a cores, fonte utilizada e tamanho.

1. O pesquisador se atentou com a clareza, a estética e o aspecto visual da Cartilha Informativa?
 SIM.
 NÃO.
 Não quero responder.

Conteúdo apresentado na Cartilha Informativa: nessa seção, avaliamos os aspectos técnicos do Produto Educacional, quanto ao seu objetivo que é contribuir na democratização do acesso aos cursos do Ensino Médio Integrado (EMI), ofertados no IFMS – *Campus* Coxim, divulgando e orientando aos interessados sobre as formas de ingresso.

2. O Produto Educacional (Cartilha Informativa) contempla conteúdos compatíveis para dar suporte às ações relativas ao Processo Seletivo pelo IFMS – *Campus* Coxim?
 SIM.
 NÃO.
 Não quero responder.
3. A Cartilha Informativa apresentou o conteúdo de forma didática de forma a auxiliar no processo de compreensão quanto aos dados requeridos e condições para a inscrição em um dos Cursos de Ensino Médio Integrado, ofertado pelo IFMS – *Campus* Coxim?

- () SIM.
- () NÃO.
- () Não quero responder.

4. A Cartilha Informativa deixa claro, que em se tratando das cotas, o IFMS reserva 50% das vagas ofertadas a fim de garantir as condições de igualdade, melhorar o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade federal, dar mais oportunidades para estudantes da escola pública, promover a inclusão dos diversos grupos que compõe a sociedade brasileira: pessoas negras, pardas, indígenas, de baixa renda ou com alguma deficiência, e que para concorrer a uma destas vagas o candidato precisa atender aos requisitos legais?

- () SIM.
- () NÃO.
- () Não quero responder.

Análise do Produto Educacional “Processo Seletivo no IFMS - *Campus* Coxim: Conhecer para Participar”: Análise de uma forma geral o Produto Educacional e contribua com sugestões, elogios e/ou críticas.

5. De forma geral, o Produto Educacional (Cartilha Informativa) pode ser considerado como documento auxiliar, fonte de informações, referente aos editais do Processo Seletivo dos cursos de Ensino Médio Integrado do IFMS, *Campus* Coxim?

- () SIM.
- () NÃO.

6. Deixe comentários ou sugestões para melhoria do Produto Educacional (Cartilha Informativa).

APÊNDICE G – PRODUTO EDUCACIONAL

- 1- **Cartilha Informativa:** Processo Seletivo no IFMS – *Campus Coxim*: conhecer para participar

Link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740729>



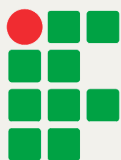
2 - Vídeo do Produto Educacional

Processo Seletivo no IFMS – *Campus Coxim*: conhecer para participar

Acesse o link: <https://youtu.be/ax6avAGQwvk>

ou aponte o Qr Code abaixo





**INSTITUTO
FEDERAL**
Mato Grosso do Sul



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Processo Seletivo no IFMS - *Campus Coxim*

CONHECER PARA PARTICIPAR



Veja o VÍDEO do PE
nesse **QR CODE**



ou CLIQUE AQUI

Alcindo Ferreira Filho

André Luiz da Motta Silva (orientador)

José Vinícius da Costa Filho (coorientador)

AUTORES

Alcindo Ferreira Filho

Mestrando do Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFMS), pelo IFMS, *Campus* Campo Grande (2021-2023). Especialista em Gestão e Organização da Escola (UNOPAR-2014). Graduado em Administração (UNIDERP-1996). Atualmente é Técnico Administrativo da Educação Superior (UEMS/2004-atual), docente convocado na Rede Estadual de MS, Itinerário Formativo “Qualificação Profissional”, Novo Ensino Médio (2023).



<http://lattes.cnpq.br/4337124192919588>

AUTORES

André Luiz da Mota Silva

Pós-doutorado em Educação (UFMS-2019). Doutorado em Educação (UFMS-2016), Mestrado em Educação (UFMS-2010). Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino (UFGD-2018). Graduado em Ciências Sociais pela UFMS (2006). Atualmente é professor de sociologia e pesquisador (IFMS 2023): docente no EBBT e na pós-graduação (lato e stricto sensu). Professor do Curso de Especialização em Docência para EPT do IFMS - *Campus Corumbá* e docente do quadro permanente do ProfEPT-IFMS, *Campus Campo Grande*.



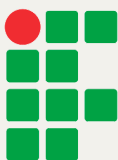
<http://lattes.cnpq.br/3249720699680076>

José Vinícius da Costa Filho

Doutor em Ciência Política (UFP-2019). Mestre em Ciência Política (UFP 2013). Especialista em Gestão Pública (ICE-2009). Graduado em Direito (UFMT-2009). Atualmente é professor licenciado em Pedagogia em EPT pelo IFMT (2023). Docente do ProfEPT-IFMT e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (PPGDurb). Membro do Grupo de Pesquisas em Ensino Profissional (GPEP) e do PRAETOR - Grupo de Estudos sobre Poder Judiciário, Política e Sociedade.



<http://lattes.cnpq.br/3339392696679197>



**INSTITUTO
FEDERAL**

Mato Grosso do Sul



PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Alcindo Ferreira Filho et al, 2023.

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução de partes ou do todo desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998). É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Autores

Alcindo Ferreira Filho

André Luiz da Motta Silva (orientador)

José Vinícius da Costa Filho (coorientador)

Fotos e Ilustrações

Bruno Higa

Revisão e Diagramação

Bruno Higa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F383p	Ferreira Filho, Alcindo Processo seletivo no IFMS campus Coxim: conhecer para participar. / Alcindo Ferreira Filho. – Campo Grande-MS, 2023. 26 f. : il. ; 29 cm. Produto educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande, 2023. Orientador: Prof. Dr. André Luiz da Motta Silva. Coorientador: Prof. Dr. José Vinícius da Costa Filho. ISBN 978-65-00-87387-0. Inclui referências. 1. Produto educacional. 2. Processo seletivo. 3. Inclusão. 4. Política de cotas. I. Silva, André Luiz da Motta. II. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título. CDD 23. ed. 371.2
-------	--

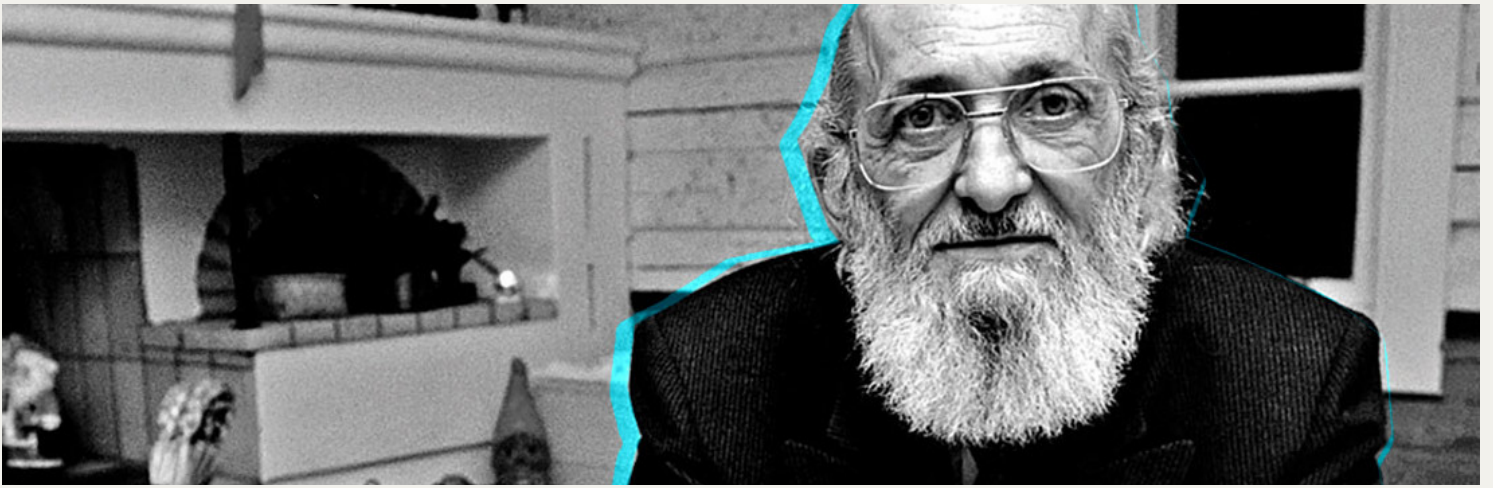


Imagem 1 - Paulo Freire. Fonte: www.recode.org.br/

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.

Paulo Freire (1998)

Sumário

Apresentação.....	6
1. Para quem é direcionada esta cartilha.....	8
2. Considerações.....	9
3. Ingresso.....	10
3.1 Modalidade de Cursos.....	11
4. Cursos e vagas.....	12
5. Processo Seletivo.....	13
5.1 Isenção de Taxa	13
5.2 Sistema de Cotas – Reserva de Ensino Público	15
5.3 Sistema de Cotas – Modalidades.....	17
6. Inscrição no Processo Seletivo	18
6.1 Instruções para a realização da inscrição.....	19
7. Exame de Seleção - Prova.....	20
8. Resultados do Processo Seletivo.....	21
9. Matrícula	22
Referências.....	24

Apresentação

A presente Cartilha Informativa foi desenvolvida como produto educacional do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Esta Proposta foi elaborada com base nos itens do edital do Processo Seletivo dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFMS, "Ação Afirmativa (Cotas)" e "Procedimentos para a inscrição", objetivando facilitar o levantamento e a entrega dos documentos pelos (as) candidatos(as) que pretendem se inscrever no Processo Seletivo dos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) do IFMS – *Campus Coxim*, tanto na qualidade de beneficiário de uma das opções de Ação Afirmativa, quanto em Ampla Concorrência (AC).

Através de uma linguagem visual e uma divisão por tipo de instruções e documentos para cada item, os(as) candidatos(as) terão a possibilidade de sanar possíveis dúvidas de como conseguir se inscrever no Processo Seletivo dos cursos de EMI do IFMS – *Campus Coxim*, de escolher se deseja concorrer por Ampla Concorrência (AC) ou por COTAS, como também quais documentos são necessários.

Informações importantes

- Essa Cartilha Informativa não substitui a leitura do Edital do Processo Seletivo, pois é no Edital que estão as informações oficiais que regem o sistema de ingresso.
- O IFMS concentra todas as informações sobre o processo de ingresso discente no site <https://selecao.ifms.edu.br/>
- Nesse site você encontrará informações sobre cada Processo Seletivo aberto, em andamento ou já realizado, tais como:

CRONOGRAMA



CURSOS E VAGAS



INSCRIÇÃO



EXAME DE SELEÇÃO



MATRÍCULA



1. Para quem é direcionada esta Cartilha Informativa?



É direcionada aos candidatos(as) interessados em concorrer ao **Processo Seletivo dos cursos do EMI no IFMS – Campus Coxim.**

Ademais, candidatos(as) dos outros *Campi* da Instituição podem utilizá-la e, por estar disponibilizado no site do IFMS, qualquer interessado(a) pode ter acesso a este material.

2. Considerações

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), responsável por 0,9% das matrículas na educação básica (BRASIL, 2021), realiza a admissão de estudantes por meio de Processos Seletivos semelhantes aos vestibulares, cujos índices de eficiência e qualidade atraem cada vez mais os jovens. É possível constatar que o crescimento de cerca de 30% da oferta de matrículas em cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, nos últimos cinco anos (BRASIL, 2021), não foi capaz de atender a demanda existente, motivo pelo qual se realizam os Processos Seletivos. Nessa perspectiva, o IFMS educa jovens e adultos para a vida e, por consequência, para o mundo do trabalho, contribuindo, portanto, para a formação do cidadão para o mundo contemporâneo.

A criação dos Institutos Federais (IF's), a partir de 2008, trouxe para a RFEPCT novas perspectivas para a questão do acesso ao ensino público. Os IF's, como locais onde convergem experiências do mundo do trabalho, de pesquisas tecnológicas e práticas inovadoras de cunho político e social, bem como buscam integrar teoria e prática, visando à formação humana.

Nesse sentido, a pesquisa analisa a percepção dos candidatos e dos servidores responsáveis pelo Processo Seletivo do IFMS - *Campus Coxim*, a fim de desenvolver uma Cartilha Informativa que contribua com o sistema de ingresso discente no EMI.

Conforme pesquisa realizada no IFMS - *Campus Coxim*, ampliar e democratizar o acesso ao ensino público é fundamental para a garantia de uma sociedade mais justa e igualitária, infere-se a necessidade de se desenvolver, junto às instituições da RFEPCT, ações e estratégias que visem tornar os sistemas de seleção mais inclusivos e democráticos. Para tanto é preciso, democratizar o acesso, desenvolvendo estratégias de orientação aos estudantes que anseiam uma oportunidade de ensino público federal, de forma a tornar mais claras as regras dos editais, bem como as cotas e ações afirmativas, para que o público historicamente excluído tenha de fato pleno acesso ao Ensino Público Federal.

3. INGRESSO

Olá, você sabe como acontece o ingresso no IFMS – *Campus Coxim*, ainda não? O ingresso depende do tipo de curso escolhido, realizado na maioria das vezes por meio de processo seletivo com publicação de edital próprio, na [Central de Seleção](#).

Confira aqui os requisitos mínimos e o tipo de certificação dos cursos:

Tipo de curso	Como ingressar	Requisitos mínimos	Quando	Certificação
Técnico de Nível Médio Integrado	Exame de Seleção, prova com 30 questões	Ensino fundamental	Edital publicado anualmente a partir de outubro	Certificado
Técnico de Nível Médio Integrado – Educação de Jovens e Adultos	Sorteio eletrônico	Ensino fundamental idade mínima de 18 anos	Cronograma definido em edital	Certificado
Técnico de Nível Médio Subsequente	Sorteio eletrônico	Ensino médio	Cronograma definido em edital	Certificado de qualificação Aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho

Técnicos Integrados ao Ensino Médio

- Para quem NÃO tem o Ensino Médio (2º grau);
- Formação integrada de nível médio junto com a formação profissional;
- Duração média: 3 anos.

Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio

- Para quem já tem o Ensino Médio (2º grau);
- Formação técnica específica;
- Duração média: 1,5 anos.

Técnicos Integrados ao Ensino Médio voltado à Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- Para quem já tem o Ensino Fundamental completo (1º grau) e é maior de 18 anos;
- Formação técnica específica;
- Duração média: 2 anos.

4. CURSOS E VAGAS

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ¹	Vagas	Duração	Período
Alimentos	40	3 anos	Manhã
Agropecuária²	40	3 anos	Tarde
Desenvolvimento de Sistemas	40	3 anos	Manhã
	40		Tarde

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – educação de Jovens e Adultos	Vagas	Duração	Período
Manutenção e Suporte em Informática	40	3 anos	Noite

¹ Quadro de vagas conforme Edital PROEN/IFMS Nº 062/2023. A cada edital, a instituição atualiza os cursos e o período de oferta deles.

² Curso novo a partir de 2024.

5. PROCESSO SELETIVO

Para ingressar nos cursos de EMI do IFMS - *Campus* Coxim você deverá participar do Processo Seletivo no 2º semestre para ingresso de novos estudantes no início do próximo ano letivo. O ingresso é feito por meio do Exame de Seleção - PROVA.

Cada Processo Seletivo tem um Edital de Seleção com as regras e a oferta de vagas por *Campus* e é publicado na **Central de Seleção do IFMS**, na seção **"Estudantes"**. É importante ler o edital para saber as informações necessárias para participar do processo.



5.1 ISENÇÃO DA TAXA

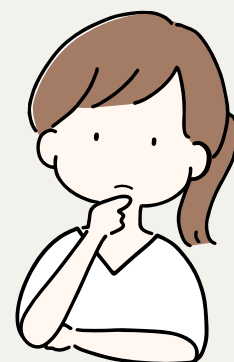
Os cursos do IFMS são gratuitos, mas, para realizar a prova do Processo Seletivo, existe um valor a ser pago. Porém, existe a possibilidade de solicitar isenção da taxa de inscrição.

QUEM PODE SOLICITAR?

Candidatos que apresentarem documento que comprove estarem matriculados no nono ano do ensino fundamental em escola pública (declarações escolares, boletins ou outros documentos emitidos pela escola) ou que apresentarem a Folha Resumo do comprovante de cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

COMO SOLICITAR?

- Ler o Edital de Isenção;
- Preencher os formulários Específicos;
- Entregar a documentação solicitada.



Cada processo seletivo possui o seu **edital de isenção**, disponível no site selecao.ifms.edu.br

IMPORTANTE



Isenção ≠ Inscrição – Mesmo obtendo a isenção, é necessário realizar a inscrição no site do Processo Seletivo.

Os(As) candidatos(as) que não têm acesso à internet poderão comparecer à Central de Relacionamento (Cerel) do IFMS - *Campus* Coxim.

Caso queira, pode acessar a Cerel dos outros *Campi* do IFMS e solicitar ajuda para realizar sua inscrição, observando o endereço e o horário de atendimento do de cada um.

5.2 SISTEMA DE COTAS – RESERVA DE ENSINO PÚBLICO

As vagas dos cursos do EMI do IFMS – *Campus Coxim* estão divididas entre: **Ampla Concorrência (50%)** e as **Cotas de Reserva de Ensino Público (50%)**.



Por exemplo, um curso com 40 vagas, terá 20 vagas para Ampla Concorrência e 20 para Cotas. Essa divisão é aplicada tanto para a seleção via prova, como para ingresso via outras formas adotadas. Além disso, as vagas de cotas são subdivididas em subgrupos como: renda, Pessoa com Deficiência (PcD) e condição étnico-racial.

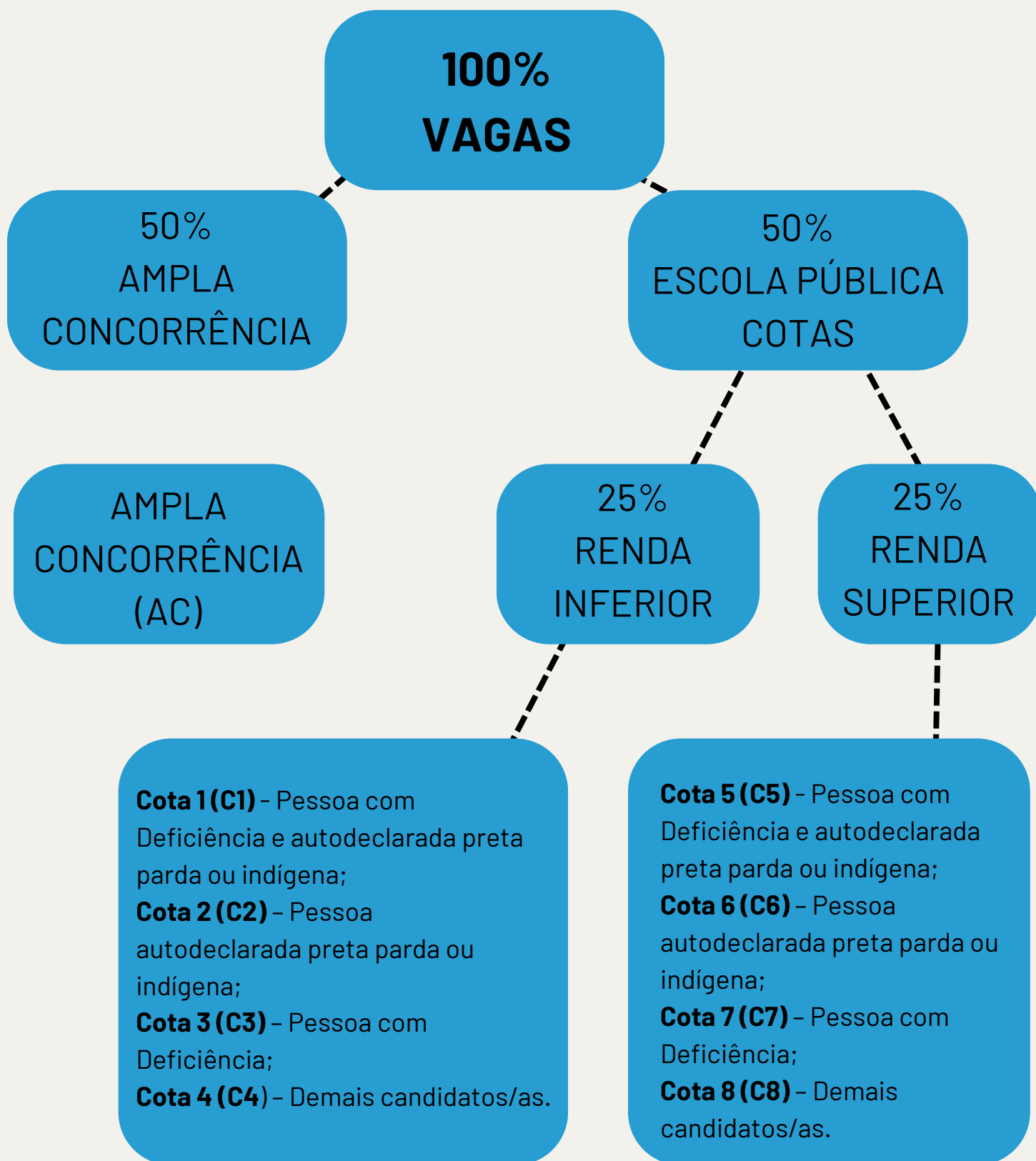
POR QUE FOI CRIADO O SISTEMA DE COTAS?

- Para garantir condições de **igualdade**;
- Melhorar o **acesso** ao ensino público federal;
- Dar mais oportunidades para estudantes da escola pública;
- **Promover a inclusão** dos diversos grupos que compõe a sociedade brasileira: pessoas negras, pardas, indígenas, de baixa renda ou com alguma deficiência.



5.3 SISTEMA DE COTAS – MODALIDADES

Existem 8 modalidades de cotas no IFMS.



6. INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO

As inscrições para o Processo Seletivo devem ser feitas pela internet: selecao.ifms.edu.br

No *Campus*, há um computador disponível para se inscrever.

- ➔ Para fazer a inscrição você deve ter o **CPF**;
- ➔ Leia atentamente o **Edital**;
- ➔ Preencha o **formulário de inscrição**, disponível no site selecao.ifms.edu.br
- ➔ Imprima a **Guia de Recolhimento da União (GRU)** e pague somente no Banco do Brasil, exceto se você obteve a isenção de pagamento da taxa de inscrição.
- ➔ O IFMS só **efetivará a inscrição** após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição ou confirmação da condição de candidato/a isento.

DICAS

Caso tenha cometido **algum erro na sua inscrição**, no site selecao.ifms.edu.br há uma opção para você solicitar o cancelamento da inscrição feita. Após confirmar no seu e-mail que realmente deseja cancelar a inscrição, você poderá começar novamente e realizar a inscrição desejada. Ficará valendo a última inscrição feita.

Quer saber mais sobre como realizar sua INSCRIÇÃO. Aponte a câmera do seu celular nesse **QR CODE** ou [CLIQUE AQUI](#)



6.1 INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO

- 1) Acesse a Página do Candidato da Central de Seleção do IFMS: selecao.ifms.edu.br/login.
- 2) Realize o cadastro no sistema (procure por “Clique aqui e faça seu cadastro agora”), e informe seus dados pessoais. **Importante:** só serão admitidas inscrições realizadas com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e demais dados do próprio candidato.
- 3) Os candidatos que já têm cadastro podem acessar o sistema, informando Login e Senha. Caso não se lembre da senha, clique em “Esqueci minha senha” e siga as orientações do site.
- 4) Clique em **“Inscrições abertas”**, encontre o título **“ESTUDANTE – Exame de Seleção (ANO) – Técnico Integrado – Edital (Nº/ANO)”** e clique em **“Efetuar Inscrição”**.
- 5) Escolha o **local (Campus)** e a **opção (curso e o turno)**. Fique atento ao escolher a forma de inscrição: **Pagante ou Isento**.
- 6) O próximo passo é escolher se deseja concorrer por **Ampla Concorrência (AC)** ou por **Ação Afirmativa (COTAS)**.
- 7) Responda a pergunta sobre **como ficou sabendo do processo seletivo** e clique em **“Enviar inscrição”**.
- 8) Pronto! A mensagem **“Inscrição realizada com sucesso”** aparecerá ao final. O candidato também receberá um e-mail confirmando sua inscrição. Se tiver se inscrito como **“Isento”**, o pedido de isenção será analisado pelo IFMS. Caso tenha se inscrito como **“Pagante”**, deverá realizar o pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), em agências do Banco do Brasil. **Importante:** como o Boleto não é registrado automaticamente, a orientação é de que o pagamento seja feito no dia seguinte ao da sua emissão, respeitando o prazo limite final previsto em edital.

7. EXAME DE SELEÇÃO - PROVA

Chegue, no mínimo, com **1 hora de antecedência**. É **OBRIGATÓRIO** ter no dia da prova:

- Seu Documento de **Identidade** com foto, atualizado;
- **Caneta** esferográfica na cor preta ou azul.

Se você tiver alguma **condição especial** ou necessitar de algum **atendimento especializado** para o dia da prova (p. ex. prova ampliada), deverá preencher com antecedência um formulário próprio, conforme o Edital.

A Prova é composta de:

Cursos Técnicos: 30 questões objetivas com duração de 4 horas.

O **conteúdo programático**, o dia e o horário das provas estão detalhados no Edital de cada Processo Seletivo. No Edital você encontra também os critérios de classificação e os pesos de cada área do conhecimento que compõe a prova.

Os **locais de prova** são publicados com antecedência no site do selecao.ifms.edu.br

8. RESULTADOS DO PROCESSO SELETIVO

De nada adianta estudar, fazer a prova e depois não acompanhar os resultados do Processo Seletivo. Então, acompanhe sempre as publicações dos Gabaritos, Lista de Classificados, Chamadas e demais informações no site do selecao.ifms.edu.br

Fique atento a sua classificação!

- Candidatos(as) cotistas concorrem tanto por Ampla Concorrência (AC), quanto por COTAS. É possível verificar a sua pontuação e classificação acessando a **Lista de Classificados**.

- O IFMS realiza mais de uma **chamada** para matrícula. Portanto, acompanhe regularmente o site do selecao.ifms.edu.br para não perder sua vaga.

9. MATRÍCULA

A **matrícula será realizada de forma *on-line***, por meio de solicitação de matrícula, seguindo os **procedimentos para realização de matrícula dos candidatos convocados**, descritos no Edital.

A realização da solicitação de matrícula assegura apenas **a expectativa de direito à vaga ofertada no âmbito do IFMS**, estando sua matrícula definitiva condicionada à comprovação do atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares de ingresso do Edital vigente.

ATENÇÃO: Para os cursos em que não foi aplicada a prova, em função do **número de inscrições homologadas ser menor que o número de vagas ofertadas**, todos os candidatos serão convocados na primeira chamada e entrarão por Ampla Concorrência (AC).

Observação: estudante menor de 18 anos não poderá realizar a matrícula sozinho/a, deverá estar acompanhado/a de pelo menos um responsável.

Atenção: Estudantes cotistas, que ingressarem pelas cotas de Renda Inferior, deverão passar pela **análise socioeconômica**. Para isso, devem consultar o Edital e comparecer no *Campus* para a apresentação da documentação específica solicitada.

Entre em contato conosco, ajudamos a resolver suas dúvidas.

Siga o IFMS – *Campus Coxim* nas redes sociais:



Se preferir, mande um e-mail

coxim@ifms.edu.br

Ou então, ligue
(67) 3291-9600

Esta Cartilha Informativa é um Produto Educacional desenvolvido como resultado de uma pesquisa de mestrado do Programa de **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica** (ProfEPT), do IFMS *Campus Coxim*.

Autor: Alcindo Ferreira Filho

Orientação: Prof. Dr. André Luiz da Mota Silva

Coorientação: Prof. Dr. José Vinícius da Costa Filho

AMBROSINI, Tiago Felipe. ESCOTT, Clarice Monteiro. **O Acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7852/pdf>. Acesso em: outubro de 2021.

CAIXETA, R. **A arte de informar.** In: Jornalismo na prática: A arte de informar. 2005.

BRASIL, CAPES. **Documento Orientador de APCN Área 46: Ensino.** Brasília, 2019. Disponível em: https://capes.gov.br/images/Criterios_apcn_2019/ensino.pdf. Acesso em: 19 set 2023.

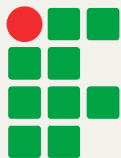
KAPLÚN, Gabriel. **Material Educativo: a experiência de aprendizado.** Revista Comunicação & Educação, São Paulo, p. 46-60, maio/ago. 2003.

SCHMITT, Valdenise. **A infografia jornalística na ciência e tecnologia: um experimento com estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina,** 2006. 105 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, apud TEIXEIRA. **O uso do infográfico na revista Superinteressante: um breve panorama.** In: SOUZA, C. M.; FERREIRA, J. R.; BORTOLIERO, S. (Org.). científico e educação para as ciências. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.

TUFLE, E. R. **Visual explanations: images and quantities, evidence and narrative.** Connecticut: Graphic Press. 2002.

VEEN, Wim; VRAKKING, Bem. Homo Zappiens – **Educando na era digital.** Porto Alegre, Artmed. 2009



**INSTITUTO
FEDERAL**
Mato Grosso do Sul



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul



ACREDITE
NA LIBERDADE PARA
IR E VIR
EM TODO LUGAR.